

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

SANDRA DALILA CORBARI

**O TURISMO ENVOLVENDO COMUNIDADES INDÍGENAS EM TESES
E DISSERTAÇÕES: RETRATO DAS RELAÇÕES E DOS IMPACTOS
SOCIOCULTURAIS**

CURITIBA
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO
MESTRADO EM TURISMO

SANDRA DALILA CORBARI

**O TURISMO ENVOLVENDO COMUNIDADES INDÍGENAS EM TESES
E DISSERTAÇÕES: RETRATO DAS RELAÇÕES E DOS IMPACTOS
SOCIOCULTURAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, como requisito à obtenção do título de Mestre em Turismo.

Orientador: Prof. Dr. Miguel Bahl
Coorientadora: Profa. Dra. Silvana de Rocio de Souza

CURITIBA
2015



MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo reuniram-se para a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **Sandra Dallia Corbari** intitulada "Povos Indígenas e o turismo: o retrato das relações e dos impactos socioculturais nas teses e dissertações brasileiras", para obtenção do grau de Mestre em Turismo, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração Turismo e Desenvolvimento, Linha de Pesquisa de Turismo, Sociedade e Meio Ambiente.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido a candidata, são de parecer pela APROVAÇÃO da Dissertação.

Curitiba, 15 de abril de 2015.

Nome e Assinatura da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Miguel Bahl – orientador

Profª. Drª. Silvana do Rocio de Souza – co-orientadora

Prof. Dr. Sandro Campos Neves – UFJF

Profª. Drª. Leticia Bartoszeck Nitsche – UFPR

**Dedico este trabalho a todas as pessoas que me ajudaram, de algum modo, a chegar até aqui. Em especial, a minha família e a meus professores.
Dedico, acima de tudo, aos povos indígenas, a razão pela qual escrevi.**

AGRADECIMENTOS

Deixo aqui meus singelos agradecimentos às pessoas que contribuíram e me auxiliaram direta ou indiretamente durante o Mestrado e o desenvolvimento da minha pesquisa; todo esse trabalho não seria possível sem elas. Foram meses de muita dificuldade, as quais só consegui superar por ter tido o apoio das pessoas aqui mencionadas.

Agradeço, primeiramente, a Maria Corbari e Umberto Corbari, meus pais, por me darem a vida e por nos dedicarem suas vidas.

A meus irmãos e cunhados, pelo apoio, pela ajuda, pelo companheirismo, pela paciência e pelo amor.

A meus sobrinhos, por encherem de alegria os meus dias, mesmo estando, muitas vezes, distantes. Em especial a Sarah, por me fazer lembrar, todos os dias, o quão mágico é viver.

Aos meus colegas do Programa de Pós-graduação em Turismo, pelo apoio, pelo companheirismo, pela paciência, pelo bom humor e, acima disso tudo, por me darem força quando eu pensava em desistir.

As minhas amigas Aline, Camila, Caroline, Larissa e Mariane, pelos bons momentos compartilhados, pelo essencial carinho e pelo incentivo de sempre.

As demais pessoas especiais que cruzaram meu caminho e me fortaleceram como pessoa, como aluna e como profissional. Não cabe aqui tantos nomes e tanta gratidão.

A meu orientador, professor Dr. Miguel Bahl, pela paciência, ética e humanidade com que me tratou sempre. Pela preocupação, pela confiança e pela amizade.

Ao professor Dr. Bruno Martins Augusto Gomes, meu eterno mentor, pelos anos de preocupação, incentivo e carinho. Por acreditar em mim e por me fazer acreditar em mim.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná, pelos ensinamentos, pela dedicação e pela inspiração.

Aos funcionários do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná, em especial a Ângela e Andressa, pela paciência e presteza.

As professoras Dra. Edilene Coffaci de Lima, Dra. Silvana do Rocio de Souza e Dra. Letícia Bartoszeck Nitsche, docentes da Universidade Federal do Paraná, pelas contribuições e sugestões na Banca de Qualificação e na Banca de Defesa do presente trabalho.

Ao professor Dr. Sandro Campos Neves, docente da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela amabilidade, por ter aceito ser parte da Banca de Defesa, pelo tempo dispendido para sanar minhas dúvidas durante todo o desenvolvimento da pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por me conceder uma bolsa, com a qual pude, durante um ano, me dedicar integralmente à pesquisa.

À Universidade Federal do Paraná, pela oportunidade. Não decepcionarei.

RESUMO

O turismo é um dos diversos agentes de contato entre culturas. Sobre essa atividade recaí, por vezes, a culpabilização por alterações socioculturais que ocorrem nas comunidades visitadas. No entanto, se, por um lado, o desenvolvimento do turismo interfere nos aspectos socioculturais, assim como outras atividades econômicas também o fazem, por outro lado, essas alterações são resultado da dinamicidade cultural, da adaptação das comunidades ao ambiente e às novas tecnologias. Essa problemática parece se acentuar em alguns destinos, onde o aspecto cultural se mantém fortalecido, como é o caso de algumas comunidades indígenas brasileiras. Tendo em conta esse cenário, esta pesquisa tem como objetivo geral averiguar como é retratado em teses e dissertações, publicadas entre os anos 1999 e 2012, o turismo envolvendo comunidades indígenas brasileiras, com ênfase nas relações e nos impactos socioculturais. A pesquisa proposta foi desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico e de análise documental. Utilizando-se da técnica de análise de conteúdo, foram analisadas teses e dissertações brasileiras publicadas no período supracitado e inseridas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foi possível averiguar que o desenvolvimento turístico não é o único fator responsável por modificações socioculturais nas comunidades pesquisadas, uma vez que outros agentes, como o Estado, moradores circunvizinhos das áreas indígenas, organizações religiosas, empresas do setor imobiliário, entre outros, também operam mudanças nos âmbitos social e cultural nessas comunidades. Observa-se ainda que há especificidades, em cada caso, em relação à forma como o turismo ocorreu e foi gerido, gerando, assim, diferentes resultados, embora seja possível perceber que em algumas comunidades tal atividade teve impacto negativo, enquanto em outras os impactos positivos se sobressaíram. A multiplicidade de pesquisas, de diferentes áreas do conhecimento, contribuiu para que os resultados fossem ainda mais construtivos e possibilitassem uma reflexão quanto à complexidade da relação entre a atividade turística e as comunidades indígenas brasileiras.

Palavras-chave: Impactos socioculturais. Comunidades indígenas. Turismo em áreas indígenas. Turismo étnico indígena.

ABSTRACT

Tourism is one of the various agents of contact between cultures. This activity is sometimes to blame for socio-cultural changes that occur in the communities visited. Nevertheless, if, on the one hand, the development of tourism contributes to socio-cultural changes, as well as other economic activities do, on the other hand, these changes are the result of the cultural dynamism, the adaptation of communities to the environment and the new technologies. This problem seems to be accentuated in some destinations, where the cultural aspect remains strong, as is the case of some Brazilian indigenous communities. Thus, this study aimed to examine how tourism involving Brazilian indigenous communities, with emphasis on relationships and socio-cultural impacts, was described in theses and dissertations published between 1999 and 2012. Research was carried out by means of literature review and document analysis. Using the content analysis technique, Brazilian theses and dissertations published in the period above mentioned and available in the online database of the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) were analyzed. It was possible to verify that not only the development of tourism generated sociocultural changes in the communities, but also other agents did it, such as the State, the residents around the indigenous areas, religious organizations, the real estate industry and others. In addition, in each case analyzed, tourism occurred and was managed in a specific way, producing different results, although in some communities such activity had a negative impact, while in others the positive impacts excelled. Due to the multiplicity of research in different fields of knowledge, the results were even more constructive and enable further reflection on the complexity of the relationship between tourism and the Brazilian indigenous communities.

Keywords: Socio-cultural impacts. Indigenous communities. Tourism in indigenous areas. Indigenous ethnic tourism.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - PROCESSO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO.....	47
FIGURA 2 - INTER-RELAÇÃO DOS TIPOS DE TURISMO.....	61
FIGURA 3 - DIVISÃO DOS TIPOS DE TURISMO CONFORME CONCEITUAÇÃO.....	77
FIGURA 4 - CICLO DE VIDA DOS DESTINOS TURÍSTICOS.....	116

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - HIPÓTESES E OBJETIVOS ESPECÍFICOS CORRESPONDENTES	19
QUADRO 2 - CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA	20
QUADRO 3 - PESQUISAS ELIMINADAS DO <i>CORPUS</i>	29
QUADRO 4 - EXEMPLOS DE PESQUISAS ELIMINADAS DO <i>CORPUS</i>	30
QUADRO 5 - COMPONENTES DO <i>CORPUS</i>	31
QUADRO 6 - FOCO DA ANÁLISE, PALAVRAS-CHAVE E TEMAS EXPRESSIVOS	40
QUADRO 7 - NOMENCLATURAS UTILIZADAS PELOS PESQUISADORES.....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CARACTERIZANDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA E O <i>CORPUS</i> DA ANÁLISE	18
2.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PESQUISA	18
2.2 SOBRE A PESQUISA QUALITATIVA	20
2.3 O <i>CORPUS</i> DA ANÁLISE	22
2.4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO	43
3 SOBRE AS SOCIEDADES E A CULTURA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SUCINTA PERMEANDO AS QUESTÕES TURÍSTICAS	49
3.1 SOCIEDADES E COMUNIDADES	49
3.2 CULTURA, IDENTIDADE CULTURAL E MUDANÇAS CULTURAIS	51
4 CONCEITUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS	56
4.1 O PÓS-TURISMO E OS “NOVOS TURISMOS”	56
4.2 OS “NOVOS TURISMOS” E OS INDÍGENAS: A BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	58
5 A LEGISLAÇÃO E O PANORAMA DO TURISMO EM ÁREAS INDÍGENAS NO BRASIL	79
5.1 A LEGISLAÇÃO NACIONAL E O ENTRAVE AO TURISMO	79
5.2 INICIATIVAS (INDÍGENAS OU NÃO, BENÉFICAS OU NÃO) DE TURISMO EM ÁREAS INDÍGENAS	84
6 OS IMPACTOS DECORRENTES DA RELAÇÃO ENTRE VISITANTES E VISITADOS NO TURISMO	110
6.1 O TURISMO E A RELAÇÃO ENTRE VISITANTES E VISITADOS	110
6.2 OS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E AS REAÇÕES DA COMUNIDADE LOCAL	114
6.3 SOBRE O TURISMO E OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS	119
7 IMPACTOS (TURÍSTICOS OU NÃO) E RELAÇÕES ESTABELECIDAS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS	133
7.1 OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS ORIUNDOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	133
7.2 AS RELAÇÕES TURÍSTICAS (OU NÃO)	145
8 CONCLUSÃO	156
REFERÊNCIAS	161
APÊNDICE	173
ANEXO	176

1 INTRODUÇÃO

Diversos são os agentes de contato entre as culturas, tais como comerciantes, governantes, educadores, missioneiros e turistas (NASH, 1989). Sobre estes últimos, por vezes, recai a culpabilização por alterações socioculturais que ocorrem nas comunidades visitadas. Nesta pesquisa, essas alterações serão tratadas como ‘impactos’, mais especificamente, socioculturais.

Se, por um lado, aparentemente, são ignorados outros agentes de mudanças, por outro, é inegável que o desenvolvimento da atividade turística contribui para o aceleração dessas alterações. Os impactos decorrentes do contato entre visitantes e visitados variam conforme uma gama de questões sócio-econômico-culturais, como o *status*, a relação trabalho *versus* tempo livre e produção *versus* consumo e as diferenças culturais (BARRETTO, 2006; 2007; HARKIN, 1995; KRIPPENDORF, 2001), entre outros.

Essas situações, por vezes, levam visitantes e anfitriões a se tratarem como objetos, orientando-se por seus próprios interesses (NASH, 1989). Autores como Faulken e Tideswell (1997), Doxey (1975) e Butler (1980) propõem uma categorização das relações entre visitantes e visitados pautada no desenvolvimento de um destino como promotor de alterações nas percepções dos anfitriões, e, conseqüentemente, nas relações com os turistas. Segundo essa perspectiva, os residentes passariam por fases de atitudes e percepções, que se alteram conforme o ciclo de vida de um destino.

Com esse debate, adentra-se no tema dos “impactos decorrentes da atividade turística”. Há autores que ressaltam os impactos socioculturais (ditos) negativos do desenvolvimento turístico, tais como a despersonalização e a mercantilização da cultura, a aculturação, a modernização cultural, a destruição do exotismo, entre outros (SANTANA TALAVERA, 2003; BARRETTO, 2000; 2005; GREENWOOD, 1989; MACCANNELL, 1984; VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984; BURNS, 2002).

De outro lado posicionam-se os pesquisadores que apontam os impactos positivos decorrentes da atividade turística, como a proteção da cultura local, a compreensão entre visitantes e visitados, a valorização do acervo patrimonial comunitário, a intensificação e a revitalização cultural, a preservação e o resgate de

tradições culturais, ou seja, apontam a possibilidade de reconstrução dos atributos étnicos, entre outros aspectos favoráveis à manutenção da cultura local e à socialização entre culturas (MALDONADO, 2009; SANTANA TALAVERA, 2003; ESMAN, 1984; BOISSEVAN, 2005; GREENWOOD, 1989; BARRETTO, 2007; RUSCHMANN, 1997; COHEN, 1988; MACCANNELL, 1984).

Diante desse cenário, pode-se questionar se o desenvolvimento do turismo promove impactos socioculturais ou se as alterações observadas em uma comunidade são, na verdade, resultado da dinamicidade cultural, de sua adaptação ao ambiente e às novas tecnologias, e, ainda, se a relutância em manter a identidade cristalizada não se constituiria em um obstáculo ao processo comum de mudança cultural (BARRETTO, 2000; PEARCE, 2002).

Outro aspecto que precisa ser trazido para o debate é a necessidade de discernir se os impactos são gerados por conta do turismo ou se o agente de mudança é outro (ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2005), bem como o grau de responsabilidade da atividade turística – e dos turistas – nessas mudanças, considerando também outras atividades econômicas ou outros atores sociais que as movimentam.

Esse é o tema central do presente estudo, que está orientado pelo seguinte questionamento: “como é retratado o turismo envolvendo comunidades indígenas em teses e dissertações brasileiras, com ênfase nas relações e nos impactos socioculturais?”. Para responder a tal problema de pesquisa, traça-se como objetivo geral desta investigação averiguar como é retratado, em teses e dissertações, o turismo envolvendo comunidades indígenas brasileiras, com ênfase nas relações e nos impactos socioculturais.

Para alcançar o objetivo geral da presente investigação, tomam-se como objetivos específicos:

- a) Identificar as teses e dissertações brasileiras sobre turismo étnico indígena e turismo em áreas indígenas;
- b) Caracterizar e categorizar as pesquisas sobre turismo étnico indígena e turismo em áreas indígenas no país.

Esses dois objetivos específicos foram elaborados para confirmar ou refutar a hipótese de que, no cenário acadêmico brasileiro, há um número limitado de pesquisas sobre turismo étnico indígena e turismo em áreas indígenas, e que as pesquisas existentes foram desenvolvidas em áreas do conhecimento que não a do

Turismo, pautadas, principalmente, em teorias relacionadas ao campo da Geografia e da Antropologia, cuja abordagem enfoca, principalmente, a dinamicidade da cultura ou o processo de gestão territorial.

c) Identificar como os pesquisadores consultados segmentam o turismo em áreas indígenas e na(s) comunidade(s) estudada(s). Para esse objetivo específico, estipulou-se a hipótese de que não há um consenso quanto ao modo de gestão ou ao segmento desenvolvidos nas áreas estudadas, mas que, no entanto, o turismo em áreas indígenas é comumente caracterizado pelos pesquisadores como “turismo indígena”, sem maior reflexão teoricamente embasada sobre o significado desse termo.

d) Identificar quais seriam os agentes de potenciais mudanças socioculturais nas comunidades estudadas. A hipótese formulada para esse objetivo é a de que, à época das pesquisas, ocorriam mudanças socioculturais por razão do desenvolvimento turístico; no entanto, outros agentes eram tão impactantes quanto essa atividade, sendo os principais agentes de mudanças o poder público, a mídia e os grandes empreendimentos, com ênfase para o setor imobiliário.

e) Averiguar como os pesquisadores percebem a relação entre visitado e visitante no turismo e nas comunidades por eles estudadas. Infere-se que os pesquisadores, em sua maioria, assumem uma postura de crítica em relação ao turismo étnico indígena e ao turismo em áreas indígenas, no sentido de acreditarem que os impactos ditos negativos decorrentes da relação entre visitantes e visitados são mais expressivos do que os impactos positivos.

f) Verificar como os pesquisadores percebem a relação entre a(s) comunidade(s) indígena(s) por eles estudada(s) e os demais agentes (poder público, iniciativa privada, população não indígena dos municípios). A hipótese para esse objetivo específico é a de que a maioria dos pesquisadores constatam que a relação entre as comunidades indígenas e os demais agentes é marcada por conflitos de diferentes magnitudes, relacionados, principalmente, a questões territoriais.

A escolha por focalizar, neste estudo, as comunidades indígenas brasileiras resulta de interesse pelo tema despertado durante a Graduação, desde 2012, e aprofundado em pesquisa de conclusão de curso sobre a promoção da tolerância cultural por meio do turismo étnico indígena no estado do Paraná. Também instiga esta pesquisa o interesse em contribuir para as reflexões teóricas sobre o papel do desenvolvimento turístico nas modificações sociais e culturais em comunidades que

nem sempre estão totalmente inseridas na dinâmica da economia ocidental. Ademais, considerou-se ser mais fácil identificar os impactos socioculturais em comunidades com número restrito de habitantes, que mantenham forte relação entre os membros e que conservem aspectos culturais singulares, como é o caso das comunidades indígenas brasileiras de modo geral.

Quanto à metodologia adotada, a pesquisa divide-se em duas etapas. Na primeira, utiliza-se o método bibliográfico, por meio do qual se constrói o marco teórico a partir da literatura sobre os temas pertinentes ao estudo proposto. Essa etapa representa um meio de aproximação às opiniões dos investigadores e contribui para dar embasamento à pesquisa. Para isso, o debate centrou-se na relação entre visitantes e visitados e suas possíveis consequências, ou seja, os impactos resultantes dessa convivência. Para adentrar nesse tema, entendeu-se ser necessário abordar outras questões pertinentes, entre as quais se destacam: sociedade, cultura e mudanças culturais.

A segunda etapa, por sua vez, está embasada na pesquisa documental, pautada no paradigma teórico-exploratório e descritivo. Nessa etapa, são averiguadas, por meio da análise de conteúdo (utilizando-se da técnica de análise de avaliação) e da análise documental, teses e dissertações brasileiras sobre turismo envolvendo comunidades indígenas, publicadas no período de 1999 a 2012 e listadas no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), escolhido por ser um banco de dados confiável e que, por receber pesquisas diretamente dos Programas de Pós-Graduação do Brasil, agregaria um número preciso de pesquisas sobre o tema publicadas no país. O período considerado para a coleta dos dados compreende o interstício entre os anos de publicação da pesquisa mais antiga e das mais atuais disponíveis, à época da consulta, no banco de dados supracitado.

Cabe destacar a complexidade das análises empreendidas, uma vez que as pesquisas consultadas foram propostas em diferentes áreas do conhecimento, foram guiadas por diferentes objetivos e consideraram comunidades específicas. Esses aspectos, somados ao posicionamento assumido por cada pesquisador, tornaram as teses e as dissertações expressivamente distintas entre si. Ademais, algumas das pesquisas abordaram amplamente a questão dos impactos ou das relações estabelecidas na arena turística ou fora dela; outras, no entanto, não focaram essas particularidades, mas sim outros aspectos, como políticas públicas, processo de

gestão territorial e planejamento turístico e ambiente natural, tornando a análise mais complexa.

Além disso, o processo de condensação das ideias expressas pelos autores e de seus achados também trouxe dificuldade ao estudo aqui apresentado, uma vez que se fez necessário, na presente pesquisa, expor a ideia central de cada tese e dissertação, bem como seus aspectos mais expressivos. Porém, esse foi um desafio, pois cada detalhe apresentado pelos pesquisadores foi importante para explicar a situação das comunidades e o sentido de suas pesquisas. Por esse motivo, durante a realização das análises, foi sendo percebida a necessidade de alterar o instrumento de coleta de dados, pois algumas informações encontradas, não consideradas no planejamento inicial da pesquisa, se mostraram de grande importância à medida que a pesquisa avançava.

Considerando os objetivos e a natureza deste trabalho, fez-se o recorte de questões consideradas relevantes para responder à pergunta de pesquisa anteriormente citada. Sugere-se a leitura das teses e dissertações consultadas para um maior entendimento de particularidades que não couberam na presente dissertação.

No que tange à organização deste trabalho, observa-se que, além desta Introdução e da Conclusão, o conteúdo está apresentado em seis capítulos. No Capítulo *Caracterizando os procedimentos metodológicos de pesquisa e corpus da análise*, são descritos os aspectos metodológicos da pesquisa, com apresentação dos princípios que a orientam, além das características e da importância da pesquisa qualitativa. Também é apresentado o *corpus* da análise, realizando-se uma contextualização da pesquisa científica no Turismo, abordando a influência de outras áreas de conhecimento, transpassando os conceitos de multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, e ressaltando o panorama das pesquisas em Turismo sob a luz das plataformas do conhecimento. Em seguida, explica-se como ocorreu a seleção e delimitação das teses e dissertações que compuseram o *corpus* de pesquisa, sendo este descrito na sequência. Para finalizar o primeiro capítulo, apresentam-se as técnicas utilizadas para análise dos dados.

O capítulo *Sobre as sociedades e a cultura: uma contextualização sucinta permeando as questões turísticas* traz reflexões teórico-conceituais acerca dos temas “sociedades” e “cultura”, considerando a relação entre identidades culturais, mudanças culturais e turismo. A necessidade de dissertar sobre tais conceitos

advém do fato de as relações entre visitantes e visitados ocorrem entre diferentes culturas, oriundas de sociedades ou comunidades por vezes bastante diferentes entre si. Apesar de as culturas nascerem de relações sociais que são sempre desiguais (CUCHE, 1999), elas também podem distanciar dois povos, por tratar-se de um instrumento de diferenciação (BOURDIEU, 1989). Além disso, os aspectos socioculturais estão postos “na vitrine”, ou seja, são expostos para apreciação de pessoas externas.

Na sequência, o capítulo *Conceituação e caracterização do turismo em comunidades indígenas* traz um debate sobre o pós-turismo, seu surgimento e as tendências, entre elas os “novos turismos” que surgiram como resposta à homogeneização e à uniformização dos destinos, como o turismo cultural, o turismo étnico, ou etnoturismo, e o “turismo indígena”, sendo abordadas também outras nomenclaturas comumente ressaltadas nas pesquisas. Percebeu-se, durante o levantamento bibliográfico, que os conceitos tangentes ao turismo envolvendo comunidades indígenas são variados, não havendo consenso ou mesmo aproximações entre grande parte dos autores com relação à padronização dos segmentos e tipos de turismo que se aplicam a tais comunidades. Assim, buscou-se conceituar e caracterizar os segmentos e os tipos de gestão turística que são recorrentes nos estudos sobre o turismo envolvendo as comunidades indígenas e também analisar como as teses e dissertações selecionadas expressam essas nomenclaturas, em relação, principalmente, ao turismo que ocorria nas comunidades estudadas. Apresenta-se, nesse sentido, uma proposta de divisão dos tipos de gestão e de segmentos turísticos, baseada na literatura adotada nesta pesquisa.

O capítulo intitulado *A legislação e o panorama do turismo em áreas indígenas no Brasil* versa sobre a legislação brasileira referente aos povos indígenas e à atividade turística em suas áreas e aponta como tal legislação influencia no não desenvolvimento da atividade. Além disso, apresenta o panorama brasileiro no que diz respeito ao turismo envolvendo esses povos, por meio da apresentação de iniciativas positivas ou negativas, oriundas de uma necessidade ou do desejo das próprias comunidades ou implantadas por agentes externos, como governo ou empresariado.

O seguinte capítulo *Os impactos decorrentes da relação entre visitantes e visitados no turismo*, tem como foco o tema central da pesquisa: a relação entre visitantes e visitados e os impactos decorrentes (ou não) do desenvolvimento do

turismo em determinada localidade. Inicialmente, aborda-se a relação entre turistas e comunidades receptoras e suas inúmeras características e seus dilemas. Em um segundo momento, disserta-se sobre os estágios de desenvolvimento turístico e as mudanças nas atitudes e opiniões dos visitados em relação aos visitantes e à própria atividade turística, em cada um dos estágios. Após isso, destacam-se as interferências, negativas e positivas, nos aspectos socioculturais por conta do desenvolvimento do turismo.

No capítulo seguinte, *Impactos (turísticos ou não) e relações estabelecidas nas comunidades indígenas*, apresentam-se e analisam-se os dados obtidos nas teses e dissertações. Abordam-se os impactos socioculturais dentro de três perspectivas observadas no *corpus* investigado: os impactos socioculturais decorrentes do desenvolvimento turístico propriamente dito; as inferências feitas em relação ao turismo e seus potenciais impactos, ou seja, que poderiam ocasionalmente ocorrer, mas que não eram realidade nas comunidades pesquisadas; e os impactos socioculturais não relacionados ao turismo, mas a outros fatores e agentes. Ademais, apresenta-se, separadamente, a relação entre os visitados e os visitantes, bem como a relação dessas comunidades receptoras e demais atores, como poder público, empresariado de um município ou região e população não indígena local. Ao final, apresenta-se a conclusão da pesquisa.

2 CARACTERIZANDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DE PESQUISA E O *CORPUS* DA ANÁLISE

Este capítulo objetiva apresentar as características da pesquisa e as questões metodológicas que a guiam, bem como fazer uma descrição sucinta do *corpus*. Primeiramente, apresentam-se os princípios orientadores da pesquisa (problema de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos e hipóteses); em seguida, expõem-se as características e a importância da pesquisa qualitativa. Em um terceiro momento, aborda-se o *corpus* da análise, fazendo uma contextualização referente à pesquisa científica no turismo; depois, explica-se como se deu a seleção e a delimitação do *corpus* de análise e realiza-se a descrição desse *corpus*. Para finalizar o capítulo, apresenta-se a caracterização das técnicas utilizadas para análise dos dados: a análise de conteúdo e a análise documental.

2.1 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA PESQUISA

Segundo afirmam Bogdan e Biklen (1994), o investigador científico deve estar consciente dos fundamentos teóricos que guiam a coleta e a análise dos dados, contribuindo para a coerência dos resultados. Seguindo essa orientação, na primeira etapa deste estudo, buscou-se embasamento teórico para fundamentar a pesquisa. Para tanto, utilizou-se o método bibliográfico, por meio do qual se realizou o levantamento e a análise da literatura sobre os temas pertinentes à pesquisa. Essa primeira etapa foi desenvolvida a fim de se ter maior proximidade com as ideias e as opiniões dos pesquisadores que abordam temas pertinentes às sociedades e às culturas; o turismo étnico indígena e o turismo em áreas indígenas, bem como os segmentos turísticos relacionados a essa área; e a relação entre visitantes e visitados e seus possíveis impactos socioculturais.

Na segunda etapa da pesquisa, foi realizada uma pesquisa documental, a qual foi pautada no paradigma teórico-exploratório. As pesquisas embasadas no paradigma teórico têm como objetivo contribuir para uma disciplina, teoria ou conjunto de ideias; sua intenção é fazer uma afirmação sobre o estado da arte de

determinado campo de estudo, conjunto de teorias ou disciplina, conforme descreve Sakata (2002). O mesmo autor comenta que as pesquisas de cunho exploratório, por sua vez, têm como objetivo esclarecer, desenvolver e modificar conceitos e ideias. Tais paradigmas foram utilizados para responder ao seguinte questionamento: “como é retratado o turismo envolvendo comunidades indígenas, em teses e dissertações brasileiras, como ênfase nas relações e nos impactos socioculturais?”. A resposta a essa questão cumpre com o objetivo geral desta pesquisa, qual seja: averiguar como é retratado, nas teses e dissertações consultadas, o turismo envolvendo comunidades indígenas brasileiras, com ênfase nas relações e nos impactos socioculturais. Para tal, algumas hipóteses foram traçadas, que se apresentam no quadro a seguir, em que é possível visualizar, também, os respectivos objetivos específicos.

QUADRO 1 – HIPÓTESES E OBJETIVOS ESPECÍFICOS CORRESPONDENTES

HIPÓTESES DE PESQUISA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Há um número limitado de pesquisas sobre turismo étnico indígena e turismo em áreas indígenas; as pesquisas existentes foram desenvolvidas em áreas do conhecimento que não a do Turismo, pautadas, principalmente, em teorias relacionadas ao campo da Geografia e da Antropologia, cuja abordagem enfoca, principalmente, a dinamicidade da cultura ou o processo de gestão territorial.	a) Identificar as teses e dissertações brasileiras sobre turismo étnico indígena e turismo em áreas indígenas. b) Caracterizar e categorizar as pesquisas sobre turismo étnico indígena e turismo em áreas indígenas no país.
Não há um consenso quanto ao modo de gestão ou ao segmento desenvolvido nas áreas estudadas; no entanto, o turismo em áreas indígenas é comumente caracterizado pelos pesquisadores como “turismo indígena”, sem maior reflexão teoricamente embasada sobre o significado desse termo.	c) Identificar como os pesquisadores segmentam o turismo em áreas indígenas e nas comunidades estudadas.
À época das pesquisas, ocorriam mudanças socioculturais por razão do desenvolvimento turístico; no entanto, outros agentes eram tão impactantes quanto essa atividade, sendo os principais agentes de mudanças o poder público, a mídia e os grandes empreendimentos, com ênfase para o setor imobiliário.	d) Identificar quais seriam os agentes de potenciais mudanças socioculturais nas comunidades estudadas.
Os pesquisadores, em sua maioria, assumem uma postura de crítica em relação ao turismo étnico indígena e ao turismo em áreas indígenas, no sentido de acreditarem que os impactos ditos negativos decorrentes da relação entre visitantes e visitados são mais expressivos que os impactos positivos.	e) Averiguar como os pesquisadores percebem a relação entre visitado e visitante no turismo e nas comunidades por eles estudadas.
A maioria dos pesquisadores constata em suas pesquisas que a relação entre as comunidades indígenas e os demais agentes é marcada por conflitos de diferentes magnitudes, relacionados, principalmente, a questões territoriais.	f) Verificar como os pesquisadores percebem a relação entre as comunidades indígenas por eles estudadas e os demais agentes (poder público, iniciativa privada, população não indígena dos municípios envolvidos).

Fonte: Elaboração própria (2015)

A construção da pesquisa caracteriza-se conforme exposto no Quadro 2:

QUADRO 2 – CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA

PARADIGMA	MÉTODO DE PESQUISA	ESTRATÉGIA DE PESQUISA	CARÁTER	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	MÉTODO DE ANÁLISE DE DADOS
Teórico-exploratório e descritiva	Hipotético-dedutivo	Revisão bibliográfica e pesquisa documental	Qualitativo	Roteiro de análise	Análise documental e análise de conteúdo

Fonte: Elaboração própria (2015)

Abaixo, apontam-se algumas características da pesquisa qualitativa. Também se busca esclarecer como as análises documentais e de conteúdo se caracterizam.

2. 2 SOBRE A PESQUISA QUALITATIVA

Conforme Bogdan e Biklen (1994), a investigação qualitativa tem cinco características básicas, embora nem todos os estudos qualitativos as apresentem com igual eloquência: a abordagem qualitativa prioriza o ambiente natural como fonte de dados; é essencialmente descritiva; os investigadores qualitativos enfatizam o processo e não apenas os resultados; além disso, eles tendem a analisar indutivamente os dados; na abordagem qualitativa, defende-se que a experiência humana é pautada pela interpretação, nada é dotado de significado próprio, todo significado é atribuído a partir de uma determinada perspectiva.

Uma questão que permeia a pesquisa qualitativa, conforme Bogdan e Biklen (1994), é se seus resultados seriam generalizáveis. Para esses autores, nem todos os investigadores qualitativos se preocupam com a generalização, e alguns deles se baseiam em outros estudos para determinar a representatividade dos resultados alcançados, ou, então, conduzem alguns estudos menores para mostrar o caráter não idiossincrático da pesquisa. Para Flick (2009a), porém, um dos aspectos essenciais da pesquisa qualitativa consiste em escolher os métodos e as teorias convenientes, reconhecer e analisar diferentes perspectivas, refletir sobre a pesquisa como parte da produção do conhecimento e na variedade de métodos e abordagens cabíveis às pesquisas.

Uma das características da pesquisa qualitativa é que, nesse tipo de abordagem, entende-se que os pontos de vistas e pesquisa de campo são variáveis, conforme as perspectivas e os contextos sociais e eles relacionados; sendo assim, o mundo real apresenta diversas realidades e não apenas uma verdade absoluta (FLICK, 2009a; DAVIES, 2003). Além disso, diferentemente do método quantitativo, nas pesquisas qualitativas entende-se que a comunicação do pesquisador em campo não é apenas uma variável que interfere no processo de pesquisa, mas, para além disso, parte explícita da produção do conhecimento (FLICK, 2009a).

Quanto a isso, Bogdan e Biklen (1994) destacam que os investigadores qualitativos têm sido apontados pelo fato de que a visão pessoal influencia os dados. No entanto, esses autores defendem que os pesquisadores que realizam pesquisas qualitativas se preocupam com a objetividade dos estados subjetivos do *corpus* sob análise. Ademais, os pesquisadores qualitativos passam um tempo considerável em campo, recolhendo e revendo dados, por isso, os dados carregam a interpretação do investigador; este, porém, deve confrontar suas opiniões e preconceitos com os dados obtidos.

A pesquisa qualitativa busca estudar, entender, descrever e, algumas vezes, explicar fenômenos sociais, por meio de análise de eventos, atividades, ocorrências e comportamentos, podendo abordar o conhecimento, relatos ou histórias dos participantes; por meio de exame das interações e comunicações que ocorrem, a partir de observação e registros; por meio da investigação de documentos, como textos, imagens, música, entre outros recursos, e, assim, buscar a compreensão acerca de ações, problemas e processos (FLICK, 2009b; PHILLIMORE; GOODSON, 2004).

Considerando essas orientações, propôs-se uma pesquisa documental de caráter qualitativo, uma vez que não se buscou dados estatísticos acerca do *corpus* da investigação, mas sim interpretar dados, por meio da análise de diferentes perspectivas, para, desse modo, contribuir para a construção teórica na área do Turismo.

2.3 O CORPUS DA ANÁLISE

Nesta seção, apresenta-se, inicialmente, um panorama das pesquisas científicas no Turismo, com a intenção de estabelecer uma aproximação gradativa ao tema desta pesquisa; em seguida, explica-se o processo de seleção e delimitação do *corpus* da análise e faz-se sua apresentação.

2.3.1 Sobre as pesquisas científicas no Turismo

A pesquisa científica é uma atividade que consiste em partir de realidades empíricas para reconstruir um universo por meio de recursos metodológicos e confrontá-lo com o conhecimento teórico, produzindo, desse modo, teorias, ou seja, “enunciados que resumem, orientam, conceituam, classificam, compreendem, explicam ou interpretam os fatos observados” (BARRETTO; SANTOS, 2005, p. 360). Para Barretto e Santos (2005), se a finalidade da ciência é tida como a construção de conhecimento, desde uma perspectiva moral, a razão desse conhecimento é sua aplicação para benefício da sociedade.

Com relação ao Turismo, esse campo de estudo ganha importância no âmbito das ciências humanas e sociais a partir da década de 1950, mas o conteúdo turístico tem se expandido em diferentes áreas de conhecimento (REJOWSKI, 1998). Na visão de Rejowski (2001), houve evolução nos estudos do Turismo, que estimularam a pesquisa e o ensino, de forma análoga ao processo de “cientificidade” que já ocorreu com outras disciplinas, como a Geografia e a Antropologia.

A pesquisa científica em Turismo recebe influência de métodos e técnicas de pesquisa já consagrados da Economia, Psicologia, Geografia, Sociologia e Antropologia (consideradas bases para os estudos turísticos) e de outras áreas, em casos mais especializados, como História, Arqueologia, Ciência Política e Letras, entre outras (SAKATA, 2002; REJOWSKI, 2001), ao mesmo tempo em que representa, como fenômeno, um objeto de estudo para outras áreas (SANTOS; POSSAMAI; MARINHO, 2009). Jafari (1994) considera que, na década de 1990, quando da publicação de seu estudo, a base científica dessa disciplina estava em

processo de avanço, promovendo o surgimento de grupos de pesquisas em todo o mundo, com um compromisso com a investigação.

No Brasil, a situação da pesquisa na área do Turismo indica que o processo encontrava-se em estágio inicial, sendo introduzida no país em 1975, com uma tese de doutorado da Geografia (REJOWSKI, 1998; 2001). Segundo essa pesquisadora, um número limitado de cursos de Graduação em Turismo e/ou Hotelaria privilegiava a pesquisa científica, já as pesquisas de Pós-Graduação *stricto sensu* apresentavam-se esparsas e fragmentadas até o início da década de 1990, quando houve uma alteração por conta do acesso à tecnologia da informação.

No que tange à bibliografia publicada no país, Rejowski (1998) ressaltava que, quando da publicação de seus estudos, ela ainda era pequena, mas mostrava indícios de aproximação à pesquisa científica. Conforme Barretto e Santos (2005), um dos problemas que envolvem os estudos turísticos está em sua dualidade, uma vez que o turismo se constitui em objeto de estudo científico; porém, ao mesmo tempo, é uma área de ação do *marketing* e dos negócios.

Jenkins (1980) faz uma crítica às pesquisas em turismo realizadas nos países ditos em desenvolvimento. Para essa pesquisadora, três questões precisavam, à época da publicação de sua pesquisa, ser revistas: a restrita ocorrência de estudos com dimensão comparativa, não apenas entre países, mas entre o turismo e outros setores da economia; a negligência com os aspectos sociais e antropológicos; e o fato de que grande parte dos estudos turísticos estava baseada em uma disciplina, usualmente Economia ou Sociologia, não se caracterizando como estudos multidisciplinares.

Quanto a essa questão, Rejowski (2001) apontou que as tendências do ensino e da pesquisa, seja no Turismo, seja em outras áreas do conhecimento, poderiam ser categorizadas em três conceitos básicos: pluridisciplinaridade, ou multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. Segundo essa autora, a pesquisa multidisciplinar ocorre quando disciplinas envolvidas utilizam seus próprios conceitos e métodos, porém, o objeto de pesquisa é o mesmo; a pesquisa interdisciplinar ocorre quando um determinado problema é examinado através da lente de distintas disciplinas e áreas do conhecimento, ou seja, há interação entre diferentes perspectivas para a organização da produção do conhecimento (REJOWSKI, 2001; DARBELLAY; STOCK, 2012); a transdisciplinaridade, por sua vez, envolve um grupo de especialistas trabalhando em conjunto desde uma ótica

interdisciplinar, porém, sem que haja imposição de ideias (REJOWSKI, 2001). Esta última perspectiva seria “o estado ideal para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em uma área interdisciplinar como o turismo” (REJOWSKI, 2001, p. 22). Sobre o tema, Darbellay e Stock (2012) defendem que os estudos turísticos se configuram como tendo heterogeneidade de instituições, atores, redes e “territórios acadêmicos”.

Outra questão que merece destaque diz respeito aos estudos de Jafar Jafari (1994; 2005), responsável por criar quatro grupos a fim de dividir os trabalhos e as opiniões dos pesquisadores em Turismo, cada grupo sugerindo uma posição ou uma plataforma com respeito a determinada atividade. Cada plataforma surgiu em um período, e as ideias e o posicionamento de uma plataforma originou a criação de outra; entretanto, uma não substitui as demais; ao contrário, elas seguem coexistindo. São elas: Plataforma de Defesa, Plataforma de Advertência, Plataforma de Adaptação e Plataforma do Conhecimento (JAFARI, 1994; 2005).

Jafari (1994) discorre que a Plataforma de Defesa se formou das ideias das pessoas ou empresas relacionadas aos aspectos econômicos da atividade turística, em geral, membros de empresas privadas ou de entidades públicas. Afirma que tanto o setor privado quanto o público costumam ressaltar a importância econômica da atividade turística, gerando empregos e divisas. Para reforçar essa posição, o autor destaca que, por meio do turismo, há preservação do ambiente natural, recriação das tradições do passado; promoção da cultura; estímulo ao intercâmbio entre distintas culturas; e fomento à busca pela paz mundial. A maioria das publicações referentes a tal plataforma data da década de 1970 e destaca a perspectiva econômica e o potencial de desenvolvimento da atividade (JAFARI, 1994). Essa mensagem não sofreu muitas mudanças nos últimos anos.

Entretanto, de acordo com o autor, com o passar do tempo, começaram a surgir questionamentos a respeito da posição da Plataforma de Defesa. Esses questionamentos tiveram início na década de 1960 e evoluíram até se converterem na Plataforma de Advertência. O autor menciona que essa plataforma é sustentada por teorias dos membros da academia, como os científicos sociais, bem como de associações e entidades públicas relacionadas à cultura e à natureza. A mensagem passada pelos defensores de tal plataforma é que o turismo gera empregos temporários que não requerem mão de obra qualificada; que a atividade beneficia as empresas e as grandes corporações; destrói o ambiente natural; reduz as

populações das comunidades tradicionais e suas culturas a meros artigos de consumo; e ocasiona desajustes nas estruturas das sociedades receptoras. A posição da Plataforma de Advertência oscila entre ignorar os contra-argumentos da Plataforma de Defesa e declarar as consequências negativas da atividade turística (JAFARI 1994). O autor observa que pesquisadores de ambas as plataformas trocaram críticas, e a Plataforma de Advertência recebia contradecorações da Plataforma de Defesa, o que, na visão de Jafari (1994), não conduz a diálogos ou intercâmbios de ideias.

Tendo em vista que as duas plataformas anteriormente citadas dirigiam seus argumentos, principalmente, aos impactos do turismo, pode-se afirmar, conforme Jafari (1994), que algumas formas alternativas de turismo impactariam em menor grau do que outras. Desse modo, segundo o autor, a atenção foi sendo direcionada às formas alternativas de desenvolvimento do turismo, resultando na formação da terceira plataforma, a de Adaptação. Jafari (1994) esclarece que a Plataforma de Adaptação favorece aquelas formas de turismo que levam em conta as necessidades das comunidades receptoras, bem como os aspectos socioculturais, naturais e os fabricados pelo homem. Refere-se a tipos de turismo no qual Jafari (1994; 2005) agrega, entre outros, o agroturismo, o ecoturismo, o turismo de natureza, o turismo cultural, o turismo étnico e o turismo envolvendo comunidades indígenas, que representam alternativas para o turismo de massa.

Entre os defensores dessa plataforma estão acadêmicos e grupos de pesquisa, consultores, conservacionistas, operadores turísticos e planejadores (JAFARI, 1994). O autor cita que, apesar de a posição dessa plataforma ter perdido força com o tempo, à época da publicação de sua pesquisa, as formas alternativas de turismo não estavam desenvolvidas o suficiente para abarcar o volume do turismo de massa. Em outros termos, pode-se dizer que, embora fosse possível exercer influência sobre as formas e maneiras de praticar o turismo, mas não era possível reduzir o volume dessa atividade.

As posições dos autores congregados nas três plataformas supracitadas foram algumas das principais impulsionadoras das reflexões sobre a atividade turística. Porém, para estudar o turismo sistematicamente e compreender suas estruturas e as funções subjacentes, é preciso formar conhecimento, com desenvolvimento de ideias teóricas, buscando superar a visão maniqueísta (JAFARI, 1994). Essa opinião fez com que surgisse a quarta plataforma, a Plataforma do

Conhecimento. Sustentada por membros da comunidade acadêmica, essa abordagem apoia-se em argumentos e comprovações científicas, ao mesmo tempo em que mantém laços que a une às outras plataformas e trata o turismo de modo holístico, conforme afirma Jafari (1994). A perspectiva do conhecimento inclui: a relação do turismo com outros campos ou outras disciplinas; o estudo sistemático da estrutura do turismo; as funções pessoais, grupais, empresariais, governamentais e de sistema; os fatores que influenciam e são influenciados pela atividade turística, entre outros. Jafari (1994) aponta que, na década de 1990, os trabalhos da Plataforma do Conhecimento acabavam de iniciar.

De acordo com Jafari (2005), essas quatro plataformas resumem o desenvolvimento do turismo até o final do século XX. Segundo esse investigador, no século XXI, o maior acontecimento relacionado ao turismo foram os ataques terroristas em Nova Iorque e Washington, nos Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2001, os quais trouxeram consequências para o setor, que não ficaram limitadas aos destinos próximos a essas cidades. Por essa razão, o governo daquele país apoiou fortemente o turismo, incentivando os americanos a viajar. Tal medida não teve como objetivo promover o turismo, mas contribuir para que a vida social do país voltasse à normalidade.

Jafari (2005) destaca que, com tal acontecimento, o turismo se fortaleceu como fenômeno sociopolítico, dando origem a uma quinta plataforma, a Plataforma de Interesse Público, que se insinua como um resultado de acontecimentos sem precedentes e que afetam consideravelmente a atividade turística. Banducci Junior (2001) defende que, com exceção da Plataforma de Defesa, as demais plataformas não podem ser aplicadas ao caso brasileiro.

Os teóricos do Turismo, particularmente aqueles que falam a partir do ponto de vista das Ciências Sociais, concordam que o turismo é um fenômeno complexo que condensa toda uma gama de aspectos referentes às sociedades e às culturas e muda conforme as circunstâncias. É, portanto, difícil compreendê-lo em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou de uma única ciência. Por isso o turismo se constitui num objeto de estudo de diferentes ciências, como a Economia, as Ciências Sociais e a Geografia (BANDUCCI JUNIOR, 2001; BARRETTO; SANTOS, 2005).

Banducci Junior (2001) aponta que, do mesmo modo que não existe “o turista”, mas sim uma tipologia de turistas e de experiências turísticas, também há

diversos modos de interferência e diferentes resultados provocados nas culturas receptoras. O referido autor ressalta também que se faz importante saber o grau de interferência da atividade turística em determinada comunidade, se tal atividade está desagradando e gerando mudanças na cultura local ou se tais mudanças ocorrem por consequência de circunstâncias, para que os pesquisadores não façam uso de juízos de valor em vez de se embasarem em evidências científicas.

No que tange às pesquisas sobre turismo envolvendo comunidades indígenas, cabe destacar que se constatou que, no Brasil, seu número é restrito, tal como apontado por Grünewald em sua tese doutoral defendida em 1999. O autor informa que, paralelamente a sua pesquisa, coletou bibliografias sobre Antropologia do Turismo, que praticamente não existiam no país, sendo que os únicos exemplares disponíveis constavam nas publicações do periódico *Annals of Tourism Research*, que se encontravam disponíveis para consulta na biblioteca da Universidade de São Paulo (USP). Por conta da escassez de material bibliográfico, Grünewald precisou solicitar que lhe fossem enviados estudos de outros países (GRÜNEWALD, 1999). Por ser um dos precursores dos estudos da Antropologia no Turismo e dos estudos sobre turismo envolvendo comunidades indígenas, além da qualidade e do caráter científico de seus estudos, suas pesquisas foram amplamente utilizadas como base teórica por diversos outros autores.

Em 1999, já haviam sido publicados outros estudos sobre turismo envolvendo comunidades indígenas do Brasil; porém, eram escassos. Como exemplo, cita-se o artigo científico intitulado *Indirect tourism and political economy in the case of the Mamainde of Mato Grosso, Brazil*, de Paul Aspelin, da Cleveland State University, Estados Unidos, publicado no periódico *Annals of Tourism Research*, em 1977 (ASPELIN, 1977). Foi justamente na década de 1970 que se iniciaram as pesquisas sobre turismo envolvendo comunidades indígenas na Antropologia, e apenas na década de 1990 o tema foi inserido no contexto do desenvolvimento econômico e estratégico, por meio do estudo da relação entre essas comunidades, as áreas protegidas e o ecoturismo (BRANDÃO *et al.*, 2014).

Em países como Austrália, Nova Zelândia e Canadá, onde o turismo envolvendo comunidades indígenas vem se consolidando, pode ser constatado o aumento da quantidade de publicações acerca desse campo de estudo, conforme indicam Brandão (2012) e Brandão *et al.* (2014). No Brasil, essas pesquisas ainda são limitadas; no entanto, desde 1999, houve um aumento considerável de estudos,

incluindo teses e dissertações. Além disso, o aprimoramento da tecnologia da informação contribuiu para facilitar o acesso a pesquisas publicadas no mundo inteiro. Algumas dessas pesquisas, realizadas no Brasil, foram analisadas na presente dissertação.

2.3.2 Seleção e delimitação do *corpus*

O processo de seleção do objeto de análise baseou-se, primeiramente, na experiência científica desta pesquisadora com o tema em estudo, uma vez que já havia lidado, em pesquisas anteriores, com algumas das teses e dissertações publicadas no Brasil que versam sobre o tema em foco. No entanto, para delimitação do *corpus*, realizou-se inicialmente uma inventariação da produção sobre turismo envolvendo comunidades indígenas. Para tal, foram utilizados os resultados obtidos no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Ministério da Educação (MEC). Esse banco faz parte do Portal de Periódicos da Capes/MEC e nele estão inseridas teses e dissertações defendidas a partir de 1987, fornecidas à Capes pelos Programas de Pós-Graduação de todo o Brasil.

Inicialmente, tal ferramenta permitia a pesquisa por autor, título e palavra-chave (CAPES, 2014). No entanto, o sistema passou por uma reformulação entre 2013 e 2014, fazendo com que o *site* estivesse temporariamente fora do ar. Após a reformulação do sistema, tornou-se possível realizar a busca conforme agência financiadora, área de conhecimento, autor, biblioteca, data da defesa, instituição de ensino, linha de pesquisa, nível, palavras-chave, programa, resumo, título ou todos os campos (CAPES, 2014), sendo também possível combinar dois desses itens.

Foram selecionadas as teses e dissertações resultantes da pesquisa pelo termo “turismo indígena”, a partir da busca básica. No caso das pesquisas sobre turismo indígena, a primeira pesquisa era datada de 1999. Assim, foram analisadas as teses e dissertações publicadas entre os anos de 1999 e 2012 (uma vez que, à época da coleta, não constaram outros estudos datados de anos posteriores a 2012). Após a busca pelo termo, analisou-se o título e o resumo para averiguar se os estudos faziam alusão ao turismo envolvendo comunidades indígenas.

Primeiramente, foi realizada uma pesquisa de reconhecimento em junho de 2013, a qual resultou na identificação de 45 estudos. Dessas pesquisas, foram excluídas aquelas cujos título e resumo não faziam alusão ao turismo envolvendo comunidades indígenas. Ademais, dois estudos que abordam o turismo e as questões indígenas foram excluídos (QUADRO 3) por não se caracterizarem como estudos pertinentes ao turismo envolvendo as comunidades pesquisadas, embora fizessem alusão à importância das comunidades indígenas para determinada localidade.

QUADRO 3 - PESQUISAS ELIMINADAS DO *CORPUS*

AUTOR (A)	TÍTULO DA OBRA	ANO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PROGRAMA
Carmen Regina Dorneles Nogueira ¹	O turismo, o reencontro e a redescoberta da região das Missões.	2007	Universidade de São Paulo	Doutorado em Geografia Humana
Valdir Corrêa ²	Caminho do Peabiru: um resgate cultural para o turismo.	2010	Universidade da Região de Joinville	Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade

Fonte: Baseado em Capes (2013)

Desse modo, o *corpus* da pesquisa foi formado por 17 estudos. No mês de maio de 2014, foi realizada uma nova pesquisa, a fim de verificar se novos estudos haviam sido inseridos após a reformulação do banco de dados. No entanto, verificou-se que os resultados não eram similares àqueles acessados em consulta anterior. Diversas pesquisas que resultaram da busca não faziam alusão ao turismo étnico indígena, nem em áreas indígenas; ademais, os estudos estavam sendo inseridos gradativamente, por isso, não constavam no banco de dados todos os resultados da primeira busca realizada.

No quadro a seguir (QUADRO 4), são apresentados quatro exemplos de pesquisas que foram eliminadas do *corpus*, considerando que: o primeiro trabalho listado estuda uma comunidade estrangeira, além de não ter como foco o turismo, mas sim a prática do ritual da *Ayahuasca*; o segundo apresenta um estudo sobre as políticas públicas indigenistas que não engloba o turismo; o terceiro não faz menção

¹ NOGUEIRA, C. R. D. **O turismo, o reencontro e a redescoberta da região das Missões**. 177 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

² CORRÊA, J. **Caminho do Peabiru: um resgate cultural para o turismo**. 85 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.

às comunidades indígenas; e o quarto aborda os indígenas, mas seu enfoque é a importância desses povos para a Estrada Real.

QUADRO 4 - EXEMPLOS DE PESQUISAS ELIMINADAS DO *CORPUS*

AUTOR(A)	TÍTULO DA OBRA	ANO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	PROGRAMA
Beatriz Caiuby Labate ³	Ayahuasca Mamancuna merci beaucoup: internacionalização e diversificação do vegetalismo ayahuasqueiro peruano.	2011	Universidade Estadual de Campinas	Doutorado em Antropologia Social
Laura Arlene Sare Ximenes Ponte ⁴	Políticas Públicas e os indígenas citadinos: estudos da política indigenista de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010).	2012	Universidade Federal do Pará	Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
José Roberto Feitosa de Sena ⁵	Maracatus rurais de Recife: entre a religiosidade popular e o espetáculo.	2012	Universidade Federal da Paraíba	Mestrado Acadêmico em Ciências das Religiões
Cristiano Lima Sales ⁶	A Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho.	2012	Universidade Federal de São João del Rei	Mestrado Acadêmico em História

Fonte: Baseado em Capes (2014)

Dos estudos selecionados, dois não puderam ser acessados, pois não estavam disponíveis no ambiente *online* e, apesar da tentativa de contato com os autores, estes não responderam à solicitação de envio de seus textos. Destarte, o *corpus* da pesquisa ficou delimitado em 15 estudos. Entretanto, no decorrer das análises, constatou-se que uma tese⁷ selecionada não se enquadrava no perfil

³ LABATE, B. C. **Ayahuasca Mamancuna merci beaucoup**: internacionalização e diversificação do vegetalismo ayahuasqueiro peruano. 334 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

⁴ PONTE, L. A. S. X. **Políticas públicas e os indígenas citadinos**: estudo das políticas indigenistas de educação e saúde em Belém e Manaus (1988 a 2010). 269 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

⁵ SENA, J. R. F. de S. **Maracatus rurais de Recife**: entre a religiosidade popular e o espetáculo. 165 p. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

⁶ SALES, C. L. A. **Estrada Real nos cenários arqueológico, colonial e contemporâneo**: construções e reconstruções histórico-culturais de um caminho. 308 p. (Mestrado em História) - Universidade Federal de São João del Rei, São João del Rei, 2012.

⁷ QUARESMA, H. D. de A. B. **Turismo na Terra de Makunaima**: sustentabilidade em Parques Nacionais da Amazônia? 418 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

delineado para a constituição do *corpus*⁸, de modo que o *corpus* final é constituído por 14 pesquisas.

2.3.3 Descrição do *corpus*

Assim como destacado anteriormente, as teses e dissertações sob análise foram publicadas desde o ano de 1999 até 2012 e estavam disponíveis na base de dados *online* da Capes à época da consulta. Para contextualizar, apresenta-se abaixo um quadro com alguns dados referentes às pesquisas analisadas, composto pelos seguintes dados: nome do autor, título da obra, ano de publicação, instituição de ensino ao qual a pesquisa e o pesquisador estavam vinculados, o grau da pesquisa (Mestrado/dissertação ou Doutorado/tese) e o programa ao qual estava vinculada.

QUADRO 5 – COMPONENTES DO *CORPUS*

AUTOR(A)	TÍTULO DA OBRA	ANO	INSTITUIÇÃO DE ENSINO	GRAU E PROGRAMA
Rodrigo de Azeredo Grünewald	Os “Índios do Descobrimento”: tradição e turismo.	1999	Universidade Federal do Rio de Janeiro	Doutorado em Antropologia Social
Munier Abrão Lacerda	As perspectivas de desenvolvimento local entre os Terena, na aldeia urbana Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, através do etnoturismo.	2004	Universidade Católica Dom Bosco	Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Local
Djanires Lageano de Jesus*	A transformação da Reserva Indígena de Dourados-MS em Território Turístico: valorização sócio-econômica e cultura.	2004	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Mestrado em Geografia
Flávia Lac	O turismo e os Kaingang na Terra Indígena de Iraí/RS.	2005	Universidade Federal do Paraná	Mestrado em Antropologia Social
Roberta Garcia Anffe Nunes	O turismo como prática social em Território Indígena: uma análise comparativa entre a Reserva Indígena de Dourados-MS e a Aldeia Puiwa Poho em Feliz Natal-MT.	2006	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	Mestrado em Geografia
Vanderlei	Turismo, território e modernidade: um	2006	Universidade	Doutorado em

⁸ A pesquisa Quaresma (2009) teve como objetivo identificar como se efetivavam a prática das políticas ambientais e de turismo em áreas protegidas no Monte Roraima. Para tanto, o autor efetuou uma comparação entre políticas públicas e ações ambientais e de turismo do Brasil, da Venezuela e da Guiana. Embora a pesquisa aborda os povos indígenas e o turismo nessas comunidades e constitua um estudo fortemente recomendável, essa tese foi excluída do *corpus* por retratar um estudo bem mais amplo; as comunidades indígenas são apenas uma parte estudada – e o são apenas porque estão presentes na região –, mas não estão relacionadas ao objetivo geral da tese.

Mendes de Oliveira	estudo da população indígena Krahô, Estado do Tocantins (Amazônia Legal Brasileira).		de São Paulo	Geografia
Anery Junior Baggio	Ecoturismo: alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha, PR.	2007	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas
Verônica Paz de Oliveira*	O turismo como estratégia de desenvolvimento sustentável em área indígena: um estudo na reserva Guarita no Rio Grande do Sul.	2007	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul	Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas
Ivani Ferreira de Faria	Ecoturismo indígena – território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia.	2008	Universidade de São Paulo	Doutorado em Geografia Física
Karen Vieira Ramos	A construção do espaço turístico: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença (Ilhéus – BA).	2008	Universidade Estadual de Santa Cruz e Universidade Federal da Bahia	Mestrado em Cultura e Turismo
Luciano Cardenes Santos	Sahu-Apé e o turismo em Terras e comunidades indígenas.	2010	Universidade Federal do Amazonas	Mestrado em Antropologia Social
Ederson Lauri Leandro	Ecoturismo indígena e gestão territorial, contribuições participativas da Terra Indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro).	2011	Universidade Federal de Rondônia	Mestrado em Geografia
Isis Maria Cunha Lustosa	Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará.	2012	Universidade Federal de Goiás	Doutorado em Geografia
Sandro Campos Neves	A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição.	2012	Universidade Federal da Bahia	Doutorado em Antropologia
Djanires Lageano de Jesus	A (re) tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul-BR) e Māori (Ilha Norte – NZ).	2012	Universidade Federal do Paraná	Doutorado em Geografia
Cristiane do Nascimento Brandão	Turismo em Terras Indígenas como fator de desenvolvimento local sustentável: estudo de caso nas comunidades indígenas de Roraima.	2012	Fundação Getúlio Vargas/SP	Mestrado em Administração de Empresas

* Não foi possível ter acesso às pesquisas.

Fonte: Baseado em Capes (2013; 2014).

Na sequência, apresenta-se uma contextualização das pesquisas a analisadas, atendo-se às características estruturais de cada texto, uma vez que são pesquisas distintas entre si, com objetivos próprios e que mantêm especificidades também no que tange à realidade estudada e à área e ao escopo teórico considerados. A seguir, aborda-se, isoladamente, cada pesquisa analisada.

Na primeira pesquisa, Grünwald (1999) aborda os Pataxó do Extremo Sul Baiano, mas com ênfase na aldeia de Barra Velha, Porto Seguro, e na Terra

Indígena (TI) da Coroa Vermelha, Santa Cruz de Cabrália, na Bahia. A pesquisa enfoca a situação histórica dos Pataxó e sua inserção na “arena turística”. O autor cita como objetivos do estudo: fornecer uma interpretação do quadro de relações interétnicas a partir de uma práxis Pataxó; examinar a dinâmica cultural inerente a um processo, que o autor denominou rearranjo étnico, da população Pataxó do Extremo Sul Baiano, processo responsável por fazer surgir novas tradições que são exibidas como sinais diacríticos de sua etnicidade no contato com os visitantes; e analisar as construções culturais indígenas e sua relação com a atividade turística.

No que tange à metodologia da pesquisa, esse investigador utilizou-se da etnografia e do método genealógico⁹, realizando um levantamento por meio de coleta de material arquivístico e de entrevistas com indígenas; moradores de Caraíva e Santa Cruz Cabrália (Bahia); turistas; guias de turismo; proprietários e funcionários de pousadas, restaurantes, bares; vendedoras de acarajé; proprietários de casas noturnas; cobradores de ônibus e motoristas de taxis; e mais uma infinidade de atores. Grünwald (1999) justifica a importância de ouvir todos esses atores no fato de cada um construir suas interpretações sobre as tradições indígenas, o contato com o turismo, as ocupações territoriais, entre outros aspectos. Utilizou ainda a observação participante, a história oral e registro fotográfico.

O autor da segunda pesquisa listada, Lacerda (2004), realizou um estudo de caso no bairro/aldeia urbana Marçal de Souza, no município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, bairro construído pelo poder público para abrigar, especificamente, indígenas Terena. O intuito do investigador é analisar as perspectivas de desenvolvimento local no bairro em questão, buscando identificar até que ponto o etnoturismo, naquela comunidade, representa um apoio a seu desenvolvimento.

Além da pesquisa bibliográfica, foram realizadas entrevistas com funcionários do Memorial da Cultura Indígena, moradores do bairro (20 pessoas) e lideranças do bairro; foi aplicado questionário a funcionários do Departamento Municipal de Turismo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (Sedec) e da Fundação Nacional do Índio (Funai); ademais, o autor conversou com alunos e professores que realizavam visitas ao Memorial e realizou observação, inclusive das festividades do

⁹ União do conhecimento e das memórias locais, permitindo a constituição de um saber histórico e sua utilização (GRÜNEWALD, 1999).

Dia do Índio, a fim de identificar como os turistas e os estudantes seriam recebidos e o que fariam durante a visita.

O terceiro estudo listado, de Lac (2005), tem como objetivo “desvendar como os Kaingang da TI Iraí, Rio Grande do Sul, se veem e são vistos pelos não índios (habitantes de Iraí e turistas) frente ao turismo que os atinge e do qual participam” (LAC, 2005, p. 36). A autora analisa os problemas enfrentados pelos Kaingang no município de Iraí, Rio Grande do Sul, no que se refere a seus direitos legais e à relação com o poder público e com a sociedade iraiense. A autora aponta que foi priorizado o ponto de vista dos indígenas e que a opinião dos não indígenas foi tratada de modo mais quantitativo do que qualitativo.

Essa investigadora passou duas semanas na TI de Iraí, com o objetivo de conhecer melhor a comunidade, aproveitando a oportunidade para conversar com políticos e formadores de opinião do município. Após isso, foram feitas visitas durante as quais se realizou entrevistas com o *trade* turístico (hoteleiros e transportadores), com turistas e 30 indígenas (moradores da TI, lideranças políticas e sociais e membros da comissão de turismo indígena). Ademais, a autora acompanhou a visita de três grupos à TI supracitada e acompanhou os indígenas a eventos, realizando, assim, observação participante.

O outro estudo analisado, Nunes (2006), tem por objetivo evidenciar a produção socioespacial em territórios indígenas que estavam tendo contato, à época da pesquisa, com as sociedades baseadas no consumo, bem como observar as redefinições ou “produção” desses territórios. Para isso, a investigação esteve baseada no método comparativo entre duas aldeias: Puiwa Poho, em Feliz Natal, Mato Grosso, e Reserva Indígena (RI) de Dourados, no município homônimo, Mato Grosso do Sul.

Foram realizadas pesquisas bibliográfica e empírica, por meio de levantamento de campo. Para isso, Nunes (2006), destaca ter sido de grande importância os trabalhos de Djanires Lageano de Jesus, na aldeia de Dourados. O levantamento de campo – como Nunes (2006) nomeia – contou com levantamento de dados (formulários e questionários) junto a prefeituras, secretarias, escolas, igrejas e outros órgãos de importância para os municípios; ademais, realizaram-se observação e entrevistas com habitantes dos municípios, turistas, guia e indígenas.

O quarto autor listado, Oliveira (2006), estuda os Krahô nos municípios de Goiatins e Itacajá, no Tocantins. Sua pesquisa objetiva aprofundar o debate teórico e

metodológico sobre o turismo e novos segmentos; identificar e delimitar os principais locais que poderiam ser visitados; identificar a organização e gestão do turismo Krahô. O pesquisador busca apresentar algumas contribuições para a organização do turismo em territórios indígenas, seguindo a lógica do método pesquisa-ação e da pesquisa participante, tendo como foco do estudo o Território Indígena Krahô, em Tocantins. Além disso, o autor utiliza os métodos etnológico e etnográfico.

O autor recorre à pesquisa-ação e à pesquisa participante como ferramentas auxiliares na coleta de dados e informações em trabalho de campo, visando a construir uma proposta de trabalho ancorado nos recursos teóricos e metodológicos da Ciência Geográfica. Em sua pesquisa, defende que a esses dois métodos subjazem conteúdos ideológicos que contribuem para a realização do trabalho de campo; ademais, não comprometem a teoria e ainda possibilitam coleta de material de registro, que objetiva a elaboração de uma proposta de investigação e de intervenção, não sendo possível excluir o envolvimento das comunidades (OLIVEIRA, 2006). Oliveira (2006) buscou desenvolver um trabalho que permitisse a reflexão analítica acerca do quadro em que se encontrava, à época da pesquisa, a organização do turismo em territórios indígenas, optando pelo envolvimento das comunidades e das associações indígenas na pesquisa.

O estudo de Baggio (2007), por sua vez, provoca uma reflexão sobre as possibilidades e as perspectivas do ecoturismo no que tange à garantia da continuidade da identidade histórica sem que haja ameaça à resiliência ambiental, tendo como foco a TI Mangueirinha, localizada nos municípios de Mangueirinha, Coronel Vivida e Chopinzinho, no Paraná. Os objetivos específicos são: apresentar o contexto das comunidades estudadas; apreender os elementos significativos da representação da TI para indígenas e não indígenas; identificar o patrimônio natural e cultural existente na TI; e levantar as atividades ecoturísticas possíveis no local, visando ao desenvolvimento sustentável.

Baggio (2007) adota o Pensamento Complexo e a pesquisa qualitativa para desenvolver o estudo, por conta da proximidade dos métodos com a proposta do estudo em questão, que envolveu “a análise de questões ligadas a cultura e natureza, multiculturalidade/interculturalidade e biodiversidade, patrimônio, além do turismo” (BAGGIO, 2007, p. 22). O pesquisador recorre à aplicação de entrevistas semiestruturadas com indígenas (cacique e guia) e sujeitos envolvidos com os interesses indígenas (técnico do Instituto Ambiental do Paraná – IAP; técnica da

Secretaria de Estado do Turismo – Setu; chefe do Posto Indígena da Funai de Mangueirinha; e prefeitos dos três dos municípios que englobam a TI) a fim de conhecer a percepção dos entrevistados quanto aos aspectos políticos, econômicos, socioculturais, ambientais e turísticos da TI Mangueirinha, além de dar um entendimento quanto às interações entre indígenas e não indígenas. Também foi realizada pesquisa participante, por meio de uma visita guiada por trilhas na TI Mangueirinha. Essa etapa da pesquisa possibilitou uma maior percepção do patrimônio cultural e ambiental da localidade, além de informações sobre as visitas, obtidas com o guia acompanhante por meio de entrevista não estruturada. Baggio (2007) utilizou também registros fotográficos para análise dos dados.

No seguinte estudo listado, Faria (2008) analisa um conjunto de reflexões e ações acerca do ecoturismo na Região do Alto Rio Negro, e, mais especificamente, no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, balizando-se pelas questões de gestão territorial e educação ambiental e patrimonial. Embasada no método dialético, foram realizadas pesquisa participante e pesquisa-ação, do mesmo modo que Oliveira (2006); porém, foram utilizados também procedimentos da pesquisa convencional como parte da pesquisa participante (FARIA, 2008). Apesar de a autora não ter especificado as técnicas de coleta de dados utilizadas, seu texto indica que foram realizadas entrevistas com indígenas e lideranças locais, bem como membros de organizações importantes para o desenvolvimento turístico local. Ademais, foi feito registro fotográfico (posteriormente utilizado no trabalho), que, por conta da estratégia de pesquisa, acredita-se que tenha sido acompanhado de observação.

Ramos (2008), por sua vez, em estudo sobre os Tupinambá do Distrito de Olivença, em Ilhéus, Bahia, apoia-se no método etnográfico e na observação participante. A referida pesquisadora analisa os elementos constituintes das trocas simbólicas estabelecidas entre os turistas e os Tupinambá na formação dos espaços turísticos. Para isso, o estudo se propõe a: verificar os locais de visitação turística; compreender como se dá a negociação cultural entre os Tupinambá e os turistas; descrever as práticas culturais dos Tupinambá, percebidas pelos turistas como formas de afirmação identitária; analisar em que medida a identidade, a história e as manifestações dos Tupinambá são percebidas pelos turistas como incremento da atividade turística em Olivença; e avaliar o significado da atividade turística para a porção do grupo que trabalhava junto aos turistas.

Além da pesquisa bibliográfica, Ramos (2008) realiza uma pesquisa de campo etnográfica, fazendo uso da observação participante, inclusive em duas manifestações públicas, e conversas informais com indígenas, turistas e outros nativos residentes no núcleo urbano de Olivença. Ademais, o estudo baseia-se também em documentos históricos, propagandas turísticas, mídias impressa e audiovisual.

O seguinte autor listado, Santos (2010), estuda os Sateré-Mawé da comunidade Sahu-Apé, em Iranduba, Amazonas, e o turismo em áreas e comunidades indígenas, utilizando-se da etnografia. O objetivo geral da pesquisa é analisar o turismo na referida comunidade como política indígena que estabelece relações com a política indigenista de órgãos oficiais do Estado. São citados como objetivos específicos: analisar diferentes concepções do turismo e suas aplicações nas políticas públicas; descrever etnograficamente como as agências de turismo organizavam, à época da pesquisa, os roteiros de viagem até a referida comunidade; etnografar a territorialidade Sateré-Mawé da comunidade Sahu-Apé, estabelecendo a sua relação com a organização do turismo.

Como técnicas de pesquisa, a autora recorre à entrevista, mas utiliza também conversas informais como fonte de dados e, para registro dessas interações, o diário de campo, considerando a necessidade de superar o discurso oficial marcado nas entrevistas. Além disso, Santos (2010) observou o cotidiano da comunidade indígena com e sem a presença de turistas. Também participou da movimentação do grupo na preparação de um ritual sagrado – o ritual da tucandeira.

A pesquisa seguinte, de Leandro (2011), pauta-se na investigação explicativa, a partir de discussões que visaram à elaboração de planos de gestão territorial desenvolvidas pelos indígenas Paiter-Surui e seus desdobramentos. A pesquisa foi alicerçada em três momentos. Primeiramente, o autor estabeleceu um diálogo com as organizações e as associações atuantes da TI Paiterey Karah (Sete de Setembro), localizada nos municípios de Cacoal e Espigão do Oeste, Rondônia, e Rondolândia, Mato Grosso, com as comunidades existentes nessa área, com as lideranças das comunidades e com as organizações que realizavam trabalhos em parceria com os Paiter-Surui. No segundo momento, o pesquisador selecionou uma análise bibliográfica e documental, relativa às questões indígenas e à região estudada, além da análise da metodologia formulada e implementada pelos Paiter-Surui em parceria com a Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé. Em

seguida, Leandro (2011) acompanhou atividades, tais como reuniões, oficinas e treinamentos, realizadas na TI Sete de Setembro e realizou entrevistas e conversas informais. Cabe salientar que o referido autor recorre ao enfoque teórico da Ciência Geográfica, apoiado na pesquisa-ação e participante, escolhas metodológicas que consideram a opinião das comunidades.

Lustosa (2012), por sua vez, realiza uma análise comparativa entre os Tremembé, em Itapipoca, e os Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz, ambos no Ceará, no que tange à afirmação étnica e o turismo. O objetivo geral da pesquisa é analisar as interpretações sobre os projetos privados e governamentais de turismo em TIs a partir do olhar de membros de dois povos indígenas pesquisados. Os objetivos específicos são: discutir a relação entre o turismo em TIs e a política indigenista, com ênfase nos povos indígenas do Nordeste; analisar as tipologias de turismo em TIs, examinando as diversas faces do fenômeno; examinar os diversos interesses dos indígenas, dos representantes (governamentais e de organizações não governamentais – ONGs), dos visitantes e dos agentes turísticos, na implantação do turismo em TIs.

O estudo pauta-se no método etnográfico e etnogeográfico, que, segundo a autora, busca compreender melhor as relações entre grupos étnicos e seus territórios. Além da pesquisa bibliográfica e documental, Lustosa (2012) realizou observação participante (em reuniões locais e eventos), registros fotográficos e entrevistas com moradores locais (tanto os que se reconheciam como indígenas quanto os que negavam tal identidade), representantes governamentais de entidades ligadas aos povos indígenas e turismo. Realizou entrevistas com indígenas, incluindo representantes da Associação Missão Tremembé (Amit) e com representantes da Rede Tucum, Fundação Nacional de Saúde (Funasa), Carteira Indígena, Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), Funai, Instituto Terramar e Centro de Artesanato do Ceará (CeArt). Ademais, foi realizada entrevista com uma gerente e com duas proprietárias de pousadas. A pesquisadora analisa também a relação das comunidades estudadas com o espaço físico, social, político e cultural, bem como as estruturas e atividades relacionadas ao turismo.

Na outra pesquisa elencada, Neves (2012) analisa como os Pataxó da Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabralia, Bahia, se organizam para a exploração da atividade turística. Os objetivos específicos do estudo são: analisar as configurações das

categorias “identidade” e “etnicidade” entre os Pataxó; verificar a importância das relações de parentesco na organização da atividade turística dessa comunidade; analisar a dinâmica de territorialização e sua relação com o processo de organização do turismo na comunidade estudada; avaliar as relações estabelecidas entre os Pataxó e os turistas e outros atores sociais, para efetivação da atividade turística; e identificar as formas de apropriação do turismo entre os Pataxó para obtenção de um desenvolvimento simbólico e econômico.

Na referida pesquisa, Neves (2012) aborda dois sistemas de relação: o de construção de identidades e o de participação dos indígenas na atividade turística. Para isso, além da pesquisa bibliográfica, realizou, baseada na etnografia, observação participante, entrevistas, assim como registro fotográfico. Também, foram realizados dois levantamentos, com aplicação de questionários, o primeiro realizado com 28 proprietários de lojas de artesanato de Coroa Vermelha, e o segundo, com 31 Grupos Domésticos indígenas da comunidade supracitada.

A pesquisa listada em seguida, de Jesus (2012), tem como objetivo identificar como as mudanças desencadeadas pela atividade turística podem conservar ou modificar as relações socioespaciais construídas historicamente pelas comunidades indígenas estudadas. Para isso, apresenta uma análise comparativa entre uma comunidade indígena brasileira – Kadiwéu, em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul – e os Māori, Ilha Norte, Nova Zelândia. Os objetivos específicos da pesquisa são: identificar planos, programas e projetos de desenvolvimento regional que buscam fomentar o turismo indígena em ambos os territórios; analisar os impactos – ambientais, sociais, culturais e econômicos – oriundos da implantação do turismo nas comunidades; e identificar o papel dos diferentes atores envolvidos na atividade turística.

O investigador associa a pesquisa bibliográfica à documental e à de campo. Com base na pesquisa documental, o autor faz uma comparação entre as realidades das comunidades estudadas, por meio de consulta de planos, programas e projetos de fomento e qualificação de turismo, assim como políticas indigenistas. Em relação à pesquisa de campo, o autor utiliza diários de campo, inventários fotográficos, entrevistas e coleta de depoimentos de turistas, indígenas (dentre eles lideranças, artesãos, diretor de escola, professores e líderes de família), residentes não indígenas e profissionais do turismo. Assim, Jesus (2012) recorre ao método da comparação e à pesquisa-ação.

A última pesquisa elencada, de Brandão (2012), tem como objetivo analisar a influência do turismo no desenvolvimento local dos povos indígenas de Roraima, com foco nas comunidades de Nova Esperança, Bananal e Boca da Mata, na TI São Marcos, em Pacaraima, Roraima. O estudo tem um enfoque direcionado à organização e gestão do turismo nessas comunidades e sua relação com a sustentabilidade, com ênfase no âmbito econômico. Os objetivos específicos da investigação são: identificar os aspectos político-legais do turismo em áreas indígenas; descrever a organização e o histórico do turismo em áreas indígenas; e analisar os impactos – sociais, culturais, econômicos e ambientais – oriundos do desenvolvimento do turismo em comunidades indígenas.

A pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso misto. Na etapa qualitativa, foram realizadas entrevistas com lideranças indígenas envolvidas com o turismo e foram feitas análise de documentos (projetos, relatórios oficiais, normas, leis, atas de reuniões, pareceres, diários, entre outros documentos) e observação (com registro de dados em diário de campo). Na etapa quantitativa, houve a aplicação de 210 questionários, a partir dos quais a autora busca “analisar os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo nas comunidades indígenas na perspectiva dos residentes” (BRANDÃO, 2012, p. 62). A autora aponta ainda que os questionários serviram também para “verificação dos impactos ambientais, culturais, sociais e econômicos provenientes do turismo nas comunidades indígenas” (BRANDÃO, 2012, p. 62).

Abaixo, apresenta-se um quadro contendo a área de estudo no qual foi desenvolvida a pesquisa, o foco da análise, as palavras-chave e os temas mais expressivos de cada tese ou dissertação.

QUADRO 6 - FOCO DA ANÁLISE, PALAVRAS-CHAVE E TEMAS EXPRESSIVOS

AUTOR(A)	ÁREA DE PESQUISA	FOCO DA ANÁLISE	PALAVRAS-CHAVE E OUTROS TEMAS EXPRESSIVOS ¹⁰
Grünewald (1999)	Antropologia	Situação histórica dos Pataxó e sua inserção na “arena turística”.	Pataxó; tradição; turismo; autenticidade; grupo étnico; etnicidade.
Lacerda (2004)	Desenvolvimento Local	Perspectivas de desenvolvimento local no Bairro Marçal de Souza, buscando identificar até que ponto o etnoturismo contribui para o desenvolvimento	Desenvolvimento local; etnoturismo; indígenas; território; territorialidade; turismo cultural; etnodesenvolvimento; turismo científico; turismo indígena; ecoturismo; turismo alternativo;

¹⁰ Os termos em negrito dizem respeito às palavras-chave das pesquisas. Os demais termos foram apontados, na presente investigação, como sendo temas de forte relevância nas pesquisas analisadas.

		nessa comunidade.	cultura.
Lac (2005)	Antropologia	Modo como os Kaingang da TI Iraí se veem e são vistos pelos não índios (habitantes de Iraí e turistas) frente ao turismo.	Turismo étnico; Kaingang; hospitalidade; fronteira cultural; cultura; invisibilidade; Terra Indígena; turismo; turismo cultural e histórico; turismo ambiental.
Nunes (2006)	Geografia	Produção socioespacial em territórios indígenas que estavam tendo contato com as sociedades baseadas no consumo, bem como as redefinições ou “produção” desses territórios.	Reserva Indígena de Dourados; território indígena; turismo étnico; Aldeia Puiwa Poho; território; espaço; lugar; cultura; turismo; turismo indígena.
Oliveira (2006)	Geografia	Contribuições para a organização do turismo em territórios indígenas, seguindo a lógica do método pesquisa-ação e da pesquisa participante.	Turismo indígena; turismo em territórios indígenas; desenvolvimento de base local; comunidades indígenas; associações indígenas; território; desterritorialização; culturas híbridas; ecoturismo.
Baggio (2007)	Ciências Sociais Aplicadas	Possibilidades e perspectivas do ecoturismo para a garantia da continuidade da identidade histórica sem que haja ameaça à resiliência ambiental.	Ecoturismo; cultura; meio ambiente; indígena; identidade; patrimônio cultural e natural; turismo sustentável.
Faria (2008)	Geografia	Reflexões e ações acerca do ecoturismo na Região do Alto Rio Negro, balizando-se pelas questões de gestão territorial e educação ambiental e patrimonial.	Ecoturismo indígena; território; sustentabilidade; participação; autonomia; turismo; patrimônio cultural e natural; turismo cultural; etnoturismo; turismo étnico, turismo indígena; ecoturismo indígena; cultura; mudança cultural; espaço; territorialidade; lugar turístico; etnodesenvolvimento.
Ramos (2008)	Turismo e Cultura	Elementos constituintes das trocas simbólicas estabelecidas entre os turistas e os Tupinambá na formação dos espaços turísticos.	Tupinambá; Olivença; espaço turístico; cultura; turismo; espaço.
Santos (2010)	Antropologia	O turismo como política indígena que estabelece relações com a política indigenista de órgãos oficiais do Estado.	Turismo; Amazônia; povos indígenas; política indigenista; territorialidade; cultura; Sateré-Mawé; imagem e imaginário; sociedade; comunidade.
Leandro (2011)	Geografia	Investigação explicativa, a partir de discussões que visam à elaboração de planos de gestão territorial desenvolvidas pelos Paiter-Surui e seus desdobramentos.	Gestão territorial; ecoturismo indígena; ferramentas participativas; Paiter-Surui.
Lustosa (2012)	Geografia	Interpretações sobre os projetos privados e governamentais de turismo em TIs a partir do olhar de membros de dois povos	Povos indígenas; Terras Indígenas; território; turismo; identidade; afirmação étnica; projetos de turismo; cultura; Zona Costeira; turismo comunitário.

		indígenas pesquisados.	
Neves (2012)	Antropologia	Modo como os Pataxó da Coroa Vermelha se organizam para a exploração da atividade turística.	Pataxó; Coroa Vermelha; turismo; economia; artesanato; apropriação; identidade; parentesco; territorialidade.
Jesus (2012)	Geografia	As mudanças desencadeadas pela atividade turística como forma de conservar ou modificar as relações socioespaciais construídas historicamente pelas comunidades indígenas estudadas.	Turismo indígena; tradicionalização; Kadiwéu; Māori; cultura; território; desterritorialização; turismo cultural; turismo étnico/etnoturismo; turismo comunitário e de base comunitária; ecoturismo; patrimônio cultural; políticas públicas.
Brandão (2012)	Administração de Empresas	Organização e gestão do turismo na comunidade e sustentabilidade, com ênfase no âmbito econômico.	Turismo indígena; desenvolvimento local sustentável; povos indígenas; turismo; turismo sustentável; turismo de base comunitária; turismo étnico/etnoturismo; ecoturismo; etnodesenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria (2015)

A partir da análise do quadro acima apresentado, verifica-se que os estudos da Antropologia focalizam aspectos referentes à cultura e à relação entre os diferentes atores. Nesses estudos, foi possível ter maior entendimento do processo histórico de desenvolvimento turístico e sua relação com as mudanças, fortalecimento ou ressurgimento e invenção cultural nas comunidades indígenas. Também se constata o uso de diferentes atributos étnicos para ressaltar a indianidade. Considerando a dinâmica cultural, os autores se apropriaram de modo mais expressivo do turismo cultural (étnico e histórico), ainda que mencionassem a existência de outros segmentos.

Nos estudos desenvolvidos na área da Geografia, percebe-se uma forte inclinação para questões referentes a território, como territorialidade, gestão territorial, desterritorialização, e reterritorialização. Território é o conceito-chave da Ciência Geográfica mais expressivo nas pesquisas, fazendo parte, aliás, do embasamento teórico de todos os autores, da Geografia ou não. No entanto, ao contrário do que se observa nos estudos antropológicos - que não se apropriam com tanto afincos da Ciência Geográfica - as pesquisas da área da Geografia mostram-ser bastante relacionadas a aspectos antropológicos, ainda que nem todas o fizeram de modo bastante expressivo. O termo “cultura” mostrou-se relevante em cinco das seis pesquisas dessa área. Como segmento, há uma inclinação para a perspectiva ecoturística.

No que se referem às demais pesquisas, percebe-se uma inclinação geográfica na pesquisa de Baggio (2007) (Ciências Sociais Aplicadas), uma vez que o autor estuda a interação entre a comunidade e seu território e aborda com bastante ênfase seu patrimônio natural. O mesmo se observa no estudo de Ramos (2008) (Turismo e Cultura), que ressalta o espaço e, especificamente, o espaço turístico; e o estudo de Lacerda (2004) (Desenvolvimento Local), que aborda o território e a territorialidade. Pode-se perceber, nos estudos de Lacerda (2004), Baggio (2007) e Brandão (2012) (Administração de Empresas), uma ênfase no desenvolvimento sustentável, sendo que tais autores abordaram temas como desenvolvimento local, etnodesenvolvimento, e turismo sustentável.

Também se verifica a importância do turismo como um fenômeno, conforme destacado por Santos, Possamai e Marinho (2009), que abordam os laços interdisciplinares que balizam as pesquisas em turismo, permeando áreas como a Economia, Antropologia, Geografia, Sociologia e Educação. Por outro lado, há necessidade de incentivo ao desenvolvimento de pesquisas sobre turismo étnico indígena e turismo em áreas indígenas dentro dos Programas de Pós-Graduação em Turismo, que contribuiria para o fortalecimento de uma teoria do turismo.

Por fim, cabe salientar que a questão territorial foi abordada por todos os pesquisadores, mas com mais ênfase nos estudos que abordam conflitos territoriais. Entende-se que esse tema é imprescindível, uma vez que as comunidades estudadas – e as comunidades indígenas brasileiras em geral – se relacionam fortemente com seus territórios (ou terras) e se envolveram ou estão envolvidos em conflitos territoriais, seja por conta do turismo, seja por razões alheias a essa atividade.

2.4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS: ANÁLISE DOCUMENTAL E ANÁLISE DE CONTEÚDO

Após a realização da pesquisa documental, os dados foram analisados com base nas técnicas de análise documental e de conteúdo. Recorreu-se às duas técnicas por elas serem percebidas como complementares e por contribuírem para a extração do máximo de informações pertinentes à pesquisa. No entanto, a

investigação teve a análise de conteúdo como base principal, constituindo a análise documental recurso complementar.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações (BARDIN, 1977) utilizado para estudar uma ampla gama de dados, como textos, mensagens de mídia, entrevistas, fóruns de discussão em comunidades virtuais, diários de viagem, entre outros (STEPCHENKOVA; KIRILENKO; MORRISON, 2009).

Caregnato e Mutti (2006) ressaltam que dois tipos de materiais podem ser trabalhados na análise de conteúdo: o material produzido em pesquisa, como entrevistas e diário de campo, e o material já existente, produzido para outros fins, como é o caso das teses e dissertações analisadas. Bardin (1977) defende que qualquer comunicação, ou seja, qualquer meio de significações entre um emissor e um receptor, deveria ser decifrado por meio da análise de conteúdo.

Segundo Stepchenkova, Kirilenko e Morrison (2009), a análise de conteúdo tem um viés exploratório, devido a sua base qualitativa; porém, pode ser desenvolvida quantitativamente, por meio de inferências estatísticas. Os autores ressaltam, ainda, que a análise de conteúdo qualitativa está baseada na ideia de que a realidade é uma criação sociocultural, por isso ela é interpretada, mas não totalmente apreendida. Para Caregnato e Mutti (2006), a diferença entre essas duas abordagens é que na quantitativa se traça uma frequência de repetição de conteúdo, como quantas vezes aparece no texto determinada palavra, por exemplo; na abordagem qualitativa, por sua vez, considera-se a presença ou a ausência de dada característica ou o conjunto de características em um fragmento de mensagem.

Krippendorff (1980) distingue tipos de unidade de análise, as quais dependem do problema de pesquisa. Para esse autor, as unidades são: físicas (livros, cartas, filmes, dentre outros); sintáticas (capítulos de livros, títulos, artigos ou frases de jornais, cenas de filmes, dentre outros); proposicionais (núcleos lógicos de frases, desconstruindo frases complexas em núcleos proposicionais); temáticas ou semânticas (textos de implicam juízo humano, como cartas de amor e cartas comerciais). Na presente pesquisa, é considerada a unidade física, uma vez que são analisados estudos como um todo, a fim de destacar fragmentos acerca dos “impactos do turismo em comunidades indígenas”.

Conforme Bardin (1977), a análise de conteúdo apresenta duas funções, que podem ou não se dissociar:

- uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo 'para ver o que dá'.
- uma função de 'administração da prova'. Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação. É a análise de conteúdo 'para servir de prova' (BARDIN, 1977, p. 28).

A presente pesquisa pauta-se na segunda função, uma vez que busca confirmar hipóteses preestabelecidas.

Sobre a diferença entre a análise de conteúdo e a análise documental, Bardin (1977) explica que, se for suprimida a função de inferência da análise de conteúdo e o estudo se limitar às possibilidades de análise categorial ou temática, a análise se identificará como documental. Para essa autora, a análise documental é uma operação ou um conjunto de operações que visam a representar o conteúdo de um documento a fim de facilitar a compreensão acerca do conteúdo expresso.

Apesar da semelhança entre os dois tipos de análise, há algumas diferenças essenciais, a saber:

- A documentação trabalha com documentos; a análise de conteúdo com mensagens (comunicação).
- A análise documental faz-se, principalmente por classificação-indexação; a análise categorial temática é, entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo.
- O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem; o da análise de conteúdo, é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma realidade que não a da mensagem (BARDIN, 1977, p. 47).

A partir dessa perspectiva, ressalta-se a importância da utilização da análise de conteúdo aliada à análise documental nesta investigação, uma vez que seu objetivo relaciona-se à análise das mensagens contidas nas teses e dissertações que fazem parte do *corpus* de pesquisa. No entanto, também se fez necessário categorizar tais estudos, e, por isso, tem-se a análise documental como complemento.

Tendo em vista que a análise de conteúdo pode ser aplicada por meio de diversas técnicas, cabe destacar que a técnica escolhida para a pesquisa foi a análise de avaliação, também conhecida como *evaluative assertion analysis* (análise de asserção avaliativa). Conforme Bardin (1977), essa técnica é aplicada a estudos

que têm por objetivo medir as atitudes do locutor quanto ao objeto abordado. Com ela, o pesquisador se atém aos indicadores manifestos explicitamente na comunicação para fazer inferências, ou seja, as opiniões e as atitudes de que passa a mensagem são analisadas conforme sua intensidade (força ou grau de convicção expressa) e direção (o quanto uma situação ou objeto é favorável ou desfavorável; positivo ou negativo; amigável ou hostil; aprovador ou desaprovador; otimista ou pessimista; bom ou ruim).

Cabe salientar que essa técnica é parecida com a análise de conteúdo temática, pois ambas se baseiam no desmembramento do texto em unidades de significado. No entanto, a análise avaliativa se atém à ocorrência ou não de determinado tema e considera uma unidade de análise, enquanto na análise de avaliação busca-se, além dessa averiguação, determinar a carga avaliativa (direção e intensidade) (BARDIN, 1977).

A pré-análise é a organização e a sistematização das ideias iniciais, de modo a conduzir a um esquema para o desenvolvimento da análise. Nessa etapa, estabelece-se um roteiro preciso, porém flexível, de modo que seja possível introduzir novos procedimentos no decorrer do processo (BARDIN, 1977). Durante a pré-análise, realiza-se a escolha dos documentos a serem examinados e do *corpus* de pesquisa; também se formulam os objetivos e as hipóteses (BARDIN, 1977; GOMES, 2006).

Na segunda etapa, a exploração do material, realiza-se a codificação, um modo sistemático de comparação, conforme Bauer (2002). Segundo esse autor, a codificação refere-se a um conjunto de códigos com os quais o codificador trata o material e por meio dos quais alcança respostas. A partir do momento em que se codifica um material, faz-se necessário produzir um sistema de categorias (BARDIN, 1977). Essa etapa compreende três ações: o recorte, a enumeração e a classificação (GOMES, 2006).

A categorização, parte da terceira etapa da análise de conteúdo, é uma operação de classificação dos elementos por diferenciação e reagrupamento conforme critérios definidos na pré-análise. Os critérios de categorização podem ser: semântico (categorização temática), sintático (categorização embasada nos verbos e adjetivos), lexical (palavras segundo o sentido, emparelhamento de sinônimos) e expressivo (como, por exemplo, categorias que classificam perturbações de linguagem) (BARDIN, 1977). Na sequência da categorização, tem-se a inferência,

que se constitui na obtenção de informações para responder às hipóteses e aos objetivos, por meio da técnica escolhida (GOMES, 2006).

A seguir, apresenta-se um esquema (FIGURA 1) para uma visualização mais precisa do processo de análise de conteúdo utilizado na presente pesquisa.

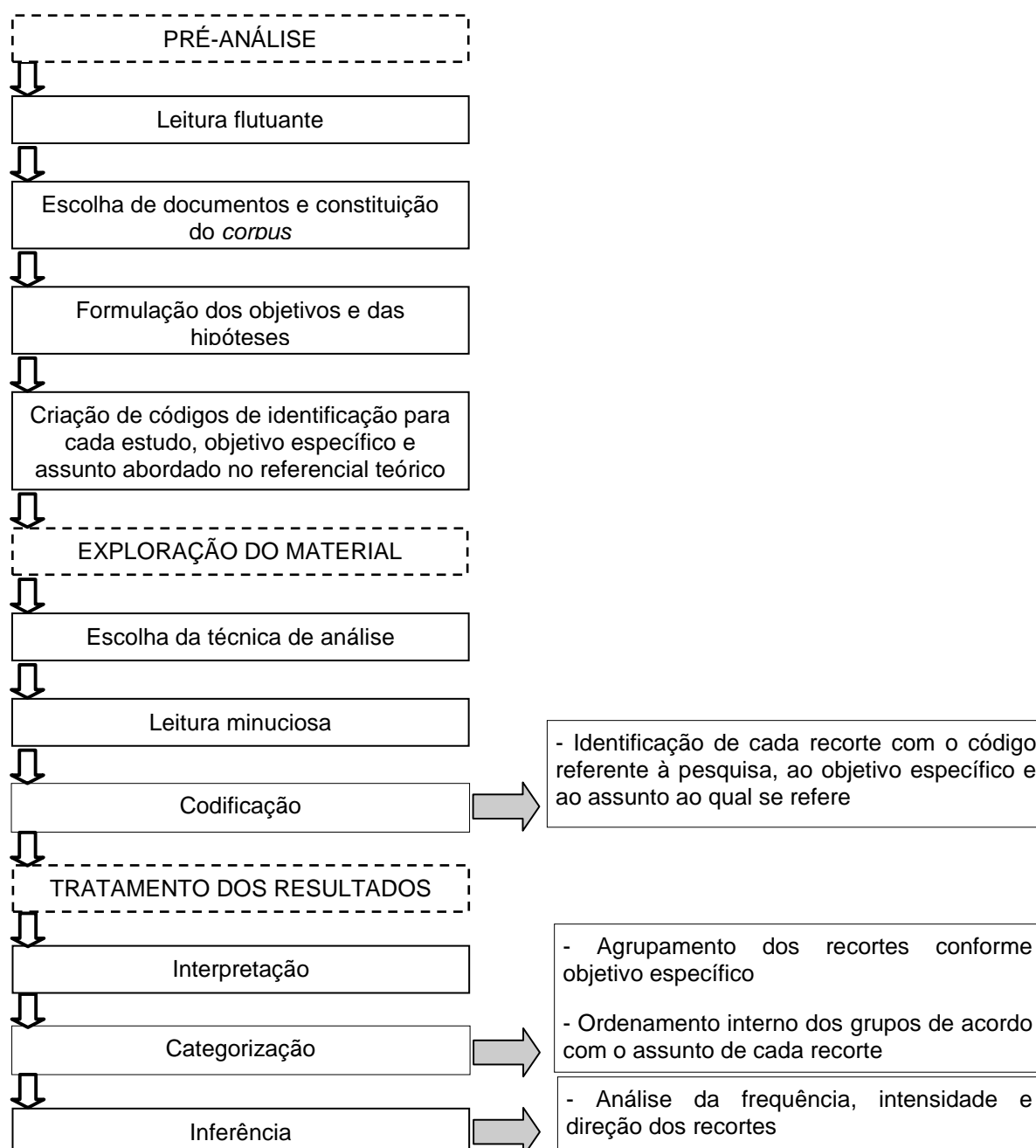


FIGURA 1 – PROCESSO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO

Fonte: Baseado em Bardin (1977) e Gomes (2006)

Cabe salientar que a análise de avaliação considera dois enfoques: a primeira etapa leva em consideração o posicionamento dos autores (revisão bibliográfica); a

segunda etapa pauta-se nos resultados apresentados por esses investigadores (análise dos resultados), bem como nas conclusões por eles apresentadas (considerações da pesquisa).

3 SOBRE AS SOCIEDADES E A CULTURA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO SUCINTA PERMEANDO AS QUESTÕES TURÍSTICAS

Neste capítulo, de caráter teórico-conceitual, apresentam-se reflexões acerca da constituição das sociedades e das características das comunidades, servindo como introdução a um segundo momento, em que se abordam os temas cultura, identidade cultural e mudanças culturais.

3.1 SOCIEDADES E COMUNIDADES

Uma sociedade é uma porção de pessoas juntas; no entanto, uma porção de pessoas juntas na Índia ou na China formam uma sociedade distinta da encontrada na América, por exemplo (ELIAS, 1994). Embora as sociedades sejam constituídas por pessoas, elas são mais do que agregados humanos, são um grupo de indivíduos unidos por um ou vários princípios comuns, que ocupam um espaço identificável, apesar de suas fronteiras não serem fisicamente visíveis, segundo Hoebel e Frost (2008). Ademais, segundo esses autores, os membros de uma sociedade interagem numa rede de relacionamentos orientados para o centro, ou seja, relacionamentos endógenos; seguem normas de conduta e fé aprendidas e estão afetivamente ligados por representações linguísticas e simbólicas comuns. Barth (2011), por sua vez, acrescenta que uma sociedade é uma entidade que rejeita e discrimina outras.

Geertz (1989), orientado pela antropologia hermenêutica, defende que a ampla variedade de diferenças entre os indivíduos, seja relativa a crenças e valores, seja relativa a costumes e instituições, é essencialmente sem significado ao definir sua natureza: ser um humano. Porém, esse estudioso aponta que a natureza humana constante, independente de tempo, lugar ou circunstância, pode ser uma ilusão, uma vez que o homem está muito envolvido com o “onde ele está”, “quem ele é” e “no que ele acredita”, o que são sentimentos que lhe são inerentes e o definem. Essa possibilidade dá margem ao surgimento do conceito de cultura.

Ao abordarem-se as sociedades, adentra-se em outros termos comumente abordados na literatura: as comunidades e comunidades tradicionais. Cohen (1985)

destaca que a interferência do Estado e a confrontação de classes nas sociedades capitalistas tornaram o conceito de comunidade nostálgico e anacrônico. Uma comunidade indígena, por exemplo, designa um conjunto de pessoas que compartilham uma história, com coesão interna que se sustenta na identidade étnico-cultural, tendo a posse de um patrimônio material e imaterial comum e a aceitação de um conjunto de normas e valores (MALDONADO, 2009).

Pode-se entender a comunidade como um construto simbólico, mais do que estrutural, pois, ao tentar compreender uma comunidade, faz-se necessário levar em consideração as relações sociais que a constituem a partir do significado a elas atribuídas por seus membros, em vez de considerá-las elos mecânicos, conforme analisa Cohen (1985). Esse pesquisador destaca que a interpretação do significado de comunidade implica duas possíveis peculiaridades: que os membros do grupo têm algo em comum uns com os outros e que eles se distinguem de forma significativa dos membros dos demais grupos.

Nessa perspectiva, “comunidade” implica, ao mesmo tempo, semelhanças e diferenças. Essa ideia vai ao encontro do exposto por Claval (2014), que entende que uma comunidade pode estar baseada nos seguintes fatores: os elos de sangue e alianças que unem os membros de uma mesma família; um contrato de associação entre membros unidos por um mesmo ideal e um projeto comum; o compartilhamento de uma mesma fé religiosa, na qual os membros se veem como filhos de uma mesma divindade; e/ou a coabitação de pequenos grupos em um mesmo local. De toda maneira, a vida comunitária requer uma base territorial.

As comunidades ditas tradicionais, conforme Diegues (2001), representam uma organização econômica e social em que não há um enfoque na acumulação de capital, não há o uso de força de trabalho assalariado, e os produtores estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como a agricultura, a pesca e o artesanato.

Esse estudioso define “culturas tradicionais” também a partir de outros fatores: dependência e simbiose com a natureza, marcadas pelo respeito aos ciclos naturais e à exploração sustentável dos recursos naturais, práticas essas que são transferidas, oralmente, de geração para geração; noção de espaço e território, os quais são ocupados por várias gerações e são fonte de reprodução econômica e também *locus* das representações e imaginário mitológico; importância expressiva das atividades de subsistência; importância dada à unidade familiar, doméstica ou

comunal e às relações de parentesco ou compadrio; significância das simbologias, mitos e rituais; uso de tecnologia relativamente simples e de baixo impacto no ambiente natural; reduzido poder político se comparado aos grupos habitantes dos centros urbanos; e autoidentificação e identificação pelos “outros” de pertencimento a uma cultura distinta, tal qual destacado por Cohen (1985). Assim, entre outras peculiaridades, as comunidades tradicionais estão embasadas em uma cultura comum entre os membros e, por isso, têm uma identidade cultural.

3.2 CULTURA, IDENTIDADE CULTURAL E MUDANÇAS CULTURAIS

Se não fosse dirigido por padrões culturais, sistemas de símbolos significantes, o comportamento do homem seria ingovernável e sua experiência não teria forma; por isso, a cultura é uma condição essencial para a existência humana (GEERTZ, 1989). Sinteticamente, os seres humanos se completam pela cultura – não a cultura no sentido lato, mas a cultura no sentido restrito, particular a cada povo. Nessa direção, de modo semelhante a Cohen (1985), Bourdieu (1989) aborda uma característica importante para o conceito de cultura: a distinção. A mesma cultura que une, por meio da comunicação, separa como instrumento de distinção (BOURDIEU, 1989).

Assim como afirmado por Cucho (1999), acredita-se que a cultura é uma produção histórica, uma construção a partir das relações entre os grupos sociais. Não há, desse modo, culturas em “estado puro”, sem ter jamais sofrido influência externa.

O processo que cada cultura sofre em situação de contato cultural, processo de desestruturação e depois de reestruturação, é em realidade o próprio princípio da evolução de qualquer sistema cultural. Toda cultura é um processo permanente de construção, desconstrução e reconstrução (CUCHE, 1999, p. 137).

Para esse autor, ao analisar um sistema cultural, faz-se necessário analisar a situação histórica e social da sociedade estudada. Além disso, há um jogo de distinção que produz as diferenças culturais.

Cada coletividade, no interior de uma situação dada, pode ter a tentação de defender sua especificidade, fazendo um esforço através de diversos artifícios para convencer (e se convencer) que seu modelo cultural é original e lhe pertence. O caráter da situação determinará se o jogo de distinção levará a valorizar e a acentuar tal conjunto de diferenças culturais mais do que outro.

As culturas nascem de relações sociais que são sempre relações desiguais (CUCHE, 1999, p. 143).

Tais relações contribuem para o fortalecimento ou a mudança da identidade, uma vez que, assim como afirmado por Hall (2006), a identidade surge da falta de inteireza que é preenchida a partir do exterior, pelas formas como os indivíduos imaginam serem vistos por outros.

No que se refere à identidade cultural, Cuche (1999) cita que todo grupo é dotado de uma identidade social, que é, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão, distinguindo o “nós” dos “outros”. Nesse sentido, a identidade cultural seria a modalidade de categorização da distinção entre “nós” e “eles”, desde a perspectiva cultural. Esse autor entende que o que cria a “fronteira” é a busca pela diferenciação e o uso de traços culturais para marcar a identidade; não há identidade em si e para si; a identidade existe em relação a uma outra, estando, assim, ligada à alteridade. Essa mesma fronteira é o que define um grupo étnico; no entanto, os traços culturais que definem essa fronteira, tais como as características dos grupos, podem sofrer alteração, mas há a manutenção da dicotomia entre “nós” e “os outros” (BARTH, 2011).

Barth (2011, p. 195) ressalta que “se um grupo conserva sua identidade quando os membros interagem com outros, isso implica critérios para determinar a pertença e meios para tornar manifestas a pertença e a exclusão”. Segundo essa análise, a identificação de outra pessoa como pertencente ou não ao grupo implica critérios de avaliação e julgamento.

Hall (2006) ressalta que o processo de globalização pode conduzir à homogeneização global; no entanto, esta tem como paralelo a revitalização étnica, mesmo que mais híbridas ou simbólicas, podendo haver, desse modo, o ressurgimento étnico. Na mesma linha de pensamento, Graburn (1989) destaca que, com a homogeneização, os modelos culturais estão se tornando mais importantes. Por vezes, essas mudanças são apontadas como um resultado da comoditização ou da mercantilização da cultura. No entanto, acredita-se, assim como apontado por Grünewald (1999), que a ideia de um mundo cada vez mais uniforme a padronizado

culturalmente deve ser descartada, uma vez que a cultura não flui em uma única direção. Ademais, acredita-se, conforme defendido por Sahlins (1997), que a cultura não está em vias de extinção. As culturas denominadas tradicionais não se extinguem perante a prática e a política do sistema global e dos movimentos hegemônicos da sociedade ocidental.

Segundo Burns (2002), as mudanças culturais são quaisquer alterações na cultura e podem surgir em consequência de fatores endógenos, como a descoberta e a inovação, ou exógenos, como a difusão cultural. Faria (2008) também aborda essa questão, recorrendo às expressões “mudança cultural interna” ou “mudança cultural externa”, sendo que esta pode ocorrer de forma mais rápida e brusca do que aquela. Desse modo, há mudança quando: novos elementos são agregados ou os antigos são aperfeiçoados por meio de invenções; novos elementos são “emprestados” de outros grupos culturais; elementos culturais são abandonados ou substituídos por serem inadequados; alguns elementos se perdem, por falta de transmissão entre as gerações (BURNS, 2002).

Cuche (1999) expõe três regularidades complementares no que diz respeito aos traços culturais. Em primeiro lugar, quanto mais estranha for a forma (expressão manifesta), ou seja, quanto mais distante da cultura que a recebe, mais difícil será sua aceitação; em segundo lugar, as formas são mais facilmente transferíveis que as funções (a razão de ser dos traços); e um traço cultural, qualquer que seja sua forma, somente será aceito e integrado se puder adotar uma significação de acordo com a cultura que o recebe.

Evidencia-se, por meio desses pressupostos, que não as mudanças culturais constituem um processo complexo e não ocorrem facilmente; por outro lado, conforme Cuche (1999), não existem culturas “puras”, e tampouco “mestiças”, uma vez que, devido aos contatos culturais, todas as culturas são “mistas”, feitas de continuidade e descontinuidades. Supõe-se, então, a existência de uma constante invenção ou reinvenção da cultura.

Nos estudos do Turismo, principalmente nos de caráter antropológico, as mudanças culturais têm sido uma preocupação constante (GRÜNEWALD, 2002). Alguns autores, como Santana Talavera (2003), defendem que o contato, direto ou indireto, dos grupos envolvidos no sistema turístico conduz, inevitavelmente, à aculturação.

Cuche (1999), por sua vez, defende que as relações contínuas de longa duração entre grupos étnicos, tal qual acontece no turismo, não levam necessariamente ao desaparecimento de diferenças culturais; ao contrário, tais relações são organizadas para manter essas diferenças. Assim, o contato entre grupos étnicos provoca a acentuação das especificidades por meio de uma defesa simbólica das fronteiras identitárias. Nessa mesma direção, Barth (2011) aponta que, quando há a interação entre indivíduos de culturas diferentes, espera-se que as diferenças sejam reduzidas; no entanto, o que ocorre é a manutenção da fronteira.

Ocorre, segundo Grünewald (2002), a busca, por parte dos atores locais, pela exibição de determinados traços culturais e estilos de vida, a fim de chamar a atenção dos turistas para suas características étnicas, regionais ou nacionais. Assim, a busca por elementos característicos e diferenciais parece ser uma necessidade de mercado, posicionando a cultura como matéria-prima de um produto turístico (BARRETTO, 2000).

É nesse sentido que se incita o debate sobre autenticidade. Esse tema vem dividindo os pesquisadores das ciências humanas. Embora não seja foco da presente pesquisa, por vezes, esse tema veio à tona nas análises realizadas, cabendo, portanto, um posicionamento a respeito dele. Esta pesquisa considera a ideia defendida por Grünewald (1999) de que há dois tipos de autenticidade e de que não existe a inautenticidade. Segundo esse estudioso, há a autenticidade “aurática”, a qual é determinada por um vínculo com o passado e a herança cultural, e a autenticidade “não aurática”, fundada na possibilidade de reprodução técnica do passado, sendo a recriação um aspecto mais forte do que a herança cultural.

Oliveira (2006) também corrobora essa ideia, ressaltando que as tradições “inventadas” estabelecem um vínculo com o passado, as situações novas têm como referência as situações anteriores. Assim, defende-se que, na perspectiva do turismo envolvendo as comunidades indígenas, não há invenções culturais aleatórias, e sim recriações a partir de algo que fez parte daquela cultura, mas, por vezes, se manteve adormecido, e, ao ser retomada, a prática sofre alterações.

Grünewald (1999) expõe, ainda sobre essa questão, que comumente se espera que sejam exibidas, na arena turística, práticas naturalizadas que existem continuamente desde a ancestralidade, pois é assim que, no senso comum, se espera autenticar as tradições. Não se leva em consideração que as práticas

inventadas ou reinventadas são parte da cultura daquele povo. Além disso, não há uma reflexão sobre a diferença entre tradição e costume (OLIVEIRA, 2006).

Relacionando a questão da autenticidade aos povos indígenas, entende-se que a afirmação de que existe “índio inautêntico” dá margem à existência, no plano teórico, de um indígena que seja autêntico. Seguindo Ramos (2008), questiona-se: que autenticidade seria essa? Comumente se espera encontrar, no turismo, comunidades indígenas idênticas aos retratos que delas se fizeram quando da chegada dos primeiros europeus ao território brasileiro. Mas Ramos (2008) questiona, novamente, se aqueles indígenas eram autênticos, não suscetíveis a modificações. Sobre esse tema, Baggio (2007) também indaga se os indígenas deixaram de transformar sua cultura entre os anos 1000 e 1500, ou seja, antes da colonização europeia, e defende que só porque não há registros dessas mudanças não significa que antes mesmo do primeiro contato com os europeus suas culturas não tenham sofrido transformações.

4 CONCEITUALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Neste capítulo, apresenta-se o panorama do pós-turismo e o surgimento dos “novos turismos”, com o objetivo de satisfazer a demanda turística, com destaque para o turismo cultural, o turismo étnico, o “turismo indígena”, o turismo em áreas indígenas, o ecoturismo e o turismo de base comunitária. Após a explanação conceitual e a caracterização desses segmentos e tipos de gestão do turismo, a partir desses elementos, caracteriza-se o turismo que ocorre nas comunidades e nos territórios apresentados no *corpus* da análise; e, em seguida, propõe-se uma divisão baseada no referencial teórico abordado. Após, apresentam-se a legislação e o panorama do turismo em áreas indígenas no Brasil, este último item embasado nas experiências relatadas nas teses e dissertações analisadas.

4.1 O PÓS-TURISMO E OS “NOVOS TURISMOS”

O turismo torna-se uma atividade cada vez mais importante na economia global; no entanto, há algum tempo, alguns lugares como a Europa estão acostumados ao turismo em massa (HOBBSAWM, 2013). Essa atividade foi fortemente influenciada pelo modelo fordista de produção e consumo, modelo este que se intensificou no período entre o final da Segunda Guerra Mundial até a década de 1970 (HARVEY, 1996). Segundo Hobsbawm (2013), por conta dessa massificação, o século XXI estará pautado em um maior monitoramento e restrição; no entanto, seja em Florença ou Veneza, ou seja, em pistas de esqui e picos de montanhas, as massas de visitantes são fisicamente impossíveis de administrar.

Para Torres (2002), as principais características que confirmavam a existência do modo de produção fordista no turismo eram: o consumo coletivo, com concentração de visitantes em uma mesma localidade; perfil padrão de consumidores, verificado por meio da presença em massa de uma determinada tipologia de turistas; turismo de massa, principalmente no segmento de sol e praia;

estandardização dos produtos turísticos, visível a partir da proliferação de pacotes e empreendimentos internacionais.

Com isso, revelavam-se custos e impactos não previstos nos destinos, uma alta competitividade entre esses destinos, uma ampla demanda exigente que tem facilidade de deslocamento e similaridade de ideias, conforme pontua Santana Talavera (2003). Desse modo, segundo esse autor, o ciclo de vida dos destinos os tornou fantasias monocores e homogêneas, sendo que alguns destinos se diferenciavam por ínfimos recortes de originalidade, presentes em danças, celebrações ou pratos estereotipados.

Em decorrência dessa homogeneização e uniformização dos destinos turísticos, na década de 1970, surgiram produtos diferenciados e fortaleceram-se os “novos turismos”, sob a influência do pós-fordismo (HARVEY, 1996; PÉREZ *et al.*, 2012), que, no turismo, representou um movimento da massificação para uma atividade turística mais diversificada, passou-se a considerar o “olhar do turista” sobre a paisagem ambiental, cultural e social (PÉREZ *et al.*, 2012; TORRES, 2002; SANTANA TALAVERA, 2003). Pérez *et al.* (2012) ressaltam que, com esse modelo, foi possível entender melhor a valorização do patrimônio cultural, a transformação de eventos em festivais, a nova ética ecológica do turismo, o turismo de negócios, entre outros. A nova demanda transforma qualquer espaço em um espaço turístico e “turistifica” qualquer tema

Molina (2003) apresenta o pós-turismo e o caracteriza como alteração das preferências da demanda, que busca novas experiências, conduzindo à ampliação do mercado turístico e a novas expectativas por parte das comunidades receptoras que passam a almejar os benefícios do turismo, tendo em vista que o modelo turístico anterior não trouxe vantagens para o desenvolvimento social das comunidades.

Esse debate inicial faz-se necessário, pois, ao abordar distintos tipos (englobando segmentos, ideologias e modos de gestão) de turismo, é necessário compreender que tais tipos surgiram em decorrência de uma nova necessidade, a partir da pressão da demanda por experiências diferentes e autênticas, assim como defendido por Santana Talavera (2003). Para o referido autor, esses novos produtos deveriam ter a qualidade de serem, ao menos aparentemente, ofertados a uma minoria, serem economicamente viáveis e não serem causadores dos mesmos efeitos do turismo de massa.

A marcha para a homogeneização cultural, decorrência da globalização, tem como consequência a valorização de modelos culturais locais (GRABURN, 1989). Assim, desde o final da década de 1980, assistiu-se à aparição de uma gama de “novos turismos”, que se apresentam como formas diferentes de se praticar o turismo e promovem uma experiência satisfatória ao cliente: a experiência autêntica junto à natureza, à cultura, à comunidade ou em uma combinação desses fatores, sob uma diversidade de denominações (SANTANA TALAVERA, 2003).

No que se refere às pesquisas sobre turismo envolvendo comunidades indígenas, alguns termos são recorrentes. Brandão *et al.* (2014) fizeram um estudo bibliométrico de 125 artigos científicos publicados em diversos países no período entre 1990 e 2013. Em tal estudo, os autores constataram que, entre os temas mais abordados, estavam: o turismo sustentável, desenvolvimento sustentável, etnoturismo, turismo indígena, turismo de base comunitária, ecoturismo indígena e ecoturismo de base comunitária.

Na literatura brasileira, esses conceitos também são comumente abordados, alguns dos quais se apresentam a seguir. Cabe destacar que será utilizada a denominação “tipos de turismo” para referenciar todas as concepções apresentadas, que vão além da segmentação turística, mas também será utilizado o termo ‘segmento’ para tratar especificamente de algum tipo de turismo.

4.2 OS “NOVOS TURISMOS” E OS INDÍGENAS: A BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO

Há, na literatura sobre o turismo, inúmeras nomenclaturas, algumas oriundas dos planos governamentais ou de organizações internacionais, outras construídas a partir da reflexão e da experiência teórica e da prática dos pesquisadores. Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de, na presente pesquisa, realizarem-se duas ações. Em um primeiro momento, era necessário averiguar, nas teses e dissertações analisadas, quais seriam os segmentos ou as características de gestão estabelecidos nas comunidades, segundo a visão dos pesquisadores ou desde a perspectiva dos próprios visitados. Em um segundo momento, percebeu-se a necessidade, para vias científicas, de estabelecer o que cada nomenclatura representaria para a presente investigação.

Desse modo, na subseção seguinte, apresenta-se uma discussão geral acerca de diversas nomenclaturas e o que cada pesquisador definiu como a mais apropriada para a(s) comunidade(s) estudada(s). Ao final, apresenta-se um modelo de divisão dessas nomenclaturas, explicando como cada uma foi adotada na presente pesquisa.

4.2.1. O turismo cultural

O segmento de turismo cultural é visto por Pérez (2009) como parte do modelo pós-fordista, uma vez que o autor posiciona esse segmento como uma alternativa ao turismo de sol e praia. O autor cita que o turismo cultural tem se convertido em uma etiqueta de distinção social, contribuindo para a construção de identidades nas suas práticas rituais.

Costa (2009) e Faria (2008) conceituam o turismo cultural como um segmento que, por meio de apreciação, vivência e experimentação direta do patrimônio cultural, material ou imaterial e utilizando-se da comunicação interpretativa, proporciona aos visitantes a participação ativa na construção do conhecimento acerca do patrimônio cultural e de seu contexto histórico e social. A esse conceito Pérez (2009) acrescenta o contato com as produções culturais, como as festividades.

Valence Smith (1989) classificou o turismo em cinco áreas, conforme a preferência dos turistas: étnica, cultural, histórica, ambiental e recreativa (*sun, sea and sand*). Para a autora, o turismo cultural abarca a “cor local”, e está relacionado a modos de vida em processo de extinção, porém, que permanecem na memória humana por meio do patrimônio, como casas pitorescas, tecidos artesanais, automóveis, artesanato e trabalhos manuais.

É exatamente a cor local que diferencia o turismo cultural do turismo étnico, segundo Van den Berghe e Keyes (1984), pois naquele há uma absorção mais difusa da “cor local”, tendo uma ênfase nos objetos materiais, como a arquitetura, o vestuário, entre outros aspectos que vão além do modo de vida de um grupo étnico particular.

Bahl (2003) também segue essa linha de pensamento e observa que os recursos principais desse tipo de turismo são aqueles provenientes de heranças patrimoniais de referencial cultural ou histórico, como monumentos, documentos e manifestações tradicionais.

Para Smith (1989), entre as atividades do turismo cultural, costuma-se incluir, por exemplo, a experimentação da gastronomia em pousadas rústicas, os espetáculos folclóricos, os festivais vinícolas e os rodeios, ou seja, nessa visão, trata-se de um turismo campesino, excluindo desse contexto o espaço urbano.

Swarbrooke e Horner (2002) remetem ao turismo cultural atividades como visita a destinos ou atrativos que representam patrimônios; participação em festas tradicionais; férias motivadas pelo desejo de experimentar a culinária local, regional ou nacional; participação de atividades de lazer locais; visitação a locais de trabalho, como fazendas, centro de artesanato ou fábricas; e participação, na qualidade de plateia, em eventos esportivos tradicionais.

Já Santana Talavera (2003) engloba nesse tipo de turismo a participação em eventos locais, os encontros com populações exóticas e culturas distantes, a observação de monumentos, edifícios, povoados ou cidades que tenham como marca o legado de seu passado real ou hiper-real. Esse autor não separa o turismo cultural do turismo étnico; ao contrário, compreende o turismo cultural como uma denominação mais generalizada e abrangente do turismo étnico, ecoturismo, turismo rural, entre outros. Talavera (2003) aponta que o objetivo da viagem é a experimentação da cultura; o turismo cultural está relacionado com a atração que exerce 'o que as pessoas fazem', englobando a cultura popular, as artes e as galerias, a arquitetura, os eventos festivos, os museus e lugares históricos e patrimoniais.

Essa perspectiva se assemelha à conceituação apresentada pelo Ministério do Turismo (MTur), que aponta que o

[...] turismo cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2006, p. 13).

Segundo o MTur (BRASIL, 2006; 2010), as viagens para fins religiosos, místicos e esotéricos, bem como para visitação de atrativos cívicos e vivências com grupos étnicos, são recortes do turismo cultural. Outras motivações, como a

gastronomia e viagens ferroviárias, também podem estar incluídas no turismo étnico, desde que preservada a identidade e a tipicidade dos elementos.

Smith (1989) apresenta uma divisão que distingue o turismo cultural do turismo histórico. Para a autora, o turismo histórico engloba os museus e as catedrais que fazem menção às glórias do passado, e as atividades mais frequentes costumam ser excursões com acompanhamento de um guia de turismo a monumentos e ruínas e espetáculos de luz e som.

Melanie Smith (2003) defende que há diferentes tipos de turismo cultural: o turismo patrimonial, o turismo das artes, o turismo criativo, o turismo urbano, o turismo rural, o turismo indígena e o turismo popular.

Faria (2008), cujo estudo faz parte do *corpus* de análise desta pesquisa, por sua vez, divide o segmento em turismo histórico, turismo gastronômico, turismo folclórico, etnoturismo (turismo cultural e étnico), turismo religioso, turismo esportivo, entre outros.

Já na visão de Graburn (1989), há o turismo cultural e o turismo de natureza, conforme pode ser visto no esquema abaixo, e estão inseridos no turismo cultural o turismo histórico e o turismo étnico, que, por sua vez, está inter-relacionado com o turismo de natureza.

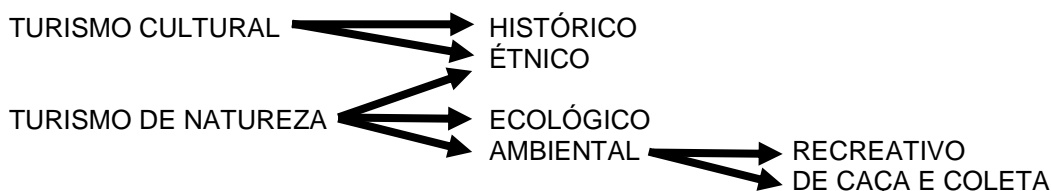


FIGURA 2 – INTER-RELAÇÃO DOS TIPOS DE TURISMO

Fonte: Adaptado de Graburn (1989, p. 61).

Apesar de o turismo cultural ser tratado como um segmento, Pérez (2009) defende que, em um sentido genérico, o turismo pode ser entendido como uma prática cultural, uma expressão cultural; por isso, falar em turismo cultural é reiteração.

No que se refere ao etnoturismo, aqui entendido como sinônimo do segmento de turismo étnico, ele se insere em um sistema preexistente de relações étnicas entre um grupo dominante em um ou mais grupos marginalizados (VAN DEN BERGHE, 1995). As comunidades e os povos étnicos envolvidos com o turismo tendem a ser, segundo Swain (1989), povos debilitados, seja pela história de

exploração, seja pela carência de recursos, seja pelo poder insuficiente ou por não disporem dentro de seus territórios de grandes belezas naturais. Diante dessas condições, tais povos se veem obrigados a recriar sua etnicidade, bem como reivindicar seu território. Por isso, a natureza do turismo étnico, tal como o turismo ecológico, compreende um conceito territorial.

Esse segmento caracteriza-se pela atratividade que exercem as populações, oportunizando uma discussão antropológica, ecológica e sociológica, segundo um dos estudos analisados na presente pesquisa (LACERDA, 2004). Faria (2005; 2008) acrescenta que esse segmento é parte do turismo cultural e utiliza a identidade e a cultura de determinado grupo étnico como atrativo turístico.

Oliveira e Jesus (2010), por sua vez, apresentam-no como um segmento vinculado diretamente ao turismo cultural, sendo que o que os diferenciam são os traços de pertença e etnicidade dos grupos e comunidades onde ocorre o turismo étnico.

Para Graburn (2009), o turismo étnico assenta-se na diferença e no exotismo das comunidades receptoras, e as mesmas forças contribuem para a autorrepresentação étnica regional e até nacional. A cultura “autêntica” é colocada na vitrine.

Na visão de Pérez *et al.* (2012), o etnoturismo é uma denominação para o turismo étnico, turismo indígena, turismo aborígine, entre outros. Já para Faria (2005; 2008), esse segmento engloba o turismo indígena e o turismo étnico. Ademais, está vinculado a uma crença ocidental de que são os povos aborígenes os preservadores dos valores humanos mais autênticos e que eles mantêm um vínculo muito forte com a natureza e com o meio natural, relação esta já desgastada no ocidente (PÉREZ *et al.*, 2012).

Faria (2005; 2008) e Oliveira e Jesus (2010), entretanto, defendem que esse segmento não é desenvolvido prioritariamente pelos povos indígenas, pois é um equívoco relacionar o prefixo “*etno*” apenas a esses povos, esquecendo outras identidades. Exemplos disso, no Brasil, são os quilombolas, as comunidades que representam os processos de imigração europeia (italianos, alemães, pomeranos, entre outros) e asiática (japoneses, chineses, entre outros) e outros grupos que preservam seu legado histórico-cultural e o saber-fazer tradicional (OLIVEIRA; JESUS, 2010; BRASIL, 2006).

Conforme a perspectiva do MTur, o turismo étnico se constitui da vivência de experiências autênticas junto a grupos étnicos. Segundo essa entidade governamental, por meio do turismo étnico, busca-se estabelecer contato com as comunidades anfitriãs; participar das atividades tradicionais; observar e aprender suas expressões culturais, seus costumes e seus estilos de vida (BRASIL, 2006).

Destaca-se também que Graburn (1989) defende que o turismo étnico é uma combinação do turismo cultural e do turismo de natureza, assim como afirmado anteriormente. Já para Santana Talavera (2003), o turismo étnico pode ser caracterizado como “turismo alternativo”, junto ao turismo ambiental e o ecoturismo, sendo que tais segmentos seriam alternativos ao turismo recreativo (SMITH, 1989), mencionado anteriormente, ao qual Santana Talavera (2003) insere um quarto elemento, o sexo (*sex*).

Para Van den Berghe e Keyes (1984), Smith (1989) e Barretto (2005) o turismo étnico tem como atração principal o exotismo cultural de uma determinada população. Bahl (2009) defende que o turismo étnico pode ser entendido como um modo de expressão de interesse pela cultura e pelo modo de vida de outros povos, bem como uma tentativa de compreender as diferenças entre os povos.

São parte do atrativo os artefatos, tais como arquitetura, vestuário, teatro, música, dança, entre outros, relacionados à busca do turista por experiências que não podem ser vivenciadas em seu local de residência habitual, segundo Van den Berghe e Keyes (1984). Conforme os autores, no turismo étnico, as comunidades receptoras não estão disponíveis simplesmente para atender aos turistas, como empregados na atividade turística. Os “nativos” são o atrativo, um espetáculo vivo. Swain (1989) acrescenta o caráter mercantil do turismo étnico, uma vez que ele significa comercializar as atividades turísticas baseadas na vida típica da população; no turismo étnico, a cultura local tende a ser tratada como mercadoria *sui generis* (GREENWOOD, 1989; HARKIN, 1995). Entre as atividades do turismo étnico, citam-se as visitas às casas e aldeias/comunidades indígenas, espetáculos de danças e cerimônias típicas, assim como a aquisição de *souvenirs* e artesanato (GREENWOOD, 1989).

Barretto (2005) ressalta que o turismo étnico pode ser praticado em lugares em que as etnias “sempre” estiveram presentes, como é o caso dos povos indígenas na América e tribos da África, ou em locais onde as etnias não são nativas, mas foram transplantadas, como é o caso de colônias de imigrantes. A referida autora

expõe que o debate em torno desse segmento leva a questionamentos, inclusive no que tange aos direitos humanos e à ética, como, por exemplo, o limite do que pode ser transformado em algo turístico e se as comunidades devem inventar e reinventar tradições ou se seria uma melhor opção pesquisar sua história e considerar a memória coletiva.

Para Van den Berghe e Keyes (1984), esse tipo de turismo constitui um caso interessante no que tange às relações étnicas. Nesse sentido, há um esforço para fazer contato com uma realidade diferente, com a natureza não domesticada, com o passado alheio, com o comportamento de pessoas culturalmente distintas. Acima de tudo, há uma tentativa de que tal encontro seja uma experiência autêntica.

Lac (2005), em estudo que constitui parte do *corpus* desta pesquisa, aborda que o fator principal no etnoturismo é a atração cultural ou a diferença estabelecida mediante a existência de uma fronteira étnica, que terá interpretações diferentes das atrações naturais no etnoturismo e no ecoturismo. Parte do exotismo procurado pelos turistas é inerente às fronteiras étnicas, uma vez que o turismo envolve contato com “nativos” por meio de uma barreira cultural. Entretanto, se o turista não busca o exotismo étnico, mas sim a contemplação da paisagem, dos monumentos arqueológicos, entre outros aspectos, poderão ser fonte de irritação e ansiedade o exotismo, a fronteira étnica, bem como questões relativas à linguagem (VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984).

Assim como no turismo cultural, abordar o turismo étnico é uma reiteração, uma vez que, na medida em que o turista pertence a um grupo étnico distinto dos nativos da localidade que visita, e na medida em que os turistas e a comunidade receptora interagem, então o turismo é uma forma de relação necessariamente étnica, sendo essa essência duplamente verdadeira no turismo étnico ou etnoturismo (VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984; VAN DEN BERGHE, 1995).

Essa mesma ideia é defendida por Grünewald (2002), que ressalta que o turismo étnico pode ser considerado a partir de duas perspectivas: o que é pedido ou desejado pelo turista, ou seja, o foco da viagem seria o nativo; o que o turista encontra/vê durante sua experiência no destino. Essa análise permite admitir-se que a visita a outra nação ou outro grupo étnico torna o turismo, em geral, étnico. Entretanto, o que define o segmento de turismo étnico é o movimento para a construção de uma etnia para exibição em uma arena turística.

Esses objetos turísticos ainda se encontram distantes dos “caminhos trilhados” até o momento e atraem um número limitado de visitantes, estimulados pela curiosidade e pela sanção de uma elite formada por seus semelhantes, conforme analisa Smith (1989). Para a autora, enquanto a afluência de visitantes for esporádica e reduzida, o impacto que se produzirá nas comunidades, pela mútua interação entre “convidados e anfitriões”, seguirá sendo mínimo.

4.2.2 O “turismo indígena” e o turismo em áreas indígenas

Ao abordar o “turismo indígena” e o, aqui denominado, turismo em áreas indígenas, faz-se necessário, primeiramente, abordar algumas questões referentes a esses povos. Baseando-se no *Estudo do problema de discriminação contra as populações indígenas (Estudo Martínez Cobo)* (COBO, 1986), na *Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais de 1989* (OIT, 1989) e no *Documento de Trabalho do Grupo de Trabalho sobre Populações Indígenas* (ONU, 1996), pode-se considerar, em âmbito global, que as populações indígenas são os povos tribais que descendem de populações que habitavam o território nacional ou a região geográfica na época da conquista ou colonização ou do estabelecimento das fronteiras estatais atuais; que representam grupos não dominantes da sociedade, que tiveram experiências de submissão, marginalização, expropriação, exclusão ou discriminação, independentemente de essas condições persistirem ou não; que sejam conscientes de sua identidade e que ela seja reconhecida por outros grupos ou por autoridades estatais, distinguindo-se da sociedade nacional por conta de suas condições sociais, culturais, econômicas e políticas, estando regidos total ou parcialmente por seus próprios costumes ou tradições ou por uma legislação especial, além de ter determinação de preservar, desenvolver e transmitir seus territórios ancestrais e sua identidade étnica para gerações futuras, contando com perpetuação voluntária da distinção cultural.

O antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro compreendia os indígenas como a parcela da população que não se adaptava à sociedade em geral. Em princípio, não se concorda com tal afirmação, pois se acredita que a sociedade não indígena também deveria adaptar-se às culturas indígenas. No entanto, entende-se adequada

a caracterização que esse autor faz do indígena como todo aquele que se reconhece como membro de uma comunidade pré-colombiana, motivado por costumes, hábitos e lealdade a uma tradição pré-colombiana (RIBEIRO, 1957). Assim, apesar da utilização generalizada, o termo tem designação geográfica para as Américas, identidade essa que foi atribuída por Cristóvão Colombo ao acreditar ter chegado à Índia (CALEFFI, 2003; LUCIANO, 2006). Esclarece-se que, na presente pesquisa, adotou-se o termo 'indígena' a partir dessa visão.

Diegues (2001) explica que há confusão em relação ao termo 'indígena' (em inglês "*indigenous*"). Segundo esse autor, o termo '*indigenous*', utilizado em diversos documentos oficiais internacionais (como do Banco Mundial e da ONU), não significa que esteja referindo-se, necessariamente, aos indígenas no sentido étnico e tribal, já que faz alusão também a povos nativos. No entanto, esse termo foi baseado principalmente nas condições de vida dos povos indígenas amazônicos, ou seja, da América do Sul.

Outra discussão pertinente a este trabalho diz respeito ao termo 'turismo em terras indígenas', utilizado por diferentes autores. No caso do Brasil, grande parte dos indígenas vive em TIs, uma determinada área delimitada pelo Estado. As TIs são classificadas, com base no *Estatuto do Índio* (BRASIL, 1973), na *Constituição Federal de 1988* (BRASIL, 1988) e no *Decreto nº 1.775*, de 1996 (BRASIL, 1996), em: Terras Indígenas Tradicionalmente Ocupadas (direito originário dos povos indígenas), Reservas Indígenas (terras doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, para posse permanente dos povos indígenas), Terras Dominiais (propriedade das comunidades indígenas oriundas de qualquer forma de aquisição) e Interditadas (áreas interditadas pela Funai para proteção dos povos e grupos indígenas isolados).

Gallois (2004) aborda a diferença entre território e Terra Indígena. Para a autora, a noção de Terra Indígena diz respeito ao processo de reconhecimento político e jurídico por parte do Estado, enquanto território remete à construção e vivência da relação entre uma sociedade e sua base territorial. Assim, considera-se mais adequado utilizar o termo 'turismo em áreas/territórios indígenas', uma vez que nem todas as comunidades indígenas estão inseridas em alguma TI (como é o caso das comunidades urbanas).

No que tange à conceituação dos termos, o denominado turismo indígena está associado ao turismo étnico, pois este último, de acordo com Bahl (2009), se

forma a partir dos resultados de dois tipos de sentimento: o primeiro está associado ao aparato social e à cultura de uma determinada localidade com sua identidade e diferenciação; o segundo está ligado à ideia de divulgação da existência de um grupo ou etnia, visando a seu reconhecimento e a sua inserção em um contexto nacional ou internacional.

Na visão de González (2008), o turismo indígena compreende as atividades onde as comunidades indígenas oferecem ao visitante a oportunidade de compartilhar suas tradições e seus costumes. Esse compartilhamento de experiências contribui para a valorização e para a preservação dos elementos culturais dessas comunidades, além do reconhecimento de sua identidade. Esse autor se baseia no turismo indígena do México, país em que o turismo indígena é pautado no desenvolvimento de microempresas sociais que buscam o resgate das tradições e da identidade das comunidades e, conseqüentemente, a revalorização e reapropriação da cultura e do território (GONZÁLEZ, 2008).

Yázigi (2007) faz uma ressalva e destaca que há o turismo étnico, desenvolvido em meio a identidades exóticas, como os indígenas e os aborígenes; porém, diferencia o turismo indígena exercido pelos indígenas do ecoturismo indígena, quando há a presença de uma comunidade indígena. Nesse caso, segundo esse investigador, o modo de vida da comunidade se torna o atrativo principal, e não somente seu artesanato e as danças típicas.

Esse é o mesmo posicionamento de Swain (1989), que defende que o turismo indígena é o tipo de turismo que tem suas bases na terra e identidade cultural de um grupo indígena e que é controlado por ele. Faria (2008), por sua vez, defende que esse turismo pode ser desenvolvido nos limites das TIs (aqui, leia-se áreas indígenas) ou fora delas, desde que a identidade cultural do local seja a indígena e o controle da gestão esteja com as comunidades ou povos indígenas. Para Oliveira (2006), o turismo indígena é um turismo emissor, ou seja, é o turismo realizado pelos próprios indígenas, e o turismo em territórios indígenas é um turismo receptor, no qual turistas visitam territórios pertencentes a um grupo ou a uma comunidade indígena. Essa investigadora cita que

[...] o turismo indígena pode ser compreendido como um novo segmento turístico que está sendo organizado pelas associações e populações indígenas, o que contribui para que os turistas possam ser interpretados no contexto da reterritorialização nas arenas turísticas (OLIVEIRA, 2006, p. 100).

Apesar dessa concepção, alguns indígenas não se sentem turistas, como é o caso dos Pataxó, assim como relatado por Grunewald (1999), em um dos estudos analisados: embora façam passeios como turistas e as sensações da experiência são sentidas por eles também, as viagens realizadas por eles não têm cunho recreativo; portanto, preferem dizer que são passeios, não turismo.

Maldonado (2009, p. 29) destaca que “desde a perspectiva da afirmação cultural, é inegável a fascinação que a realidade indígena exerce sobre a imaginação do turismo internacional e nas motivações pessoais dos viajantes”. Assim, conforme esse autor, a riqueza cultural dessas comunidades é expressa por meio de celebrações, festividades e rituais diversos.

Em relação ao turismo em áreas indígenas, este é por vezes associado ao ecoturismo. Chaves (2012), no entanto, defende que o turismo nessas áreas extrapola o conceito de ecoturismo. Para o autor, o interesse turístico, o atrativo em questão, são os próprios indígenas, bem como sua organização social, seus costumes, suas tradições e suas crenças, e não o ambiente natural local.

Guimarães (2006) ressalta também que, mesmo que se escolha denominar de ecoturismo o turismo em áreas indígenas, essa designação carrega preconceitos, posicionando os indígenas como seres animais. Para o autor, outros conceitos parecem mais apropriados para referenciar o turismo em áreas indígenas, como a expressão ‘turismo étnico’. Nesse sentido, cabe também abordar outras concepções sobre o turismo em áreas indígenas.

4.2.3 Outras concepções: ecoturismo, turismo comunitário e turismo de base comunitária

Conforme mencionado, alguns autores relacionam o turismo em áreas indígenas com o ecoturismo. Para Faria (2005; 2008), esse segmento é uma convergência do turismo de natureza com o turismo cultural e tem um caráter comunitário pautado no planejamento participativo.

Cabe destacar que, para a autora supracitada, o ecoturismo não deve ser confundido com o turismo ecológico ou com quaisquer atividades turísticas que

sejam pautadas no patrimônio natural como atrativo principal, pois aquele é uma junção do ambiente natural e motivações culturais. Verifica-se que o ecoturismo tem relação estreita com o turismo em áreas indígenas, uma vez que também acaba por agregar atrativos culturais, é realizado em áreas naturais, envolvendo a comunidade local, e deve se basear na sustentabilidade, segundo Brandão (2012).

No entanto, assim como sinalizado por Chaves (2012), é preciso levar em consideração que o conceito de turismo em áreas indígenas extrapola o conceito de ecoturismo, ainda que seja um segmento expressivo. Nesse sentido, Faria (2008) cunha um termo que avalia ser o mais próximo do ideal para os territórios indígenas: o 'ecoturismo indígena', que seria

[...] o ecoturismo promovido dentro dos limites das terras indígenas através do planejamento/gestão participativa e comunitária, respeitando os valores sociais, culturais e ambientais dos diferentes povos envolvidos em que a comunidade é a principal beneficiada (FARIA, 2008, p. 47).

Ainda que o ecoturismo não seja o único segmento desenvolvido em áreas indígenas, Baggio (2007), em um dos estudos analisados, ressalta o potencial dessas áreas. Para esse pesquisador, as TIs podem ser os espaços que apresentam maior potencial para o desenvolvimento do ecoturismo, uma vez que conservam as boas condições de seu patrimônio ambiental e cultural.

Faz-se necessário, outrossim, distinguir o turismo étnico do ecoturismo. Assim como destacado por Lac (2005), apesar de não ser simples diferenciar esses dois tipos de turismo, entende-se que, no turismo étnico, a atração principal é a fronteira étnica, enquanto no ecoturismo, ainda que a cultura seja importante, há uma preocupação maior com o ambiente natural. No entanto, essa pesquisadora ressalta que ambos os segmentos podem ser entendidos como parte do turismo alternativo, que surgiu na década de 1970 em contraposição ao turismo de massa.

O ecoturismo apresenta pelo menos uma característica representativa do turismo de base comunitária: a plena participação da comunidade (BRANDÃO, 2012). Esse é outro conceito comumente aliado ao turismo em áreas indígenas, conforme pode ser percebido no levantamento bibliográfico feito para esta pesquisa e nos estudos aqui analisados.

Sampaio, Fernandes e Philippi Jr. (2010) abordam que, para definir o turismo de base comunitária, parte-se do princípio de que ainda há alguns modos de vida

não urbanos que podem sinalizar aprendizados a respeito da sustentabilidade do desenvolvimento humano, mesmo que essas comunidades representem, para o senso comum, modos de vida obsoletos e que contem com uma desvantagem histórica. Entre essas comunidades, os autores assinalam como exemplos comunidades extrativistas, pesqueiras, ribeirinhos, faxinalenses, quilombolas, caiçaras e as indígenas, entre várias outras.

No que tange à dimensão conceitual, cabe destacar que o turismo de base comunitária tem como motivação a superação da lógica capitalista utilitarista materialista tendo por base os princípios de equidade social, prudência ecológica e responsabilidade econômica (FORTUNATO; SILVA, 2013), ou seja, ele não representa um segmento do turismo, mas sim uma alternativa ao turismo de massa. Ademais, assim como destacado por Araújo e Gelbcke (2008), comumente se relacionam todos os projetos turísticos envolvendo comunidades tradicionais com o turismo comunitário, o que não é adequado.

O turismo de base comunitária pode ser considerado um instrumento para inclusão social e promoção do desenvolvimento sustentável, com plena participação da população no processo de construção, planejamento e organização da atividade turística (BRANDÃO, 2012). Conjuntamente, relaciona-se o turismo em territórios indígenas ao desenvolvimento de base local, uma vez que o modelo ideal de turismo nesses territórios seria o gerido pelos próprios indígenas, assim como apontado por Oliveira (2006) em uma das pesquisas analisadas. No entanto, essa nem sempre é a realidade. Um dos estudos do *corpus* de análise (JESUS, 2012) aborda que, com ressalvas, o turismo de base local promove aprendizado, conhecimento, encontro entre pessoas e consequente intercâmbio cultural, e esses preceitos, na visão desse pesquisador, se encaixam nos valores tratados pelo 'turismo indígena'.

Campos (2007) aborda o turismo em áreas indígenas como um turismo sustentável, destacando questões referentes à presença de ambiente natural, à constante busca por esse ambiente por parte dos turistas, e ao patrimônio arqueológico.

Assim, pode-se perceber que há diversas designações para o turismo em áreas indígenas, e este está, por vezes, relacionado a um tipo de turismo que seja aliado ao interesse pelo ambiente natural, como o ecoturismo, e que seja pautado nas premissas da sustentabilidade, com desenvolvimento turístico baseado em sua gestão pelas comunidades receptoras.

4.2.4 O turismo em áreas indígenas na visão dos pesquisadores

Constatou-se, na análise das teses e dissertações, o uso de diversas nomenclaturas, entre segmentos, conceitos e modos de gestão do turismo. A seguir, apresenta-se, sinteticamente, qual nomenclatura se enquadra, na visão de cada pesquisador, no turismo que ocorria na(s) comunidade(s) estudada(s), à época da pesquisa.

Grünwald (1999) aborda que, na TI da Coroa Vermelha, o movimento de turistas não indicava a intenção de ver a cultura Pataxó, não havia o objetivo turístico de visitação das aldeias. O que ocorria é que os turistas buscavam pelo local da Primeira Missa e se deparavam com os indígenas vendendo artesanato. Assim, desenvolvia-se, além do turismo histórico, o cultural, uma vez que a singularidade étnica Pataxó não era procurada, mas estava presente como um “pano de fundo”. No entanto, segundo o autor, começava a ganhar forma a ideia de um turismo étnico, ou seja, a visitação orientada para a vivência cultural junto aos Pataxó, apesar de não ser concebido sob esse rótulo. Além disso, na época, a liderança local demonstrava interesse em implantar o ecoturismo [o que ocorreu posteriormente à pesquisa, como poderá ser visto em Neves (2012)], visando ao “turismo de massa” nas parcelas da mata. Cabe destacar que essa visão se contrapõe à perspectiva de o ecoturismo configurar-se como uma alternativa ao turismo de massa.

Lacerda (2004) conceitua os segmentos turismo cultural, etnoturismo, turismo indígena, turismo científico e ecoturismo. Aborda também o turismo alternativo; porém, não deixa claro que, em sua visão, os segmentos citados são parte de um turismo alternativo. Considera que, entre os segmentos abordados, o que poderia ser mais facilmente desenvolvido no bairro Marçal de Souza, em Campo Grande, seria o turismo científico, uma vez que, conforme a visão do autor, antropólogos, turismólogos, geógrafos e outros estudiosos poderiam se interessar em conhecer a comunidade, aproveitando para realizar pesquisas científicas.

Segundo Lacerda (2004), o turismo étnico/etnoturismo, por outro lado, era uma utopia ainda, pois mesmo o turismo “tradicional” ainda não havia sido

implementado. O termo 'turismo tradicional' não é explicado por Lacerda (2004), donde se infere que se trata de um turismo relacionado a visitas não fundadas no interesse pela cultura indígena. O autor menciona que o turismo étnico/etnoturismo, ecoturismo e outras denominações correspondentes pouco acontecem quando as visitas se transformam em momentos de observação e compra de artesanato e relatos da história do local, sem nenhuma integração com a comunidade, tal como mencionou ocorrer no bairro Marçal de Souza.

Lac (2005) segue a visão de Santana Talavera (2003) e conceitua o turismo étnico como uma modalidade de turismo cultural, que estaria inserido no turismo alternativo. Por seguir essa visão, menciona também o turismo ambiental e o ecoturismo. Apesar de não deixar claro que o que ocorre na TI de Iraí, *locus* de sua pesquisa, seria o turismo étnico/etnoturismo, pode-se afirmar que a autora se posiciona favorável a esse segmento, uma vez que o aborda várias vezes no decorrer da pesquisa.

Nunes (2006), por sua vez, ao conceituar o turismo étnico, aborda que, na aldeia Puiwa Poho, em Feliz Natal, por ela pesquisada, o principal motivo que atraía turistas era a busca pelo estereótipo de "índio intacto", o que seria uma característica do turismo étnico. Assim, pode-se afirmar que, na visão dessa investigadora, o que ocorreu foi o turismo étnico. Porém, ainda sobre essa aldeia, comenta que os pacotes turísticos comercializados caracterizavam a experiência como ecoturismo, e o idealizador do projeto o concebeu como parte de um turismo sustentável. Quanto à RI de Dourados, não é possível saber ao certo como a autora caracterizava o turismo que ocorreu lá, mencionando apenas ter sido um projeto de "turismo em território indígena".

Oliveira (2006), por sua vez, aborda dois conceitos: o turismo em territórios indígenas – entre eles o turismo étnico e o ecoturismo – e o turismo indígena (deslocamento dos indígenas a outro território indígena ou não indígena – cidades), e deixa claro que, no caso dos Krahô, estavam ocorrendo os dois. Na visão dessa autora, todos os territórios indígenas desenvolveriam alguma forma de turismo, uma vez que sua ordenação já estaria inserida na estrutura social e econômica dessas populações, o que permitia que elas recebessem turistas, sendo destacados pela autora pesquisadores, jornalistas, ecologistas, professores, estudantes, missionários, entre outros. Ou seja, para essa pesquisadora, esses atores também deveriam ser considerados turistas.

Baggio (2007) segue a visão de Faria (2008) e estabelece como segmento desenvolvido na TI Mangueirinha o ecoturismo, mais propriamente dito o ecoturismo indígena, em que os visitantes experienciavam o ambiente cultural e natural das populações indígenas.

A visão de Faria (2008), já mencionada nesta pesquisa, é a de que o segmento que melhor se adequa aos territórios indígenas é o ecoturismo. No entanto, a autora versa também sobre o turismo cultural, no qual estaria englobado o etnoturismo (indígena e étnico). O ecoturismo indígena, ecoturismo promovido dentro dos limites dos territórios indígenas, seria, para a autora, desenvolvido sobre as premissas do planejamento e gestão comunitária, por isso, seria de base comunitária. Apesar dessa conceituação, Faria (2007) ressalta que, em São Gabriel da Cachoeira, ocorria um turismo “clandestino”, sem planejamento, e, por isso, não considerava a prática como ecoturismo ou turismo ecológico, mas sim, no máximo, como um turismo de natureza (em sua visão, turismo de natureza ocorre quando a principal motivação da atividade é o ambiente natural).

Ramos (2008), por sua vez, não conceitua nenhum segmento, tampouco menciona as diversas nomenclaturas turísticas. Aborda apenas que Olivença era um local procurado por conta de suas águas medicinais, por tanto, pode-se inferir que ocorreu – e ainda ocorre, embora em menor significância – o turismo de saúde; que, intensificou-se o fluxo de visitantes atraídos pelas praias, portanto, um turismo de sol e praia.

Santos (2010) aborda diversas vezes o “turismo em terras e comunidades indígenas”, mas sem se ater à conceituação desse tipo de turismo ou dos segmentos realizados. Menciona, apenas, que os povos indígenas integram o turismo cultural, o ecoturismo e o turismo de pesca. No caso dos Sateré-Mawé, a Associação Indígena Sahu-Apé tinha, entre os trabalhos mais relevantes, a organização da atividade de etnoturismo. Por tanto, entendeu-se que, na visão dessa comunidade, o que estava sendo desenvolvido por eles era o turismo étnico/etnoturismo.

Leandro (2011) também recorre ao conceito de ecoturismo indígena, formatado por Faria (2008), e defende, igualmente, que “turismo indígena” estaria mais próximo do conceito de ecoturismo indígena. Na TI Sete de Setembro, *locus* de sua pesquisa, a gestão territorial estava também voltada a esse segmento, porém, sendo parte do turismo de base comunitária.

No caso de Lustosa (2012), não há conceituação de segmentos turísticos, apenas do turismo comunitário, uma vez que uma das comunidades estudadas, os Jenipapo-Kanindé da TI Aldeia Lagoa Encantada, estava desenvolvendo o turismo comunitário, contrapondo o turismo global, voltado para os megaempreendimentos. Já na TI Tremembé São José e Buriti havia o desejo de implantar um turismo para contrapor a ameaça oriunda de um megaprojeto, e tal turismo seguiria as premissas do turismo comunitário. Cita-se na pesquisa, também, o turismo em territórios indígenas, mas sem entrar em pormenores.

Neves (2012), por sua vez, versa sobre o turismo indígena, sem, no entanto, caracterizá-lo. Menciona-se apenas que esse turismo resultaria de um processo de apropriação indígena do turismo, que, passando pelo filtro da cosmologia e de práticas locais, não era o mesmo turismo gerido por operadores tradicionais, como grandes operadores de turismo. Para o autor, esse turismo estava sendo desenvolvido pelos Pataxó da Coroa Vermelha. Salientou, no entanto, a iniciativa de ecoturismo local implantada na TI (lembrando que Grunewald havia citado a intenção de ser implantado esse segmento); portanto, não foi possível saber se, na opinião do pesquisador, o ecoturismo seria parte desse “turismo indígena” ou se não coincidiam.

Jesus (2012) aborda e conceitua o turismo cultural, turismo comunitário e de base comunitária (cujos preceitos, com pequenas exceções, se encaixam nos valores do “turismo indígena”), ecoturismo e ecoturismo indígena, turismo sustentável, turismo indígena. Não há, no entanto, uma especificação do que ocorria, na visão desse autor, nas comunidades da Nova Zelândia (utilizadas como exemplos do turismo que poderia ser desenvolvido pelos Kadiwéu); porém, conforme pode ser constatado em sua tese, há uma inclinação para o “turismo indígena”, que fomenta ações de base comunitária.

Por último, Brandão (2012) aborda o turismo sustentável – que poderia estar relacionado ao ecoturismo, turismo cultural, turismo de aventura e turismo indígena, entre outros –, o ecoturismo (tendo relação estreita com o turismo em áreas indígenas), o turismo de base comunitária, o etnoturismo e o “turismo indígena”. Este último é tomado como parte do turismo cultural e do ecoturismo e configurado como um turismo alternativo, que deveria ser medido por meio de duas variáveis: controle por parte da população indígena e temática indígena. Entende-se, com isso, que a autora se apropria do termo ‘turismo indígena’ como segmento desenvolvido

na TI São Marcos, seguindo as premissas do turismo sustentável e de base comunitária.

Abaixo, segue um quadro identificando resumidamente o tipo de gestão turística ou segmento turístico desenvolvido nas comunidades estudadas, conforme percebido ou averiguado pelos pesquisadores.

QUADRO 7 - NOMENCLATURAS UTILIZADAS PELOS PESQUISADORES

AUTOR(A)	LOCAL	NOMENCLATURA
Grünewald (1999)	TI Coroa Vermelha	- Era desenvolvido o turismo histórico e o cultural; - Começava a ganhar forma a ideia de um turismo étnico; - A liderança desejava implantar o ecoturismo.
	Aldeia Barra Velha	- Os turistas vão à aldeia conhecer o modo de vida dos indígenas em seu lugar de “nativo”. Assim, desde a perspectiva do autor, o turismo que incidia sobre Barra Velha é o étnico; - Não havia, no entanto, o desenvolvimento de um turismo sustentável.
Lacerda (2004)	Bairro/Aldeia Marçal de Souza	- Possibilidade para o turismo científico; - O etnoturismo é uma utopia; - Turismo étnico/etnoturismo, ecoturismo e outras denominações correlatas não ocorrem.
Lac (2005)	TI de Iraí	-Turismo étnico – parte do turismo alternativo.
Nunes (2006)	Aldeia Puiwa Poho	- Na visão da autora, ocorria o turismo étnico; - Era comercializado como ecoturismo, e foi concebido como um projeto de turismo sustentável.
	RI de Dourados	- Menciona apenas ter se tratado de turismo em território indígena.
Oliveira (2006)	Território Krahô	- Aborda apenas o turismo em territórios indígenas, no qual podem estar inseridos o turismo étnico e ecoturismo; - Destaca o turismo realizado pelos próprios indígenas, um novo conceito para turismo indígena.
Baggio (2007)	TI Mangueirinha	- Ecoturismo indígena.
Faria (2008)	São Gabriel da Cachoeira	- Ecoturismo indígena era o segmento mais adequado; - Em São Gabriel da Cachoeira, ocorria um turismo que, no máximo, poderia ser denominado turismo de natureza.
Ramos (2008)	Oliveira, Ilhéus	- Ocorria, há algumas décadas, o turismo de saúde; - Turismo de sol e praia.
Santos (2010)	Aldeia Sahu-Apé	- Aborda o turismo em terras e comunidades indígenas; - A associação comunitária tinha, entre seus principais trabalhos, a organização do etnoturismo.
Leandro (2011)	TI Sete de Setembro	- Ecoturismo indígena é o segmento que melhor se adequa; - Na gestão territorial da TI, considerava-se como segmento a ser desenvolvido o ecoturismo, como parte do turismo de base comunitária.
Lustosa (2012)	TI Aldeia Lagoa Encantada	- A comunidade desenvolvia o turismo comunitário, fazendo parte, inclusive, de uma Rede de Turismo Comunitário (Rede TUCUM).
	TI Tremembé São José e Buriti	- A comunidade desejava desenvolver um turismo que coincidissem com as premissas do turismo comunitário.
Neves (2012)	TI da Coroa Vermelha	- O autor aborda que era desenvolvido o turismo indígena, sem entrar em pormenores; - Havia uma iniciativa de ecoturismo ocorrendo na Reserva da Jaqueira.

Jesus (2012)	Maori, Ilha Norte da Nova Zelândia	- Turismo indígena; turismo comunitário.
	RI Kadiwéu	- Não desenvolviam nenhum tipo de atividade turística; porém, o autor utilizou os exemplos das comunidades da Nova Zelândia como possíveis práticas na RI Kadiwéu.
Brandão (2012)	TI São Marcos	- Segundo a pesquisa, é possível compreender que a autora indica que o turismo indígena era desenvolvido na TI, seguindo as premissas do turismo sustentável e de base comunitária.

Fonte: Elaboração própria (2015)

Cabe salientar que não foi o intuito dessa análise questionar os conceitos apontados pelos pesquisadores, mas sim identificar como esses autores caracterizam o turismo nas comunidades estudadas. Por essa razão, preferiu-se fazer uma separação dos termos, explicando como a presente pesquisa incorporou cada nomenclatura dos tipos de turismo. Essa proposta segue abaixo.

4.2.5 Proposta de divisão dos tipos de turismo

Após a análise bibliográfica exposta, abrangendo autores nacionais e estrangeiros que apresentam os conceitos de turismo cultural, turismo étnico, turismo indígena e turismo em áreas indígenas, sob diferentes óticas, ressalta-se a importância de apresentar um modelo de divisão dos conceitos a partir dos segmentos e dos tipos de gestão do turismo, conforme a especificidade de cada elemento, levando em conta as suas inter-relações. O modelo segue abaixo (FIGURA 3) e é explicado em seguida.

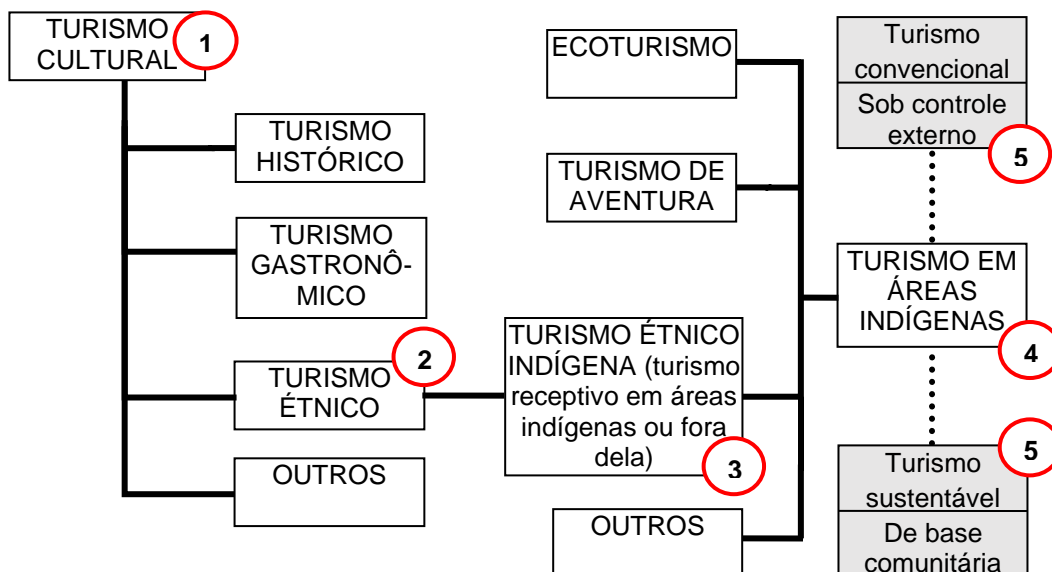


FIGURA 3 – DIVISÃO DOS TIPOS DE TURISMO CONFORME CONCEITUAÇÃO
 Fonte: Elaboração própria (2014)

A figura acima representa uma separação dos tipos de turismo conforme análise das conceituações e caracterizações dos autores anteriormente apresentados. A partir dela, considera-se o seguinte:

1) Turismo cultural: o turismo cultural representa um segmento composto por uma gama de “subsegmentos”, como o turismo gastronômico, o turismo arqueológico, o *dark tourism*, o turismo histórico, o turismo arquitetônico e o turismo étnico, apenas para exemplificar. Concorda-se com a perspectiva de Costa (2009), Faria (2007), Van den Berghe e Keyes (1984) e Bahl (2003) de abordar o turismo cultural relacionado a experiências junto ao patrimônio cultural material ou imaterial. Também se concorda com Smith (1989), que defende que o turismo cultural diz respeito a culturas extintas ou em vias de extinção, mas que se perpetuaram nos patrimônios, como arquitetura e vestimentas. O turismo cultural se relaciona com o turismo étnico, uma vez que se entende serem o modo de vida de uma comunidade e seu exotismo pautados em diversos aspectos da cultura de um local, e, por vezes, esses aspectos incluem a arquitetura, o artesanato e as artes, as vestimentas, a gastronomia e os festivais tradicionais.

2) Turismo étnico: inserido no turismo cultural, o etnoturismo ou turismo étnico sobrepõe-se em um sistema preexistente de relações étnicas entre um grupo dominante e um ou mais grupos marginalizados cujo atrativo turístico é o exotismo de determinado grupo étnico, como, no caso do Brasil, os quilombolas, as comunidades que representam os processos de imigração europeia e asiática e

outros grupos que preservam seu legado histórico-cultural e o saber-fazer tradicional (OLIVEIRA; JESUS, 2010; BRASIL, 2006; VAN DEN BERGHE, 1995; FARIA, 2005; 2008; VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984; SMITH, 1989; BARRETTO, 2005)

3) Turismo étnico indígena: a denominação 'turismo étnico indígena' diz respeito ao turismo étnico desenvolvido em áreas indígenas ou fora delas, desde que a identidade focal seja a indígena e a atividade turística seja gerida por um grupo ou por uma comunidade indígena, assim como destacado por Faria (2007). Tendo em vista que se defende que o turismo indígena é o turismo emissor, considerou-se necessário estabelecer uma diferenciação entre os termos. Esse turismo, por sua vez, diferencia-se do turismo em áreas indígenas.

4) Turismo em áreas indígenas: o turismo em áreas indígenas é visto aqui como qualquer turismo que ocorra dentro de uma área pertencente a grupo(s) indígena(s). Nesse sentido, concorda-se com Chaves (2012) e Guimarães (2006), que destacam que o turismo em áreas indígenas extrapola o conceito de ecoturismo. Na maioria das vezes, as comunidades indígenas estão inseridas em áreas naturais, como, por exemplo, no Parque Indígena do Xingu, no Mato Grosso do Sul (BRITO, 2012) e no Parque Nacional do Pico da Neblina, no Amazonas (FARIA, 2005), e, por isso, é aliado ao ecoturismo. Entretanto, destaca-se que o conceito de turismo em áreas indígenas tem relação com um fator territorial; porém, o turista pode estar buscando outro tipo de turismo, como o turismo científico (realizado por cientistas e pesquisadores), o turismo de aventura, o turismo de saúde (medicina tradicional), o turismo cultural em sua essência e o próprio turismo étnico indígena.

5) Turismo de base comunitária/sustentável: tanto o turismo étnico indígena quanto o turismo em áreas indígenas podem ser desenvolvidos sob a ótica da sustentabilidade e pela própria comunidade, sendo assim caracterizados como um turismo tido como sustentável e como turismo de base comunitária. No entanto, há casos em que se desenvolve o turismo convencional, controlado por agentes externos, sem a participação das comunidades no processo de planejamento, gestão e controle da atividade.

À parte desses segmentos, tem-se o turismo indígena, que representa o turismo emissor realizado pelos indígenas, tal como defendido por Oliveira (2006). Esse turismo pode envolver qualquer segmento; como exemplo, tem-se o turismo de negócios, para venda de artesanato, o turismo de lazer, com visita a outras

comunidades, o turismo de eventos, com participação em congressos, feiras, mostras, entre outros.

A partir da conceituação e da caracterização dos segmentos e tipos de gestão do turismo por diversos pesquisadores, criou-se a presente proposta de divisão e delimitação desses conceitos, com suas referidas inter-relações. Cabe destacar que, com essa proposta, pretendeu-se instigar a discussão e contribuir para a construção de uma teoria para o turismo, considerando a importância de se delinear claramente os conceitos dentro dessa teoria.

5 A LEGISLAÇÃO E O PANORAMA DO TURISMO EM ÁREAS INDÍGENAS NO BRASIL

Este capítulo versa sobre a legislação nacional referente aos povos indígenas e à atividade turística em suas áreas. Em um segundo momento, apresenta o panorama do país no que diz respeito ao turismo envolvendo esses povos.

5.1 A LEGISLAÇÃO NACIONAL E O ENTRAVE AO TURISMO

No Brasil, as questões referentes ao desenvolvimento da atividade turística em comunidades indígenas são margeadas – e limitadas – pela legislação nacional, que é ambígua, para não dizer incerta. Nas pesquisas analisadas, percebe-se o debate sobre esse tema, embora alguns autores tenham se atido mais à legislação indigenista, e outros o fizeram em menor intensidade.

Ocorre que a legislação não proíbe a existência dessa atividade; no entanto, também não a autoriza. No *Estatuto do Índio* (BRASIL, 1973), não consta o termo ‘turismo’. Já a *Constituição Federal* de 1988, no Artigo 231, confere aos indígenas a posse e o usufruto exclusivo de suas terras:

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (BRASIL, 1988, n.p.).

Entende-se, com essa declaração, que o turismo poderia ser considerado uma dessas atividades, assim como afirma Faria (2008).

Além desse impasse, referente à incerteza da legislação, outro fator dificulta a formulação de uma política voltada ao turismo em áreas indígenas, conforme lembrado por Faria (2008) em sua tese. As questões indígenas são tratadas, no Brasil, pela Funai, e o turismo (ou ecoturismo, como abordado pela referida autora), eram incumbência do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e, após 2003, tornou-se responsabilidade do MTur. Assim, de um lado, a Funai não dispõe de recursos humanos qualificados para tratar do tema, e, por outro lado, considera-se que o MTur não teria domínio de alguns aspectos importantes para o desenvolvimento dessa atividade junto às comunidades indígenas.

No entanto, questiona-se: para quem estaria voltada essa política? Para os indígenas. Então, considera-se que o foco do desenvolvimento de uma política pública para o turismo em áreas indígenas deve ser a participação comunitária, dando voz aos maiores interessados, beneficiados ou prejudicados pela instauração dessa política, levando em consideração a opinião, as necessidades e os desejos dos povos indígenas, tal qual defende Faria (2008).

Mas o que impede a criação dessa política? Para Brandão (2012), há a ausência de sensibilidade dos gestores e planejadores das políticas públicas de turismo, que não têm dado a devida atenção e o devido apoio à cultura indígena brasileira. Considera-se essa, no entanto, uma ideia equivocada, uma vez que o MTur é apresentado como o único órgão responsável por essa política, não levando em consideração que outros órgãos se fazem importante, como a Funai e as próprias associações indígenas.

Lac (2005), por sua vez, aponta que a tutela, desenvolvida com o extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e mantida pela Funai, influencia as outras instâncias governamentais na atuação com os povos indígenas. Ou seja, ainda que seja assegurada pela Constituição Federal de 1988 a autonomia indígena, a tutela seria um entrave para que outros órgãos se mobilizassem em prol da regulamentação do turismo em áreas indígenas.

No que se refere ao exposto acima, Santos (2010) observa que, enquanto o órgão oficial do indigenismo brasileiro, ou seja, a Funai, não se pronunciava, o MMA e o MTur financiaram projetos de turismo de organizações indígenas, retirando, assim, a responsabilidade total dos órgãos de turismo sobre a ausência de regulamentação da atividade.

O MMA foi, talvez, o órgão que mais apoiou as iniciativas de turismo em áreas indígenas. Por meio de acordos bilaterais entre países, implementou projetos socioambientais em diferentes linhas temáticas, entre elas o turismo na Amazônia Legal e na Mata Atlântica (LUSTOSA, 2012). Entre os projetos implementados, pode-se citar o Projeto Demonstrativo de Povos Indígenas (PDPI), o Programa de Apoio ao Ecoturismo e à Sustentabilidade Ambiental do Turismo (Proecotur) e a Carteira Indígena (CI), um programa em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), conforme menciona a autora supracitada.

Isso demonstra, tal qual apontado por Santos (2010) e também pelas demais pesquisas analisadas, que os povos indígenas apresentam o turismo em suas terras como um projeto inadiável, ou, então, pode-se dizer que apresentam o turismo como um projeto vigente, mas que, por falta de regulamentação, vem ocorrendo, por vezes, de forma desordenada. Algumas iniciativas brasileiras serão apresentadas no próximo tópico.

Em paralelo a isso, a própria Funai já recebeu várias solicitações das próprias comunidades indígenas, que, em consonância com a atual política indigenista, reflete as dificuldades que esse órgão enfrenta para estabelecer uma proposta (que não deve se caracterizar como “modelo”) para a implementação dessa atividade, respeitando a atual legislação indigenista e ambiental brasileira (SANTOS, 2010). Mediante a necessidade de regulamentação da atividade e da incerteza sobre como fazê-lo, algumas medidas legais vêm sinalizando uma flexibilização no debate. O *Decreto nº 7.747*, de 2012 (BRASIL, 2012), institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), e tem por objetivo garantir e promover a proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais dessas áreas, além de uma melhor qualidade de vida e de condições de reprodução física e cultural dos povos indígenas, respeitando sua autonomia. Alguns dos objetivos dessa política dizem respeito ao uso sustentável de recursos naturais e a iniciativas produtivas indígena. Entre eles, cita-se:

[...] g) apoiar iniciativas indígenas sustentáveis de etnoturismo e de ecoturismo, respeitada a decisão da comunidade e a diversidade dos povos indígenas, promovendo-se, quando couber, estudos prévios, diagnósticos de impactos socioambientais e a capacitação das comunidades indígenas para a gestão dessas atividades (BRASIL, 2012, n.p.).

Além dessa, destaca-se outra medida que poderia corroborar com a regulamentação da atividade. A pressão contínua sofrida pela Funai impulsionou a criação de um Grupo de Trabalho sobre Turismo em Terras Indígenas, em 2006 (SANTOS, 2010). Em agosto de 2014, foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (*Portaria Interministerial nº 1.372*), formado pelo Ministério da Justiça, MTur e pela Funai, com o objetivo de propor medidas e ações para a regulamentação e o desenvolvimento das atividades turísticas em Terras Indígenas a fim de promover a valorização cultural e geração de renda por meio do turismo étnico ou do ecoturismo (BRASIL, 2014). Essas medidas indicam avanço no que diz respeito à articulação governamental em prol do desenvolvimento turístico em comunidades que são favoráveis a essa atividade.

A ausência da regulamentação ou permissão legal é o fator inibidor de um maior apoio por parte da Funai, tal como pode ser visto no estudo de Brandão (2012). Essa pesquisadora, ao entrevistar agentes da Funai, que tiveram sua identidade preservada, constatou que, para eles, sendo as TIs áreas da União, o que a lei não regulamenta ou não deixa as regras claras não é possível desenvolver. Segue, desse modo, uma lógica diferente do que ocorre na área privada, contexto em que o que a lei não proíbe é permitido.

Desse modo, ainda que alguns agentes sejam favoráveis ao turismo (assim como o são para outras atividades econômicas, como a mineração), não há regulamentação e, por isso, não há o devido apoio do órgão indigenista, ainda que o órgão não possa impedir o desenvolvimento de tal atividade. No entanto, no ano de 2000, a Funai enviou 47 questionários com o objetivo de levantar dados sobre as iniciativas de ecoturismo em TIs; 19 questionários foram respondidos e, destes, em 13 se informou a existência de visitação na comunidade respondente (CHAVES, 2006). Lac (2005) relata que, no ano de 2004, foi solicitado pela Funai que cada TI enviasse uma carta manifestando sua vontade de implantar ou desenvolver o turismo, para planos posteriores, o que demonstra que tal órgão era consciente da necessidade da regulamentação.

Anteriormente a isso, no ano de 1997, foi elaborado pelo Grupo Técnico de Coordenação do Ecoturismo para a Amazônia Legal (GTC Amazônia) um intento de organização do turismo em áreas indígenas (OLIVEIRA, 2006). Segundo Oliveira (2006), esse grupo, promovido pelo MMA, com o apoio da Funai e do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), publicou o *Manual Indígena de Ecoturismo*, naquele mesmo ano, que teoricamente deveria servir de base para as ações do Estado, das ONGs e das populações indígenas na organização do turismo. No entanto, assim como ressaltado pelo investigador citado, a proposta foi construída com pouca participação dos povos indígenas, fato que pesou negativamente para a efetivação da proposta. Além disso, pode-se somar o fato de que se propunha o ecoturismo como segmento prioritário para as áreas indígenas, sem levar em consideração as características e o potencial de cada comunidade. Nesse sentido, Oliveira (2006) aponta que o turismo em áreas indígenas que ocorre no país não pode ser identificado a partir do conteúdo do Manual em questão.

Lustosa (2012) chama a atenção para o fato de que a regulamentação da atividade turística em áreas indígenas parece não ter tido grande evolução. Segundo essa pesquisadora, a Funai adota um modelo de turismo que traz em seu bojo o vício da tutela; além disso, não considera as condições étnicas específicas e direciona projetos pilotos de turismo (no Parque Nacional do Xingu e na TI Coroa Vermelha), padronizados, como se fosse possível replicar a mesma experiência nos diferentes povos indígenas do país e nas diferentes realidades vivenciadas por cada comunidade.

Brandão (2012) verificou, em sua pesquisa, que os indígenas participantes de sua investigação gostariam que houvesse regulamentação do turismo e apoio e cooperação do Estado, sendo citado inclusive que os indígenas não querem depender do governo, mas sim ter autonomia sobre suas próprias vidas. Baggio (2007) analisa que, apesar da tutela ser um obstáculo à autogestão, há uma tendência a respeitar-se cada vez mais a livre decisão sobre seu próprio futuro e sobre o que ser feito em seus territórios.

Nesse sentido, cabe destacar algumas iniciativas que ocorrem no Brasil, cada uma com suas peculiaridades e desenvolvidas de um modo distinto. Algumas delas impostas às comunidades, outras desenvolvidas por elas, algumas benéficas (conforme a própria visão comunitária), outras invasivas. No entanto, os exemplos negativos servem para uma reflexão em torno da importância da regulamentação, a

fim de inibir práticas abusivas, ilegais e que gerem apenas impactos negativos nas comunidades visitadas, que são, por vezes, apenas utilizadas como chavão turístico. Acredita-se, assim como apontado por Santos (2010), no entanto, que as organizações políticas indígenas estão dialogando com o órgão indigenista oficial não mais pela dinâmica “Funai é que sabe”, mas pela imposição do “nós é que sabemos”.

5.2 INICIATIVAS (INDÍGENAS OU NÃO, BENÉFICAS OU NÃO) DE TURISMO EM ÁREAS INDÍGENAS

Iniciativas de turismo envolvendo comunidades originárias estão sendo desenvolvidas em um vasto número de países, como é o caso do Japão, do Canadá, da Austrália, da Nova Zelândia, da Sibéria, do Nepal, da Tanzânia, do Chile, do México, da Argentina, do Panamá e da Venezuela (LAC, 2005; OLIVEIRA, 2006; JESUS, 2012).

No Brasil, vários povos indígenas também vêm desenvolvendo essa atividade, como é o caso dos Kayapó, no Pará e no Mato Grosso; os Trumai e Waurá, no Mato Grosso; os Marajoaras, no Pará; os Pataxó, na Bahia; os Guarani M'bya, em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Paraná; os Tapeba e Jenipapo-Kanindé, no Ceará; os Kaingang, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul; os Krikati, Gavião, Canela Apaniekra e Canela Ramkokamekra, no Maranhão; os Apinayé, Krahô e Karajás, no Tocantins; os Terena, no Mato Grosso do Sul; os Potyguara, na Paraíba; os Sateré-Mawé, no Amazonas; entre vários outros (GRÜNEWALD, 1999; LACERDA, 2004; LAC, 2005; NUNES, 2006; GUIMARÃES, 2006; OLIVEIRA, 2006; BAGGIO, 2007; SANTOS, 2010; NEVES, 2012; JESUS, 2012; LUSTOSA, 2012; CORBARI; GOMES; BAHL, 2013; CORBARI; BAHL; SOUZA, 2014; TUCUM, 2015). Cada uma das comunidades desenvolve o turismo com suas peculiaridades. Neste momento da dissertação, são apresentadas as iniciativas descritas nas pesquisas analisadas, atendo-se, em um primeiro momento, à descrição de como ocorreu a organização e a articulação das comunidades com outros atores, quais atividades estavam sendo desenvolvidas, qual o público visitante, há quanto tempo era desenvolvido o turismo e outros aspectos pertinentes.

Inicia-se a descrição com os Pataxó, etnia estudada tanto por Grunewald (1999) quanto por Neves (2012). É enriquecedor para este estudo realizar a análise dessas duas pesquisas pelo fato de terem sido desenvolvidas em diferentes momentos da história dessas comunidades – Grunewald (1999) analisando a realidade anterior às comemorações de 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, e Neves (2012), em seguida, verificando que algumas mudanças ocorreram na organização, na gestão e na infraestrutura para o turismo, após essas comemorações. Pode-se, assim, perceber que houve modificações na comunidade receptora; com isso, presume-se que o modo como o turismo acontecia também sofreu alterações.

Grunewald (1999) realizou uma análise das comunidades Pataxó do Extremo Sul Baiano, mas enfatizou as aldeias de Barra Velha, em Porto Seguro (considerada a “aldeia-mãe” dos Pataxó meridionais), e Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabrália, considerada pelo pesquisador uma “aldeia turística”. Neves (2012), por sua vez, apesar de não descartar a importância das demais aldeias Pataxó, se ateve à segunda comunidade abordada.

Os Pataxó são marcados por uma história de luta pelas terras, o que é um problema das demais comunidades também, mas, no caso dessas comunidades, há também a busca incessante pelo reconhecimento de sua etnicidade e da sequência histórica de suas tradições, como pode ser compreendido a partir dos estudos desses pesquisadores, dado o fato de esse povo ter sido, inclusive, considerado extinto do território baiano, ressurgindo como um “povo-novo”. Além disso, há um esforço para serem reconhecidos como os indígenas que habitavam o local na data da chegada de Pedro Álvares Cabral, dado o fato que há uma incerteza sobre essa condição (GRÜNEWALD, 1999; NEVES, 2012).

Não cabe aqui explicar tais problemas, uma vez que os autores supracitados já o fazem de modo detalhado e esclarecedor; no entanto, a busca pelo reconhecimento da indigeneidade e da identidade Pataxó regem o turismo, e isso se faz importante na caracterização aqui realizada. A atividade turística nessas aldeias ocorre desde a década de 1970, pautada na venda de artesanato, a qual continuou sendo a principal atividade turística indígena dessas comunidades e uma das principais atividades econômicas locais (GRÜNEWALD, 1999; NEVES, 2012).

Barra Velha parece ter sido fundada, como afirma Grunewald (1999), em 1861, e foi o ponto de partida para a formação das demais aldeias Pataxó da região.

O pesquisador constatou que, nessa comunidade, os visitantes eram, em sua maioria, brasileiros; porém, havia constante presença de estrangeiros de diversos países. A variação do ritmo de vida entre o inverno e o verão (considerada alta temporada para o turismo) se fazia expressiva, uma vez que, no verão, havia um aumento quantitativo do ritmo de vida durante a produção artesanal se comparado ao inverno. No entanto, essa era uma particularidade do início da estação, pois, durante a fase de comercialização do artesanato, havia uma expressiva migração de indígenas de Barra Velha para Coroa Vermelha.

Coroa Vermelha caracterizou-se, desde o início de sua formação social, em 1972, pela atividade comercial turística, principalmente a venda de artesanato, conforme explica Grünewald (1999). Esse autor constatou que, no verão, a localidade se tornava ponto de encontro entre os Pataxó, que utilizavam esse momento para discutir a situação geral das aldeias, trocar informações, encontrar parentes, entre outras atividades. Esse fluxo, que na presente pesquisa preferiu-se denominar ‘fluxo turístico indígena’, permaneceu em Coroa Vermelha até as comemorações do Dia do Índio (19 de abril), do Descobrimento do Brasil (22 de abril) e da Primeira Missa (26 de abril), quando então retornaram a suas aldeias e atividades.

Os visitantes de Coroa Vermelha eram, segundo averiguação de Grünewald (1999), grupos provenientes de outros estados (o que o autor denomina “excursões”) e também visitantes que chegavam de automóvel, individualmente. Raros eram os estrangeiros. E, nos finais de semana, verificou-se o fluxo de pessoas da região, porém que visitavam a comunidade para usufruir da praia. Por meio da análise do referido pesquisador, constatou-se que a comercialização do artesanato era a principal atividade local, para não dizer exclusiva. Nesse sentido, Grünewald (1999) separou o artesanato vendido aos turistas em três tipos: os que representavam a tradição indígena, com demarcadores de que eram peças feitas por indígenas; os de transição, feitas pelos indígenas, porém inspiradas em elementos não indígenas; e os que não seriam representativos de nenhuma tradição indígena, como seria o caso de camisetas que faziam menção à baianidade.

Os Pataxó de Coroa Vermelha buscaram, durante todas essas décadas, afirmar suas raízes num processo de reinvenção da tradição, fazendo ressurgir práticas que já não faziam parte do cotidiano da comunidade. Segundo Grünewald (1999), entre elas está, inclusive, a figura do pajé como “*marketing*” para atrair

turistas. Constatou-se, com o estudo de Grünewald (1999), que havia certa tensão local por conta das comemorações de 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil (Coroa Vermelha foi implantada no local onde, afirma-se, ocorreu a Primeira Missa – fato esse que justifica ou é justificado pela presença da “Cruz do Descobrimento”), por isso, aparentemente, os Pataxó se esforçavam para resgatar ou demonstrar serem detentores da tradição de seu povo.

Neves (2012) constatou que o período da comemoração dos 500 anos da chegada de Pedro Álvares Cabral foi emblemático, porque, naquele momento, os Pataxó se destacaram no cenário nacional, estabelecendo a posição simbólica de “índios do descobrimento”, tal qual Grünewald (1999) aponta ser um dos objetivos dessa comunidade. No entanto, segundo Neves (2012), tal momento foi também problemático, uma vez que alguns movimentos sociais e protestos indígenas na região foram reprimidos pela polícia do estado da Bahia, reestabelecendo o combate do poder público à causa indígena. Além disso, surgiu o desafio de administrar os ganhos obtidos com a comemoração, ou seja, o Parque Indígena.

No ano 2000, passou a funcionar na Coroa Vermelha um novo centro de artesanato e estacionamento. O centro de artesanato, antes composto por barracas de praia, transformou-se em uma construção de madeira e palha, fazendo alusão à estética arquitetônica indígena, e os comerciantes não indígenas foram retirados desse centro e receberam um novo centro de artesanato à parte. O estacionamento teve o piso cimentado e recebeu guarita de fiscalização em suas entradas e saídas. Ademais, uma nova Cruz do Descobrimento foi instalada, bem como um museu indígena. A todas essas edificações os Pataxó denominaram Parque Indígena, para o qual foi criado o cargo de administradores do Parque (NEVES, 2012).

Destacaram-se duas iniciativas dos Pataxó da Coroa Vermelha, mencionadas por Neves (2012). A primeira é o Projeto Jaqueira de Ecoturismo, renomeado Projeto Jaqueira de Etnoturismo, criado em 1998, tendo como objetivo inicial a preservação de uma porção de mata da TI da Coroa Vermelha. No entanto, optou-se pelas visitas turísticas após reuniões organizadas por três irmãs (que encabeçavam o projeto) e um grupo de indígena. A visita à Jaqueira ocorreu do seguinte modo, segundo relatado por Neves (2012): ao chegarem na Reserva, os visitantes independentes pagavam um determinado valor (35 reais por pessoa, em 2011) diretamente ao guia que os receberiam; em caso de visitantes intermediados por agências, o pagamento era feito diretamente a estas. Os turistas eram guiados

por uma trilha até o centro de visitantes, onde se realizava uma palestra com uma das idealizadoras, que explicava parte da história e costumes indígenas. Em seguida, ocorria a representação do Awê, um dos rituais Pataxó. Após, realizava-se visita ao Quijeme (casa) do pajé, centro de artesanato, viveiro de mudas e escola indígena. Ao final da visita, havia, se planejado com antecedência com os visitantes, um almoço, em que era servido um prato local. Ademais, a Reserva realizava, todo mês de agosto, o Aragwaksã, uma festa comemorativa do aniversário do projeto, a qual atraía um número expressivo de visitantes da região. O que chama a atenção é que, à parte do centro de artesanato e da Reserva da Jaqueira, os visitantes não se envolviam com a comunidade local, segundo Neves (2012), que expressa não ter observado muitos visitantes no restante da aldeia, embora o acesso não fosse restrito.

O Projeto Jaqueira de Ecoturismo foi concebido para funcionar com o apoio da Associação Pataxó de Ecoturismo (Aspectur), que teria a função de captar e organizar grupos de turistas para a visita à Reserva da Jaqueira, conforme Neves (2012). É justamente a Aspectur a segunda iniciativa a ser destacada. Essa associação foi idealizada porque não eram raros os turistas que chegavam à Coroa Vermelha sem transporte particular e desejavam visitar a Jaqueira, mas a distância entre a praia e a Reserva é de cerca de 7 km, o que tornava a visita inviável, segundo destacado pelo autor supracitado. No entanto, a Aspectur foi sendo gradativamente abandonada, por conta do custo na organização da visita, bem como da concorrência, permanecendo subutilizada desde 2005. A responsabilidade pela captação de turistas passou à agência Pataxó Turismo, localizada em Porto Seguro, que, apesar do nome, não tem nenhuma relação formal com os Pataxó (NEVES, 2012). Mas, contrariando o que Grūnewald (1999) apontou, havia um envolvimento dos empresários locais com os Pataxó.

No que se refere ao apoio do governo ou de empresários locais, Grūnewald (1999) aponta que ambos não tiveram interesse, desde a década de 1970, na permanência dos Pataxó na Coroa Vermelha; ao contrário, desde aquela época desejou-se a saída dos indígenas do local para construção de um polo turístico sem presença de moradias indígenas. O referido autor destaca que, mesmo com a demarcação da TI da Coroa Vermelha, no final da década de 1990, os não indígenas (empresariado e governo, inclusive estadual) queriam gerenciar o turismo na localidade, não aceitando a participação dos indígenas na elaboração de

propostas. No entanto, os Pataxó resistiram a isso, promovendo-se como sujeitos ativos na gestão do turismo, buscando autonomia e exclusividade, como, por exemplo, com comércio exclusivamente indígena (GRÜNEWALD, 1999), objetivo esse que de fato foi alcançado, como constatou Neves (2012).

Neves (2012) expõe algumas mudanças relacionada à relação dos Pataxó com o empresariado local, se comparado à realidade exposta por Grunewald (1999). Após a parceria com a Pataxó Turismo, estabeleceu-se parceria com outra agência, a Brazil Travel, e, a partir dessas agências, foi sendo tecida uma rede de relações com as agências locais, até o momento em que quase todas as agências do centro de Porto Seguro comercializam as visitas à Reserva da Jaqueira (NEVES, 2012).

Segundo constatado por Neves (2012), a Pataxó Turismo foi, inclusive, colaboradora na construção de um roteiro denominado Rota das Aldeias, que funcionou no verão de 2010, por meio do qual foi possível realizar visitas a Coroa Vermelha e a outras três comunidades Pataxó da região, com duração de três dias, a um custo de 800 reais por pessoa. O que se pode compreender, com isso, é que essas parcerias sinalizaram que, se o empresariado da região era favorável à construção de um polo turístico sem a presença de indígenas, houve algumas mudanças no posicionamento daqueles, o que pode representar uma valorização da cultura Pataxó e do potencial turísticos dessas comunidades.

Outra comunidade onde é possível realizar visitas é a Aldeia Marçal de Souza, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, povoada pelos Terena. A realidade em tal comunidade era significativamente distinta dos Pataxó. Segundo Lacerda (2004), na época de sua investigação, o turismo era incipiente naquela aldeia, e, conforme apontado pelo autor, era um fato desconhecido tecnicamente pelos Terena, ocorrendo de forma espontânea e sem planejamento, exceto por uma iniciativa de diversos órgãos que resultou em um *city tour* regular pela cidade de Campo Grande, o qual tem uma de suas paradas no Memorial da Cultura Indígena, que fica dentro dessa aldeia.

O Memorial da Cultura Indígena e um centro de artesanato foram construídos pela Prefeitura Municipal de Campo Grande visando a resolver um dos maiores problemas da comunidade: o desemprego, segundo Lacerda (2004). Esse pesquisador verificou a existência de um *folder* produzido pelo poder público e distribuído em hotéis, aeroporto e outros pontos de recepção de turistas. No entanto, as manifestações culturais que envolviam toda a comunidade ocorriam apenas em

abril, por conta das comemorações do Dia do Índio. Por isso, a visita ao Memorial e a compra de artesanato acabavam sendo as únicas atividades disponíveis rotineiramente, na comunidade, conforme cita Lacerda (2004). Talvez por essa razão, os visitantes habituais da comunidade eram alunos de escolas do município, realizando uma visita (e não turismo) pedagógica, tal qual constatado por esse pesquisador. O autor observa que, ao chegarem no bairro, os turistas eram acompanhados não por membros da comunidade, mas por não indígenas; também não eram preparados para o contato. Outra questão delicada, segundo Lacerda (2004), diz respeito à contribuição financeira dos visitantes. Os estudantes que visitavam o Memorial eram isentos de pagamento de ingresso e, em geral, não adquiriam artesanato ou, quando o faziam, compravam objetos de menor valor econômico. A comunidade também não cobrava qualquer taxa de visitação desse público.

Como abordado anteriormente, é por conta – e durante – as comemorações do Dia do Índio que a visitação na aldeia aumentava. Nessa época, as escolas locais se mobilizavam e levavam os alunos para apreciação das apresentações culturais, como danças, músicas e apresentações folclóricas. Também participavam outros públicos, como moradores da região e turistas (LACERDA, 2004).

Pode-se inferir, com o que foi exposto pelo autor, que o fato de estar inserida em um importante centro urbano do país, ou seja, ser de fácil acesso, e o fato de serem distribuídos *folders* em locais de recepção de turista não eram suficientes para que a visitação na comunidade fosse expressiva. Também se compreendeu que a limitada participação da comunidade no planejamento, na gestão e na operação das atividades na aldeia representava um aspecto negativo para a comunidade. Outra questão percebida é que a atividade, aparentemente, não dava um retorno financeiro satisfatório, podendo ser um inibidor da apropriação da atividade pela própria comunidade.

Se o caso dos Terena aparenta não ser o modelo turístico ideal, o caso dos Kaingang de Iraí, Rio Grande do Sul, parece estar ainda mais longe disso. Aliás, Lac (2005), ao apresentar os resultados de sua pesquisa, demonstra que os Kaingang foram utilizados por muito tempo como um chamariz, ou então um diferencial, para o destino Iraí, conhecido por suas águas termais.

Antes da demarcação da TI de Iraí, os Kaingang viviam em um acampamento em um balneário, no mesmo município, conforme Lac (2005). Segundo constatado

por essa investigadora, quando viviam naquela área, os Kaingang ganhavam dinheiro com a venda de artesanato para turistas que vinham de vários estados do país. O fato de existir, naquele lugar, uma comunidade indígena instigou o poder público a cercar a comunidade a fim de criar um ponto turístico, com a ideia de que seria possível realizar visitas às habitações indígenas. Com isso, a prefeitura realizaria, inclusive, a limpeza do acampamento, para torná-lo mais “agradável” aos olhos dos visitantes (LAC, 2005).

No entanto, conforme destacado pela pesquisadora, a demarcação da TI ocorreu, mas em outro espaço, afastado do balneário e do centro urbano no município: na área onde havia uma pista de pouso de aeronaves e onde se pretendia construir um aeroporto. Esse fato causou certa indignação por parte da população, do empresariado local e do próprio governo, pois esses atores acreditavam que, apesar de ter sido pouco utilizado, o aeroporto representaria um avanço para o município e atrairia um número maior de turistas (LAC, 2005).

Com a pesquisa realizada pela autora supracitada, evidencia-se uma ambiguidade. Os indígenas, ao mesmo tempo em que são “culpados” pela não existência do aeroporto e, de certo modo, mal vistos no município, estavam sendo utilizados como propaganda turística, segundo a pesquisadora, desde 1985. Naquele ano, a prefeitura já explorava a imagem do artesanato e a presença de indígenas do balneário, sem, no entanto, ter apoiado a comunidade e sem tê-la incluído em programas de assistência social e benfeitorias do município (LAC, 2005).

Na época em que foi realizada a pesquisa, havia, ainda, um conflito nesse sentido. A investigadora constatou que o então Prefeito de Iraí declarava publicamente sua aversão pelos indígenas e repassava verbas federais mínimas aos indígenas; no entanto, os documentos do município e a própria divulgação turística enquadravam a comunidade, com foco no artesanato, como atrativo turístico do município. A pesquisadora ressalta, ainda, que a imagem indígena era utilizada, também, pelos hotéis, sem permissão ou conhecimento por parte dos indígenas. Cita, porém, que foi possível constatar que eram realizados aproximadamente 20 (vinte) eventos anuais e um bianual, e, em três desses eventos, o governo municipal oferecia um espaço para que os Kaingang comercializassem seu artesanato, embora o espaço fosse sempre insuficiente, dado o tamanho da comunidade, o que os obrigava a “selecionar” os membros que iriam participar do evento.

À parte desse impasse com o poder público, era possível realizar visitas à comunidade, sem necessidade de pedir permissão à Funai, exceto para visitantes que desejassem permanecer por longos períodos, e o modo mais fácil de realizar a visita era contatando dois hotéis do município, Hotel Iraí e Hotel Balneário, que promoviam passeios à TI (LAC, 2005).

Conforme a pesquisadora constatou, o Hotel Balneário promovia, em meados de 2001, passeios tipo *city tour* pela região, sendo oferecidos variados roteiros, três dos quais passavam pela TI, com grupos de, em média, 30 pessoas. No entanto, à época da realização da pesquisa, esses passeios ocorriam cerca de duas vezes ao ano, com duração de uma hora, participação de aproximadamente 20 pessoas, pelo valor de 2 ou 3 reais, por pessoa. Os grupos eram acompanhados por um guia, que, por sua vez, repassava aos turistas as mesmas informações que circulavam na cidade, imprecisas e, por vezes, errôneas.

O outro hotel, Iraí, organizava visitas também como parte de um *city tour*, com duração, em média, de 45 minutos e eram acompanhadas por um indígena historiador ou pelo próprio cacique (LAC, 2005). A autora averiguou, ainda, que um terceiro hotel, Thermas, apesar de não oferecer visitas à TI, facilitava o uso de transportadoras quando os hóspedes demonstravam interesse em visitar a comunidade. Caso algum visitante desejasse pernoitar na comunidade, havia a possibilidade de alojamento no Centro Cultural.

Lac (2005) evidenciou um segmento turístico que, na literatura, comumente não é relacionado às áreas indígenas: o turismo religioso, que ocorria por conta das festas religiosas (evangélicas e católicas) promovidas pelas igrejas instaladas na TI. A pesquisadora identificou outro momento importante para o turismo na TI: a Festa do Dia do Índio, que ocorria em data próxima ao dia 19 de abril, que contava com presença de turistas, mas a participação mais expressiva era a de escolas da região, evidenciando então um turismo pedagógico. Os Kaingang realizavam, ainda, apresentações gratuitas fora da comunidade (principalmente fora do município), com a finalidade de expressar sua presença e lutar contra o preconceito. Eles eram convidados, com frequência, a dançar nos hotéis do município; no entanto, não era comum que se apresentassem em Iraí, pois, segundo expresso na investigação de Lac (2005), naquele município as pessoas os conheciam e faziam piadas de suas danças e suas pinturas corporais, o que deixava os indígenas desconfortáveis.

Uma iniciativa dos Kaingang que mereceu destaque foi a Comissão de Turismo Kaingang, cuja criação foi um esforço político para debater o turismo e as demandas da comunidade, segundo Lac (2005). Conforme abordado pela investigadora, o objetivo era “amansar” os não indígenas. Em 2004, os Kaingang identificaram algumas demandas que incluía, entre outras, o incentivo ao turismo com eventos, encontros de culturas, reconstrução do toldo (acampamento) tradicional para venda de artesanato e apresentações culturais; parceria para arrecadação de recursos financeiros; e participação dos indígenas nos cargos de confiança do município. Isso demonstra que os Kaingang buscavam maior representatividade no município, inclusive no setor turístico (LAC, 2005).

Nunes (2006), por sua vez, analisou duas comunidades e realidades distintas. A pesquisadora se ateu às aldeias Jaquapiru e Bororó, em Dourados, Mato Grosso do Sul, e Puiwa Poho, em Feliz Natal, Mato Grosso. Segundo a autora, a aldeia Puiwa Poho está inserida no Parque Nacional Indígena do Xingu, conservando suas belezas naturais e mantendo viva sua cultura. A pesquisadora constatou que o número de visitantes estrangeiros dessa aldeia era alto; porém, os moradores do município, quase em sua totalidade, não a conheciam, designavam a aldeia como um santuário ecológico, sem saber que, em realidade, a região apresentava, em 2006, o maior índice de desmatamento do estado. Essa aldeia trata-se de uma réplica, localizada a cinco quilômetros da aldeia real, idealizada pela (e parte da) empresa Refúgio Xingu Amazônico, estando localizada a uma hora de barco do hotel (NUNES, 2006). O empreendimento visualizava como público pessoas de alto poder aquisitivo (na época da realização da pesquisa, um pacote de quatro dias, para grupos de dez pessoas saindo de São Paulo ou Rio, com passagem aérea inclusa, custava 4.824,00 reais por pessoa); passar apenas um dia na aldeia, em 2006, custava 250 reais, um investimento significativo para a população local.

Na aldeia, foram construídos um restaurante e duas ocas para exposição e comercialização do artesanato xinguano – uma destinada a reuniões e manifestações culturais; e outra a acomodações das famílias indígenas e dos funcionários da aldeia –, uma área para *camping* e ocas para acomodar visitantes (NUNES, 2006). Eram promovidas diversas atividades envolvendo os visitantes, como pesca, canoagem, observação de fauna e flora, produção de artesanato e preparação do sal de aguapé, entre outras, e as etnias que faziam parte desse projeto (um projeto privado e não indígena, diga-se de passagem) eram os Trumai e

os Waurá (NUNES, 2006). Durante os quatro dias que compreendiam o pacote, esses indígenas circulavam pelo Refúgio Xingu Amazônico como se fizessem parte daquele cenário.

Vislumbrada desde 1996 por seu idealizador, a proposta dessa aldeia era de interação entre turistas e indígenas, por meio de atividades das quais os turistas participavam, mas não procuravam compreender seus significados (NUNES, 2006). Conforme destacado por Nunes (2006), grande parte dos turistas que procuravam o empreendimento apontava como prioridade o fato de que os indígenas do Xingu eram “menos aculturados”, mas alguns acabavam saindo decepcionados com a experiência e não reconheciam a dinamicidade da cultura. O que ocorreu, assim como afirmado pela pesquisadora, é que não havia uma preocupação real com os indígenas, vinculada à conservação ambiental (dado o fato de a aldeia estar dentro do Xingu), tratando-se apenas de uma estratégia de *marketing* para atrair consumidores ecologicamente motivados. A isso pode ser acrescentado que buscavam destinos exóticos e que dessem *status*, tratando-se, portanto, de uma iniciativa privada, exógena à comunidade e elitizada (NUNES, 2006).

Já nas aldeias Jaquapiru e Bororó, na RI de Dourados, povoada pelos Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena, a realidade era diferente (NUNES, 2006). Além de se observar diversos problemas sociais entre os indígenas, como o alcoolismo, a desnutrição, a insuficiência de terras e outros problemas que levavam, por vezes, ao suicídio, os Guarani Kaiowá e os Terena lutavam pela sobrevivência da identidade de seus povos (NUNES, 2006). O turismo poderia ter sido uma opção, ao menos em termos financeiros, para essas comunidades, mas não prosperou, conforme pode ser verificado na pesquisa da autora supracitada.

A partir de 1999, houve um aumento de fluxo de turistas em Dourados, uma vez que o município era um dos pontos de parada de um roteiro rodoviário que iniciava em Foz do Iguaçu, no Paraná, incluía o Pantanal e o município de Bonito, Mato Grosso do Sul (NUNES, 2006). Por conta desse fluxo de turistas, surgiu a iniciativa, oriunda da parceria entre os agentes do turismo no município e o governo municipal, de implantar um local que pudesse atrair e atender às expectativas dos turistas, em Dourados, conforme relatado pela pesquisadora. Naquela época, a RI recebia em torno de 40 (quarenta) visitantes por dia, visitas articuladas inclusive pelos hotéis do município; os visitantes ficavam, em média, dois dias em Dourados, conheciam o comércio local e depois eram levados à RI, onde eram recebidos por

lideranças, assistiam a apresentações de dança e adquiriam artesanato (NUNES, 2006).

A partir disso, segundo a pesquisadora, foi planejado e construído na aldeia Jaquapiru, pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo (SEICTUR), o Centro Cultural Guateka, no qual seriam realizadas apresentações culturais dos grupos étnicos povoadores da RI. Sua estrutura contava com um pórtico de acesso; cinco ocas, sendo três casas de reza (uma para cada etnia), uma oca para exposição e comercialização de artesanato e outra para apresentações. Conforme a autora, tal projeto proporcionaria a articulação de diversos atores, como o poder público, a Universidade Federal da Grande Dourados, agentes do turismo do município e lideranças indígenas.

No início de 2003, foi iniciada a construção das ocas, já tendo sido investido cerca de 60 mil reais no projeto, quando, em novembro do mesmo ano, um incêndio destruiu a estrutura já construída (NUNES, 2006). Conforme a autora, os indígenas preferiam não comentar o fato; algumas pessoas acreditavam ter sido ato de vândalos; outros, um protesto dos próprios indígenas. Na mesma época, houve uma maximização de conflitos entre as etnias, e os hoteleiros desistiram de articular as visitas.

Nunes (2006) aponta que o projeto Guateka não prosperou, entre outros motivos, por ter sido uma proposta de turismo a ser realizada dentro da RI (ao que se agregou o fato de, apesar de existir diálogo com as lideranças indígenas, o projeto não ter sido idealizado pelos indígenas e ter sido formatado com um caráter assistencialista) e por ser uma área indígena com conflitos e miséria.

Oliveira (2006), por sua vez, realizou sua pesquisa com os Krahô, nos municípios de Goiatins e Itacajá, no Tocantins. A discussão sobre o turismo no território Krahô se iniciou em 2000, pela Secretaria Estadual de Indústria, Comércio e Turismo (SicTur), quando foi ministrada uma oficina sobre turismo e promovida uma visita exploratória de três dias nas aldeias próximas à sede da Kapey e redigido um relatório sobre as potencialidades daquele território (OLIVEIRA, 2006).

Os turistas chegavam ao território Krahô a partir de Itacajá e, ao chegarem a uma das aldeias Krahô que recebiam turistas com mais frequência (aldeia Manoel Alves, Pedra Branca, Santa Cruz e Cachoeira, 4 de um total de 18 aldeias), os visitantes eram recebidos no pátio e apresentados à comunidade, pelo cacique. Caso fosse o primeiro contato com esses indígenas, os visitantes eram convidados

ao batismo com um nome Krahô, o que poderia ser considerado, sob a ótica do pesquisador, uma forma de aproximação entre os indígenas e os turistas. Esse nome era informado às demais aldeias, contribuindo assim para uma maior sociabilidade (OLIVEIRA, 2006). A pesquisadora constatou que essa prática poderia ser considerada antiga, pois foi ensinada pelos mais velhos. Percebeu-se, com isso, o senso de hospitalidade e sociabilidade dos Krahô, que, diga-se de passagem, representa um bom exemplo para o turismo em áreas indígenas, por conta da articulação desse povo (OLIVEIRA, 2006).

Os Krahô, por meio da Associação União das Aldeias Krahô - Kapey, submeteram projetos que visavam à inclusão social, a financiamentos e participavam de pesquisas científicas. A título de exemplificação, cita o Projeto Resgate, Valorização e Comercialização do Artesanato, que recebeu financiamento da Fundação Banco do Brasil, possibilitando a construção da Casa do Artesanato, que, além da venda de artesanato, promovia diversas atividades culturais para os Krahô (OLIVEIRA, 2006).

Com a pesquisa de Oliveira (2006), percebe-se um enfoque turístico nas trilhas ecológicas, por meio das quais os turistas podiam manter contato com o ambiente natural, constituindo, assim, a prática do ecoturismo. Além disso, as comunidades Krahô, inclusive as que recebiam visitantes, preservavam a realização de cerimônias, apresentando um calendário anual de rituais, que poderiam ser apreciados pelos turistas, como explica Oliveira (2006). Segundo o pesquisador, os rituais tinham forte relação com os elementos da natureza e com o passado, o que fazia com que assumissem formas autênticas aos olhos do observador.

Oliveira (2006) constatou ainda que, embora não constasse no roteiro turístico oficial de Tocantins, os Krahô recebiam turistas nos meses de janeiro, fevereiro e julho e, nesse caso, pode-se afirmar que eram turistas, uma vez que acampavam nas aldeias por mais de um dia. Eram provenientes, em geral, das regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, mas também havia turistas estrangeiros, e a visitação ocorria mediante pagamento de determinado valor, em dinheiro ou em mercadoria, acordados entre os indígenas e os turistas (OLIVEIRA, 2006).

Um evento que atraía muitos visitantes, indígenas e não indígenas (estudantes universitários, funcionários públicos federais e representantes de ONGs), era a Feira Krahô de Sementes Tradicionais (OLIVEIRA, 2006). Durante o evento, os turistas ficavam alojados no *camping* e preparavam sua própria

alimentação, eram realizadas atividades lazer durante os dias do evento, como banho de rio, apresentação de canto e outras apresentações culturais, e também se comercializava artesanato, segundo descreve Oliveira (2006). Ainda conforme o autor, os Krahô comercializam o artesanato em municípios próximos a seu território, demonstrando, assim, que o artesanato era uma importante fonte de renda passa esse povo também.

A próxima iniciativa a ser abordada foi relatada por Baggio (2007). Esse pesquisador analisou, com foco no ecoturismo, a TI Mangueirinha, localizada nos municípios de Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida, no Paraná, povoada por Kaingang e Guarani M'bya. Essa TI apresenta elementos naturais, como cachoeiras, rios, lagos formados pelo represamento do Rio Iguaçu, fauna e flora exuberante, que poderiam ser um chamariz para os ecoturistas, dada sua beleza, segundo mencionado pelo pesquisador. É considerada, ainda, uma importante área protegida, pois engloba um dos maiores espaços contínuos de Floresta de Araucárias, cuja flora e fauna se encontram ameaçadas de extinção; além da exuberância natural, algumas edificações chamam a atenção, segundo Baggio (2007).

O pesquisador destacou que, na gestão do governo estadual entre os anos 1997 e 2000, foram construídas algumas edificações, entre elas Centros de Cultura Indígena (uma para cada etnia), Postos de Fiscalização Indígena e Totens. Também foi construída, posteriormente, a Casa de Rezas Guarani. O autor ressalta ainda a singularidade das antigas habitações, em comparação com a arquitetura das casas que foram construídas recentemente pelo Programa Casa Familiar Indígena, do governo estadual.

O referido pesquisador constatou que a TI, mais especificamente a aldeia Palmeirinha do Iguaçu (Chopinzinho) e a Aldeia Sede (Mangueirinha), recebiam visitantes, motivados tanto pela cultura quanto pelo ambiente natural. Esses visitantes eram, em sua maior parte, estudantes da região que chegavam em grupos para passar o dia na aldeia (BAGGIO, 2007). Evidencia-se, desse modo, que as visitas tinham cunho pedagógico. Era necessário agendar previamente, com o cacique, a visita, na qual os visitantes participavam de atividades nos Centros de Cultura e um guia indígena os conduzia, depois, pelas trilhas, até os pontos mais atrativos da área (BAGGIO, 2007). Segundo constatado pelo autor, cada visitante contribuía com 2 reais; havia também os que levavam alimentos para doar; contudo,

o programa de visitas não estava funcionando na época da realização da pesquisa (seu restabelecimento estava previsto para o ano de 2007).

A atividade turística foi iniciada sem um planejamento adequado; porém, essa foi uma iniciativa da própria comunidade, estimulada pelo poder público estadual e do município de Mangueirinha, os quais realizaram uma oficina, por volta do ano 2000, para discutir as formas de desenvolvimento turístico mais adequadas à TI (BAGGIO, 2007). Ademais, em 2002, a extinta Setu e o MTur promoveram uma oficina de sensibilização para o Programa de Regionalização do Turismo, conforme destacado pelo referido pesquisador.

O investigador supracitado constatou que, apesar da falta de planejamento, havia um saudosismo por parte da comunidade e até mesmo dos funcionários da Funai que atuavam na TI no que se refere às visitas, expressando, inclusive o desejo de que o fluxo de visitantes voltasse a existir.

A seguinte experiência abordada é a do município de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, estudada por Faria (2008). Conforme abordado por essa pesquisadora, esse município tem 95% de sua área dentro de TIs, estando dividido entre TIs e a sede do município, que contempla o meio urbano e também rural. Havia 23 povos indígenas pertencentes às famílias linguísticas Tukano Oriental, Maku, Aruak e Yanomami, distribuídas em 427 aldeias (FARIA, 2008).

Segundo Faria (2008), os turistas, na chegada, se deparavam com um município totalmente indígena, mas sem traços dessa identidade no planejamento urbano, exceto por uma loja de artesanato e a construção sede da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). Conforme relatado por essa pesquisadora, a própria Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo (Sematur) aparentava desconsiderar o potencial para o turismo envolvendo a temática indígena, uma vez que as poucas ações eram voltadas exclusivamente a um evento, o Festrival, festa anual que apresentava os povos indígenas da região de forma folclórica. A investigadora supracitada relata que as políticas públicas do município negavam a identidade indígena do lugar. As iniciativas de turismo – de aventura –, oriundas de algumas agências de turismo, como escalada no Pico da Neblina, no Morro dos Seis Lagos e roteiros fluviais pelos rios Negro e Uaupés, eram realizadas com certa frequência, mas, após a denúncia da entrada sem autorização de turistas em Terra Yanomami, em 2002, o Ministério Público Federal fechou o Parque Nacional do Pico da Neblina, impossibilitando as atividades (FARIA, 2008).

Em sua pesquisa, Faria (2008) identificou a existência de um turismo 'clandestino' (o termo foi utilizado pela pesquisadora; no entanto, as comunidades indígenas estavam cientes dessas visitas), que incluía em seu roteiro algumas comunidades indígenas ou atrativos que se encontram dentro de TIs, como a Serra da Bela Adormecida, de Cabari, de Boa Esperança, Pico da Neblina, Morro da Fortaleza, praias e balneários.

A pesquisadora constatou que a sociedade de São Gabriel da Cachoeira trabalhou por um longo período de tempo em prol de seus objetivos turísticos, sem ter sido auxiliada pelas esferas governamentais, e, por isso, apesar dos erros, havia a tentativa constante de desenvolver a atividade turística do melhor modo possível. Nesse sentido, a pesquisadora esteve envolvida em alguns projetos que visavam à capacitação e à sensibilização das comunidades. Algumas ações dos projetos foram: oficinas sobre sustentabilidade e ecoturismo indígena; oficinas sobre guiamento ecoturístico indígena no Rio Negro; oficinas sobre planejamento participativo e ecoturismo indígena e projeto Wiopehsá yãshiãshé Umukamé-sara caminhos para sustentabilidade e ecoturismo indígena nas comunidades do rio Curicuriari - TI Médio Rio Negro I; início do processo de discussão para elaboração do projeto experimental de ecoturismo nas comunidades do rio Curicuriari. Entende-se, com isso, que, apesar de o poder público local não dar a merecida atenção e valorização aos povos indígenas do município, estes buscavam desenvolver a atividade turística, mesmo que sem regulamentação. Nesse sentido, alguns projetos auxiliavam essas comunidades no que se refere ao planejamento e à gestão do turismo.

A seguinte comunidade abordada são os Tupinambá de Olivença, distrito de Ilhéus, Bahia, estudados por Ramos (2008). Esse povo, assim como os Pataxó, luta contra a descrença, por parte dos turistas e da comunidade local, quanto a sua "autenticidade", e, em pior caso, quanto a sua existência, tal qual pode ser percebido na pesquisa de Ramos (2008). Segundo essa pesquisadora, os Tupinambá habitavam o distrito de Olivença, em casas enfileiradas ao redor da igreja da localidade; no entanto, após a construção de uma ponte sobre o rio Cururupe, o fluxo de visitantes aumentou e suas casas foram apropriadas para veranistas; desse modo, a população indígena passou a viver em um novo núcleo habitacional, em Sapucaeira.

Segundo a pesquisadora, Olivença se configurava como um local de veraneio bastante utilizado, principalmente por mineiros, sendo que esses turistas procuravam lazer e sossego, principalmente durante férias escolares, finais de semana, feriados e época de festas religiosas. O distrito possuía uma estância hidromineral, que, por um longo período, na década de 1970, representou o principal atrativo do local, sob responsabilidade do governo do Estado da Bahia. A estância chegou a figurar como um dos locais que mais atraía turistas no estado. No entanto, com o passar do tempo, o turismo de sol e praia passou a fortalecer-se e a configurar-se como segmento principal (RAMOS, 2008).

A referida pesquisadora constatou que a indianidade era explorada no local como, por exemplo, em nomes e adereços (alguns não sendo dos Tupinambá) em estabelecimentos não indígenas. Havia o reconhecimento, no entanto, por parte dos comerciantes, de que Olivença foi uma vila indígena e que, por essa razão, a cultura indígena ainda era forte. Contudo, o que revelava com maior expressividade a presença dos Tupinambá era o artesanato vendido em hotéis e lojas, uma, inclusive, voltada para a venda do artesanato Tupinambá, onde os visitantes podiam também serem fotografados trajando roupas tradicionais indígenas pelo valor de 2 reais (RAMOS, 2008).

Porém, apesar do apelo à indianidade relacionado à imagem do destino, os turistas não tomavam conhecimento da importância dos locais para os Tupinambá, como a Praça Cláudio Magalhães (praça central), que seria um cemitério indígena, e a igreja, construída por seus antepassados (RAMOS, 2008). Como modo de reafirmar sua presença, fortalecer a identidade e reivindicar seus interesses, os Tupinambá promoviam manifestações: o ensino da língua Tupi nas escolas; a caracterização com adornos e pintura corporal; a reconstituição de rituais como o Porancim; e as manifestações públicas reivindicando, entre outras coisas, a demarcação de suas terras e a apropriação da praça central, assim como afirmado pela autora.

Dois eventos eram realizados com o caráter de manifestação e resistência, segundo relatado por Ramos (2008). O primeiro evento, a “Peregrinação em memória dos mártires do massacre no Rio Cururupe” ou “Caminhada de Marcelino”, invocava tanto um massacre que ocorreu no Século XVI como a revolta de Marcelino de 1930 (Marcelino tentou inibir o tráfego sobre a ponto do rio Cururupe, visando a retirar de Olivença os ocupantes das áreas da antiga aldeia indígena).

Havia um fluxo de indígenas de outras comunidades para participação do evento. Outro evento, a “Festa da Puxada do Mastro de São Sebastião” ou “Puxada dos Índios” (RAMOS, 2008), segundo a pesquisadora, contava com a presença expressiva de turistas; no entanto, essa festa era administrada pelo poder público municipal e canalizada para os interesses turísticos do município. Por essa razão, no ano de 2007, os Tupinambá realizaram duas puxadas, uma oficial e, no dia anterior, uma para os próprios indígenas (RAMOS, 2008).

No que tange às iniciativas do poder público municipal, à época da pesquisa, um projeto havia sido elaborado e estava em vias de implantação pela Secretaria de Turismo e de Planejamento de Ilhéus, o qual objetivava um resgate histórico da cultura Tupinambá e englobava a formatação de um produto turístico temático, o Parque do Cururupe (RAMOS, 2008). A pesquisadora destaca, no entanto, que, além da invisibilidade dos Tupinambá, o interesse do poder público e da iniciativa privada pelo turismo envolvendo a população indígena local era incipiente. Também não havia vinculação dos grupos indígenas com o turismo, nem mesmo preparo para a atuação na atividade turística. Portanto, o que ocorria em Olivença era a utilização da indianidade como marcador de um diferencial turístico e a venda de artesanato, que era realizada em pequena escala (RAMOS, 2008).

Santos (2010), por sua vez, realizou um estudo junto aos Sateré-Mawé, da comunidade Sahu-Apé, município de Iranduba, Amazonas. Os Sateré-Mawé viviam nessa área há aproximadamente 20 anos, e não se trata de uma TI reconhecida pela Funai, sendo que o terreno fora doado aos indígenas pela prefeitura de Manacapuru (SANTOS, 2010). Alguns Sateré-Mawé receberam convite para trabalhar em um hotel, o Hotel Ariaú, no qual foi construída uma aldeia fictícia e iria conceder um espaço de terra para moradia e apresentações culturais indígenas. Ademais, o proprietário do empreendimento se responsabilizou pela alimentação do grupo, assim como destacado pelo autor. No entanto, os indígenas trabalharam seis meses no empreendimento, mas não se adaptaram às condições ambientais e à rotina. Além disso, ao contrário do que foi proposto, o local não oferecia condições para moradia, a rotina de trabalho não permitia a caça, agricultura ou pesca, a cesta básica que era recebida como parte do pagamento deixou de ser entregue, entre outros problemas vivenciados pelos indígenas. Alguns indígenas também trabalharam em olarias, mas a jornada de trabalho também era intensa (SANTOS,

2010). Diante dessa situação, a comunidade optou pelo turismo como uma atividade de subsistência (SANTOS, 2010).

Para chegar à comunidade, há dois caminhos possíveis. Um deles é feito por vias terrestres, em meio às casas da Vila Ariaú, uma vila constituída por moradores de baixo poder aquisitivo e que vivem em más condições, comunidade esta que se separa de Sahu-Apé por uma grande cerca de madeira e palha e por uma placa da Funai indicando se tratar de uma área indígena (SANTOS, 2010). O outro caminho, utilizado quase que exclusivamente pelos turistas, é feito pelo rio, roteiro em que se pode contemplar a flora e a fauna locais, dando a sensação de exotismo e estranhamento, como aponta o autor. Esse trajeto, segundo afirma Santos (2010), foi elaborado a partir das próprias concepções que os turistas tinham de exótico, diferente e autêntico.

Ao chegarem à comunidade, os visitantes iniciavam a visita na farmácia indígena, apresentada pela cacique e pajé da comunidade, que explicava as propriedades místicas e curativas dos remédios e, por vezes, diagnosticava males que afligiam os visitantes (SANTOS, 2010). Após, os visitantes eram conduzidos ao Centro Cultural, onde eram recepcionados pelo grupo musical Sahu-Hin, formado por crianças; a interação dessas crianças com os visitantes se deslocava para a Escola Indígena, que ressaltava a identidade cultural por meio do ensino da língua Sateré-Mawé; nesse momento, os visitantes ouviam músicas infantis traduzidas para a língua local e cantadas pelas crianças (SANTOS, 2010). Na sequência, os turistas se direcionavam ao terreiro da aldeia e observavam as casas, distribuídas espacialmente visando a “esconder” a Vila Ariaú; no terreiro ficava exposto o artesanato para comercialização (SANTOS, 2010).

Ocorria, na comunidade, um evento nacional e internacionalmente reconhecido, que se constitui num importante atrativo turístico local, conforme avalia o pesquisador supracitado: o ritual da tucandeira. Esse ritual teria como função a afirmação da passagem da juventude para a vida adulta, o casamento, a prece contra doenças e a abertura das possibilidades para boa caça, além da transmissão das histórias do povo Sateré-Mawé. Além do ritual tradicional, havia também “demonstrações” exclusivas para turistas (SANTOS, 2010). O ritual era oferecido como pacote turístico por agências de turismo e meios de hospedagem da região, sendo que o Hotel Ariaú Amazon Towers se destacava como responsável por levar

o maior número de turistas para visitação e para as apresenta es do ritual (SANTOS, 2010).

No que diz respeito   representatividade do turismo na comunidade, a Associa o Indígena Sahu-Ap  (AISA) tinha, entre outras incumbências, a organiza o da atividade de etnoturismo, com caminhadas em trilhas, pernoite e capacita o dos indígenas, visando ao fortalecimento cultural e   gera o de renda (SANTOS, 2010). Entendeu-se, com isso, que os Sateré-Mawé eram reconhecidos na região, e a comunidade Sahu-Ap  se constituía num importante atrativo turístico, principalmente por conta do ritual da tucandeira, que, por vezes, era “forjado” para aprecia o dos visitantes. Ademais, pode-se destacar o fato de que esses indígenas elaboravam seu próprio modo de gestão do turismo, atividade essa que se tornou uma das prioridades locais, se constituindo como um projeto endógeno.

A seguinte pesquisa, de Leandro (2011) não enfoca a descri o da atividade turística, mas sim os projetos de gestão territorial dos Paiter-Surui da TI Sete de Setembro ou TI Paiterey Karah, localizada nos municípios de Cacoal e Espigão d’Oeste, Rondônia, e Rondolândia, no Mato Grosso. O referido pesquisador demonstra que os Paiter-Surui desenvolveram diversos projetos para gestão de seu território, como um Diagnóstico Agroambiental, um Plano de Gestão de 50 anos, o Etnozoneamento e o Plano de Ecoturismo da TI Sete de Setembro. Este último estava sendo conduzido com o objetivo de produzir dados para subsidiar e dimensionar os impactos do projeto em dois níveis: familiar e comunitário (LEANDRO, 2011).

Segundo o pesquisador, o turismo na TI Sete de Setembro vinha sendo pensado e discutido por lideranças, associa es indígenas e outros agentes, desde 2005. Essas discussões foram alavancadas pela aprova o do projeto para levantamento e elabora o de um plano de ecoturismo, realizado com o apoio de diversas institui es, como Kanindé, Conserva o Estratégica, Metareil , United States Agency for International Development (USAID) e Funda o MOORE (LEANDRO, 2011). O projeto visava, de forma participativa, a atingir as seguintes etapas: realiza o de um plano de atra es, mapeando atrativos culturais ou naturais; estudo de mercado, identificando as tendências de crescimento do setor, orientando as áreas de investimento e definindo o público alvo; plano de infraestrutura preliminar, o qual previa realiza o de oficinas para discussão comunitária sobre os padrões para constru es; plano de infraestrutura, definido por

meio das oficinas e de levantamentos técnicos os investimentos necessários, os locais adequados para as construções e o padrão arquitetônico; estudo de viabilidade, identificando, por meio de análises estatísticas e levantamentos econômicos, a viabilidade econômica e a garantia de sustentabilidade dos empreendimentos; plano definitivo, formatado levando em consideração os resultados das etapas anteriores; e validação do plano final, por meio de uma reunião com comunidades envolvidas, parceiros e poder público (LEANDRO, 2011).

Nesse processo, os Paiter-Surui buscaram capacitação para o turismo, assim como expresso pelo pesquisador. Em 2010, foi realizada uma oficina de Introdução ao Ecoturismo, com a presença de aproximadamente 40 pessoas; também foi realizada uma oficina orientadora, para discutir com os indígenas o que almejavam para seu povo; no mesmo ano, ocorreu uma troca de experiências em uma visita técnica a Mamirauá, no Amazonas (LEANDRO, 2011). Os Paiter-Surui desejavam também realizar algumas ações, como a construção de casas tradicionais nas aldeias, realização de festas e ritos tradicionais, realização de exposições sobre a cultura Paiter-Surui, entre outras atividades (LEANDRO, 2011). Entende-se, com isso, que o turismo não estava sendo desenvolvido na TI quando a pesquisa foi realizada, mas havia a intenção de desenvolvê-lo e a consciência da necessidade de um planejamento participativo para idealização do projeto. Portanto, foi possível constatar que esse povo trilhava um caminho que poderia lhe trazer muito mais benefícios do que malefícios, dado o fato de ter havido todo um processo de planejamento e preparação até que a atividade turística ser, de fato, desenvolvida.

Lustosa (2012), por sua vez, realizou sua pesquisa com os Tremembé da TI Tremembé São José e Buriti (TI que ainda não era demarcada, sendo constituída de quatro aldeias), no município de Itapipoca, e com os Jenipapo-Kanindé da TI Aldeia Lagoa Encantada, em Aquiraz, ambos no estado do Ceará. A autora expôs que a escolha dessas duas TI se deu porque ambas passaram por um processo de reivindicação de seus direitos territoriais.

Os Tremembé, quando da realização da pesquisa, estavam se organizando para reivindicar junto à Funai seus direitos territoriais, uma vez que estavam sendo ameaçados por um megaprojeto privado de turismo, financiado por capital internacional e com apoio de todas as esferas públicas: o Nova Atlântica – Cidade Turística, Residencial e de Serviços LT (LUSTOSA, 2012). Os Jenipapo-Kanindé, por sua vez, impediram a construção de um projeto turístico internacional na TI, o

Aquiraz Riviera – Consórcio Luso Brasileiro Aquiraz Investimentos SA, e implantaram um projeto de turismo comunitário, com apoio de pesquisadores, governo e do terceiro setor, estando, inclusive, inseridos em uma Rede de Turismo Comunitário (LUSTOSA, 2012).

No caso dos Tremembé, o Nova Atlântica desejava expropriá-los, pagando pessoas para negar sua identidade indígena, buscando afirmar a não existência de indígenas naquela área (LUSTOSA, 2012). Segundo a referida pesquisadora, essa decisão gerou duas atitudes diferentes entre os Tremembé: alguns a aceitaram, em troca de salários, e outros a negaram e reafirmaram sua identidade para reivindicar seu território e impedir o avanço do empreendimento, que já havia privatizado algumas áreas no interior da TI e erguido algumas construções. A pesquisadora verificou que o governador do Ceará, em exercício naquele ano, tentava persuadir os Tremembé a aceitar o Nova Atlântica, pedindo que informassem quais terras desejavam em troca da área que ocupavam e ameaçando não oferecer os serviços de saneamento e energia. Os Tremembé demonstraram o desejo de desenvolver o turismo, porém, não o turismo “do Nova Atlântica”, compreendendo que detinham uma rica cultura e habitavam uma região naturalmente bonita e iniciaram um processo de implantação do turismo, com a exposição de artesanato na casa Sede do Conselho (LUSTOSA, 2012).

Os Jenipapo-Kanindé, por sua vez, não aceitaram as tentativas do Aquiraz Riviera de se instalar na área ocupada por eles, o que fez com que a empresa se instalasse a oito quilômetros a TI (LUSTOSA, 2012). Para isso, segundo apontado pela pesquisadora, a primeira medida para implantação da atividade turística foi discutir a iniciativa com a Funai, que a apoiou. Depois, conversaram com um pesquisador, que informou que seriam necessários dois anos para preparar a comunidade. Nesse tempo, foram capacitados 48 jovens, que formataram cinco trilhas e desenvolveram um *folder* de divulgação e mapas da aldeia. Além disso, os Jenipapo-Kanindé decidiram conhecer a experiência de turismo dos Pataxó da Coroa Vermelha (LUSTOSA, 2012).

Desde 2009, o projeto de turismo do povo Jenipapo-Kanindé havia começado a ser ampliado, tendo sido acrescido às trilhas outros atrativos: as visitas ao Centro de Referência de Assistência Social, à Escola Diferenciada de Ensino Fundamental e Médio Raízes Indígenas e ao Museu Indígena (LUSTOSA, 2012). Assim, como destacado pela referida autora, as lideranças mencionaram que, com a escola,

buscavam um novo perfil de visitantes: os pedagógicos, ou seja, estudantes; além disso, para pernoite, os turistas poderiam utilizar a área de *camping*.

A autora salienta, no entanto, que um dos principais atrativos da TI se encontrava ameaçado, fato esse que era motivo de conflito entre os Jenipapo-Kanindé e a Pecém Agroindustrial (Fábrica da Ypióca), localizada a oito quilômetros da TI. Segundo constatado pela investigadora, o referido empreendimento estaria bombeando a água da Lagoa Encantada e prejudicando a qualidade da água devido ao vinhoto, conforme mencionado na pesquisa de Lustosa (2012).

Com isso, tal qual ressaltado pela pesquisadora supracitada, a maioria dos conflitos em TIs, no estado do Ceará, aconteciam em municípios da Zona Costeira, uma vez que se tratava da área de maior interesse para os investimentos de grandes e megaprojetos, incluindo projetos turísticos. Essa especulação imobiliária estava fazendo do litoral cearense um “canteiro de obras” e, como consequência, se produzia um discurso de negação da existência de indígenas naquela área, levando os indígenas a se afirmarem como coletividade e a reivindicarem sua indianidade, o que, no caso dos Jenipapo-Kanindé, estava ocorrendo por meio do turismo (LUSTOSA, 2012).

Jesus (2012) também analisa dois casos diferentes. Esse pesquisador realizou sua pesquisa com os Māori, da Ilha Norte da Nova Zelândia, e com os Kadiwéu, da RI Kadiwéu, em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul. O objetivo, na presente pesquisa, foi ressaltar as experiências brasileiras, por isso, abordar-se a experiência dos Māori apenas como contextualização da pesquisa desse autor.

Assim como ocorre com os indígenas brasileiros, os Māori foram vistos como nobres selvagens e pertencentes à cultura primitiva; no entanto, eles estavam participando dos negócios, das relações públicas, da educação, da cultura e do governo, onde possuíam expressiva representação, inclusive com um Ministério próprio. Desse modo, os Māori tinham grande importância para a sociedade neozelandesa (JESUS, 2012). O referido pesquisador salienta que esse cenário foi resultado das lutas travadas pelos indígenas para combater as tentativas dos colonizadores de fazê-los esquecer ou abandonar suas origens, sua língua e suas tradições. Porém, com o auxílio de políticas públicas (que naquele país estão voltadas à educação, à inclusão social e à tradição) e pela própria coesão dessas comunidades, fomentava-se a revitalização, a conservação e o desenvolvimento sociocultural Māori. É nesse contexto que a atividade turística dos Māori da Ilha

Norte se constituía em uma experiência consolidada e que atraía turistas de todo o mundo (JESUS, 2012).

Ocorre que, a partir da experiência dos Māori, Jesus (2012) analisa como o turismo poderia ser desenvolvido e contribuir para o ressurgimento de práticas culturais dos Kadiwéu, que não desenvolviam a atividade turística. Segundo abordado pelo pesquisador, os Kadiwéu, mesmo impedidos legalmente, arrendavam suas terras para fazendeiros, para criação de gado, recebendo 30% do valor arrecadado com a venda desses animais. O embate com fazendeiros existia desde o início do século XX, quando a RI foi demarcada e passou a ser objeto de desejo de apropriação por diversos atores, como posseiros, fazendeiros e políticos, gerando uma ocupação do território Kadiwéu por não indígenas (JESUS, 2012). Houve, então, a retomada dessas porções do território, o que provou vários conflitos intermediados pelo extinto SPI. Esse fato acarretou diversos impactos negativos, como desarticulação interna, alterações no modo de vida local e na maneira como os Kadiwéu se relacionavam com seu território, conforme ressaltado pelo pesquisador.

Em 2012, a venda de artesanato se constituía como importante atividade para os Kadiwéu, que criaram uma associação específica, a Associação das Mulheres Artesãs Kadiwéu (Amirk) (JESUS, 2012). O artesanato era levado para ser vendido em outros municípios, como Bonito, no Mato Grosso do Sul, uma vez que, como relatado na pesquisa do autor supracitado, não havia um fluxo de pessoas na própria RI para comprar artesanato, o que os “obrigava” a comercializá-lo, por um preço baixo, em outros municípios.

Pode-se inferir que o turismo poderia contribuir, assim como ocorreu com os Māori, para o fortalecimento da cultura Kadiwéu e o ressurgimento de práticas já abandonadas pelo grupo, por conta do forte contato, secular, com os não indígenas. Seria, também, uma alternativa de renda, contribuindo para uma diversificação das atividades, possibilitando aos indígenas não depender exclusivamente da renda obtida com a criação de gado, fato esse que poderia promover, também, a reconstituição da flora e da fauna nativas.

Por fim, cita-se a pesquisa de Brandão (2012), que realizou sua investigação nas comunidades de Nova Esperança, Bananal e Boca da Mata, habitada por Taurepang, Makuxi e Wapichana e localizadas na TI São Marcos, município de Pacaraima, Roraima. Essas comunidades demonstraram interesse pela atividade

turística, sendo as únicas comunidades indígenas de Roraima a participar das oficinas do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), na década de 1990 e, em 2001, das oficinas do Proecotur (BRANDÃO, 2012). De maneira independente, essas comunidades seguiram seu propósito de se consolidarem como destino turístico, solicitando capacitação junto ao Departamento Estadual de Turismo, do Serviço Brasileiro de Apoio a Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Instituto Federal de Roraima (IFERR) (BRANDÃO, 2012). Entre os cursos lecionados, citam-se: *Qualidade no atendimento ao turista*; *Guia local*; *Boas práticas na manipulação de alimentos*; e *Técnicas de primeiros socorros*. Ademais, em 2008, as comunidades Bananal e Boca da Mata receberam curso de Planejamento do Turismo, oferecido pelo MMA (BRANDÃO, 2012).

Segundo explicado pela investigadora, na comunidade do Bananal, os principais atrativos eram a cultura indígena, cachoeiras, serras, fauna e flora. Na comunidade de Nova Esperança, os principais atrativos eram as inúmeras trilhas ecológicas, sendo a principal denominada Trilha do Coatá. Os moradores realizavam melhorias na infraestrutura da comunidade, com construção de pousada, restaurante e expansão das lojas de artesanatos (BRANDÃO, 2012). A comunidade pretendia, também, instalar um recanto pesque-pague indígena, no qual seriam utilizados canoa, arco e flecha, segundo aponta a pesquisadora. Na comunidade de Boca da mata, os principais atrativos eram cachoeiras; corredeira do Rio Surumu, propícias à prática de *rafting* e canoagem; pesca e trilhas (BRANDÃO, 2012).

Segundo relato da pesquisadora supracitada, as atividades estavam ocorrendo de modo similar nessas comunidades. O visitante era recepcionado pelos guias locais e conduzido, em alguns casos, para assistir a uma apresentação de dança (BRANDÃO, 2012). Após isso, recebia instruções sobre o que era permitido ou proibido dentro da comunidade, cuidados necessários durante as trilhas, horário das refeições, entre outras. Em seguida, o visitante era conduzido aos atrativos e retornava para o almoço, com pratos da culinária indígena local. Após o almoço, o visitante era levado para conhecer o artesanato indígena, por vezes, eram oferecidas oficinas de confecção de artesanato; ao final do dia, o visitante deixava a comunidade ou, alternativamente, poderia pernoitar na comunidade (BRANDÃO, 2012). Nesse caso, segundo a pesquisadora, eram feitas rodas em torno da fogueira e os anciãos contavam lendas e ensinavam um pouco sobre sua língua.

Pode-se perceber, com a descrição realizada por Brandão (2012), que essas comunidades, além de terem o domínio da atividade turística em seu território, buscaram se capacitar e tomavam os devidos cuidados para minimizar os impactos, alertando os visitantes sobre práticas proibidas. Além disso, as comunidades se articulavam com empresas locais. Segundo constatado pela referida pesquisadora, elas faziam a autodivulgação por meio de guia turístico, mídias sociais e *sites* de uma agência de turismo, esta última responsável por levar os visitantes à comunidade.

Tendo sido feita a descrição das iniciativas citadas nas pesquisas que constituem o *corpus* de análise, passa-se, na sequência, a apresentar os possíveis impactos decorrentes do desenvolvimento turístico.

6 OS IMPACTOS DECORRENTES DA RELAÇÃO ENTRE VISITANTES E VISITADOS NO TURISMO

Este capítulo, de caráter teórico-conceitual, está pautado na relação entre turistas e comunidade receptora, abordando, além das características comumente dadas a essa relação, os estágios de desenvolvimento de um destino turístico e as alterações nas atitudes e reações dos visitados. Também são destacados os impactos negativos e positivos resultantes do desenvolvimento da atividade turística, com ênfase no âmbito sociocultural.

6.1 O TURISMO E A RELAÇÃO ENTRE VISITANTES E VISITADOS

Turistas, comerciantes, empresários, conquistadores, governadores, educadores e missionários, vários são os agentes de contato entre as culturas que, direta ou indiretamente, induzem a alguma mudança, sobretudo nas regiões menos desenvolvidas economicamente (NASH, 1989). Desse modo, percebe-se que não apenas os turistas são agentes de mudanças; há outros fatores e outros atores que contribuem para que haja alterações nas sociedades.

No que tange às relações entre as comunidades receptoras e seus visitantes, cabe salientar ainda que elas variam de caso para caso. Por isso, Barretto (2006) alerta que os pesquisadores precisam ter cautela quando forem feitas inferências, evitando generalizações. A autora acrescenta que são recorrentes os estudos que colocam os visitados como vítimas de “invasões”. No entanto, assim como defendido por Nash (1989), a formulação do processo imperialista não requer a aceitação de um interesse determinante, e tampouco é necessário aceitar a ideia de uma imposição indesejada de interesses de uma sociedade alheia. Assim, para o autor, quando os membros de uma sociedade aceitam voluntariamente e participam de transações que estejam pautadas no benefício de agentes externos, tem-se parte fundamental do conceito de imperialismo.

Barretto (2006; 2007) aborda que, quando os membros de uma sociedade receptora têm menor poder aquisitivo, apresentam menos avanços tecnológicos e

ocupam um *status* inferior no cenário internacional que os seus visitantes, então o relacionamento entre eles será assimétrico. Nesse sentido, é possível recorrer ao estudo de Bourdieu (1989) sobre o poder simbólico. O autor aborda o espaço social, um sistema hierarquizado de poder e privilégios, baseado no capital econômico (renda, bens materiais), no capital cultural (saberes e conhecimentos adquiridos por diplomas e títulos), no capital social (relações que podem ser capitalizadas) e no capital simbólico (prestígio, reputação, fama). A posição de um indivíduo no espaço social é definida de acordo com os capitais adquiridos e incorporados por ele. Esse estudioso não aborda o turismo em seus estudos, mas suas inferências poderiam ser aplicadas às relações entre visitantes e visitados, contexto em que se observa disparidade de capitais, principalmente o econômico, contribuindo para a diferenciação desses atores entre si.

No que tange à relação entre os visitantes e os prestadores de serviços envolvidos na atividade turística, o relacionamento será sempre assimétrico, por mais que tenham a mesma formação cultural e consigam se relacionar bem, uma vez que essa relação está pautada no tempo livre *versus* trabalho (BARRETTO, 2006; 2007; NASH, 1989), bem como na distinção entre produção e consumo (HARKIN, 1995). Por vezes, esse contato desencadeia sentimentos que podem variar do desejo de obter vantagens econômicas à inveja e à raiva pelas questões de desigualdade (BARRETTO, 2006), bem como ressalta o fato de o turismo não estar facilmente ao alcance de todos (SANTANA TALAVERA, 2003); enquanto uma minoria explora o mundo, a grande maioria das pessoas não pode abandonar sua “aldeia” (MARTÍNEZ MAURI, 2012).

Van den Berghe e Keyes (1984) seguem a mesma linha de pensamento e acrescentam que a assimetria das relações não se assenta apenas em questões econômicas. Outros fatores enaltecem ainda mais diferença entre visitantes e visitados, como a língua, a religião e a orientação política (KRIPPENDORF, 2001). O turista é inconsistente, vindo, geralmente, de sociedades de alto poder aquisitivo, promovendo o desejo na comunidade visitada de ter as mesmas condições que os turistas.

Mas essa assimetria, segundo os autores, também é pautada pela informação, o que favorece os “*toourees*”¹¹, que brincam e fazem um espetáculo de si

¹¹ A denominação “*toouree*” é dada por Van den Berghe e Keyes (1984) ao nativo como um *performer* que modificou seu comportamento para tornar-se atrativo ao turista, fingindo sua arte, sua roupa, sua

mesmos para a diversão do turista (VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984). Ademais, esses estudiosos destacam que os turistas estão abertos ao engano, à desconfiança e à exploração, pois são relativamente ignorantes quanto à realidade das comunidades visitadas.

Sobre essa dicotomia, Nash (1989) ressalta que o contato entre visitantes e visitados não é definido apenas pela estrangeira daqueles, mas também pela própria natureza do turismo. Desse modo, na condição de indivíduo que dispõe de tempo de lazer, o turista não tem a intenção de mudar o mundo, mas simplesmente “brincar” com ele, ou adquirir experiências a suas custas. O autor ilustra sua pesquisa com um exemplo de um turista norte-americano que, estando de férias, exige comer hambúrguer, ter água quente em suas habitações e usa constante do inglês na comunicação. Esse turista é oriundo de um país altamente industrializado e espera e exige que, em suas férias, ter todas as comodidades de seu cotidiano, e, desse modo, desenvolve-se toda uma infraestrutura turística para satisfazer tais exigências. Assim, tanto o turista quanto os envolvidos com a infraestrutura turística efetuam transações com a sociedade receptora, distinguindo-se esses atores por uma clara desigualdade de forças (NASH, 1989).

Conforme a visão de Barretto (2006), o turismo, em sentido amplo, é um fenômeno social; no entanto, segundo a perspectiva de alguns agentes, é um negócio, conduzido pela lógica capitalista de produtividade e lucratividade. Nash (1989) também destaca esse fator, citando que os forasteiros (incluindo nesse termo todos os indivíduos oriundos de um ambiente externo à sociedade visitada) e seus anfitriões se tratam reciprocamente como pessoas, mas também como objetos. Esse pesquisador ressalta que, nos casos em que a diferença entre essas pessoas é grande, como, por exemplo, nas fases iniciais do colonialismo, esse tratamento pode dar origem à discriminação por parte dos colonizadores e a uma gama de reações por parte dos colonizados.

Para Ruschmann (1997), há uma falta de “cultura turística” por parte dos viajantes, que se comportam de forma alienada em relação ao destino, entendendo que seu tempo livre é sagrado e, por isso, não têm nenhuma responsabilidade com o local. Portanto, aqueles que tratam as outras pessoas como meros objetos têm

maior probabilidade de se sentirem livres para atuar orientados por seus próprios interesses, ignorando os dos demais (NASH, 1989).

Nesse sentido, o turista não seria um mero espectador em movimento, ele se beneficiaria de um desejo particular que vem da consumação do espaço, se comunicando com os visitados por meio de algumas palavras e saudações cerimoniais, por coitos psicologicamente encarados pelo olhar ou efetivamente realizados e pela compra de alguns objetos simbólicos, tidos como *souvenires*, por meio dos quais o turista se apropria magicamente do destino (GRABURN, 1989). Os *souvenires* se constituem em lembranças instrutivas daquilo que é percebido pelo turista e, ao mesmo tempo, gera renda aos visitados, que, por isso, apreciam os turistas (RUSCHMANN, 1997).

Archer, Cooper e Ruhanen (2005) destacam que os turistas são, por definição, estranhos no destino, e seu padrão de vestimenta e de comportamento são, por vezes, diferentes dos adotados na sociedade receptora e, frequentemente, distintos daqueles que o turista teria no próprio lugar de onde provém; ou seja, os comportamentos que são inibidos em sua localidade de origem passam a ter espaço no destino visitado. Para esses autores, em alguns casos, a aparência física e o comportamento cultural dos visitantes e dos visitados são tão diferentes que a compreensão é substituída pela antipatia. Se, de um modo, o turismo é visto como um meio de promoção da compreensão entre os povos, Krippendorf (2001) afirma que praticamente não conhecia experiências ou exemplos positivos. Alguns grupos, inclusive, optam por não desenvolver o turismo ou minimizam o acesso dos turistas a suas comunidades, como é o caso de indígenas da etnia Zinacantecos, no México, que proibiram fotografias e passaram a tratar friamente os turistas (VAN DEN BERGHE, 1995).

No entanto, concorda-se com a análise de Goffman (1985) de que há certa dificuldade do forasteiro em romper a “região de fachada” e adentrar à “região de fundo”, mas que essa atitude não precisa estar presente na atividade turística. Pode-se afirmar, então, que a relação mais próxima da comunidade não deve ser vista como uma “obrigação do bom visitante”.

Entende-se que as relações entre visitantes e anfitriões são complexas e não podem ser generalizadas, devendo ser levados em consideração as especificidades de cada comunidade receptora e o perfil de seus visitantes. Ademais, na literatura, aponta-se o estágio de desenvolvimento turístico do destino como um fator

determinante das atitudes e das reações das comunidades visitadas em relação aos visitantes e aos demais agentes envolvidos na atividade turística. Mas, também, essa relação não deve ser vista como algo que precisa ser, obrigatoriamente, aprofundada, inclinada para uma experiência antropológica.

6.2 OS ESTÁGIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO E AS REAÇÕES DA COMUNIDADE LOCAL

A teoria existente sobre os impactos nas comunidades receptoras é fragmentada e tem gerado apenas uma série de afirmações que não são testadas empiricamente de modo sistemático (RUSCHMANN, 1997). Entre os teóricos que exploraram as questões referentes aos impactos do turismo, tem-se Doxey (1975) e Butler (1980), sendo a questão abordada também por Faulkner e Tideswell (1997).

Para Faulkner e Tideswell (1997), há duas dimensões a serem analisadas no que tange aos impactos do turismo: a dimensão extrínseca e a dimensão intrínseca. A dimensão extrínseca refere-se às características locais e a sua importância para o destino turístico, refletindo no nível de desenvolvimento da atividade turística, no número e tipo de turistas que visitam uma localidade e na sazonalidade. Essa dimensão estaria relacionada ao ciclo de vida do destino. A dimensão intrínseca, por sua vez, refere-se às características dos membros da comunidade receptora, que afetam as variações de impacto do turismo, engloba o envolvimento da comunidade, as características socioeconômicas, a proximidade residencial e o período de residência dos “nativos”. Essa dimensão está relacionada às mudanças sociais. Conforme esses autores, se a dimensão intrínseca for ignorada, possivelmente haverá uma reação negativa da comunidade em geral.

Doxey (1975), por sua vez, assume que as comunidades receptoras passam por uma sequência de reações no decorrer do desenvolvimento da atividade turística, e suas percepções mudam com a experiência adquirida. Para o autor, isso significa que as atitudes dos residentes mudam em diferentes estágios de desenvolvimento de um destino turístico; a euforia inicial é sucedida pela apatia, pela irritação e pelo antagonismo. Na fase da euforia, os visitantes são bem-vindos e há pouco planejamento da atividade; na fase da apatia, o turismo é vislumbrado

quantitativamente, e o contato entre visitantes e comunidade receptora continua forte; a terceira fase é do aborrecimento, uma vez que há saturação e os moradores locais precisam de compensações para aceitar a atividade turística, enquanto planejadores se encarregam de melhorar a infraestrutura existente, ao invés de limitar o crescimento; no último estágio, o antagonismo, há irritação por parte dos moradores locais, o turismo é considerado causador de todos os males, as ações de planejamento são corretivas e a promoção do destino é aumentada a fim de melhorar a reputação local. Aires e Fortes (2011) destacam que, quando um destino turístico alcança os dois últimos estágios apresentados nesse modelo, revela que ocorreram mudanças nos estilos de vida considerados aceitáveis pela população local, ou seja, a sociedade receptora foi socialmente impactada.

Doxey (1875) propôs, ainda, um quinto estágio, denominado estágio final, quando a população percebe que não considerou as mudanças que estavam ocorrendo e tampouco tomou medidas para impedi-las; assim, o destino não possui mais seus atrativos e sofreu mudança no ambiente natural e cultural. Com esse modelo, sugere-se que todas as comunidades receptoras se tornam hostis em algum momento, não levando em conta a heterogeneidade das comunidades e que sempre haverá prejuízos para a comunidade receptora, não considerando os aspectos positivos do turismo. Aires e Fortes (2011) destacam essa questão e ressaltam ainda que o modelo se caracteriza como determinista e generalista, apontando que todas as comunidades receptoras vivenciarão as mesmas fases e terão um destino singular: a hostilidade por parte dos moradores.

Segundo o modelo de ciclo de vida de um destino turístico de Butler (1980), um destino passa por diversas fases, sendo elas: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e rejuvenescimento ou declínio, conforme exposto na Figura 4.

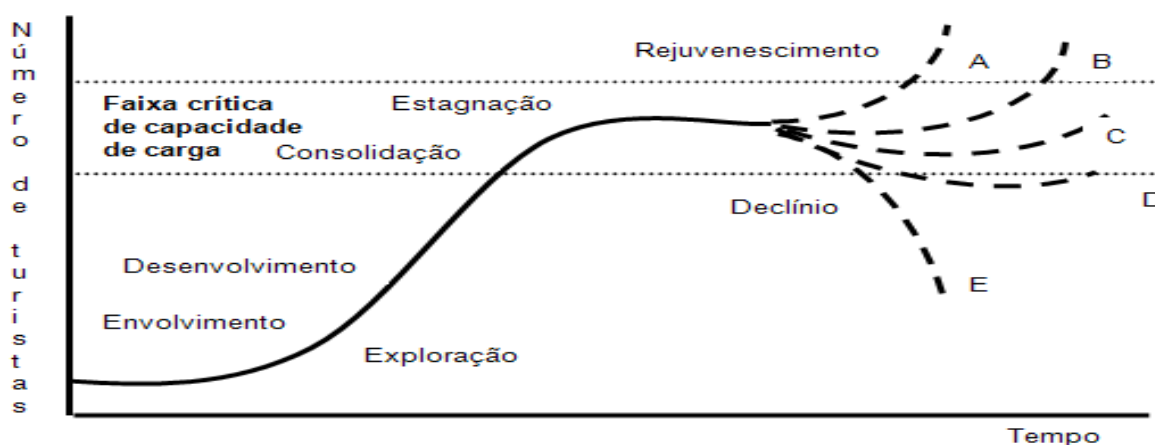


FIGURA 4 – CICLO DE VIDA DOS DESTINOS TURÍSTICOS
 FONTE: Adaptado de Butler (1980)

A fase de exploração é caracterizada por um número pequeno de turistas exploradores, que, em geral, viajam individualmente. Esses visitantes frequentemente são atraídos aos destinos por conta de suas características naturais e culturais únicas. No que tange ao contato com os moradores locais, é susceptível a ser elevado, uma vez que os próprios moradores podem representar um importante fator de atração. Além disso, os ambientes físico e social não sofrem alterações, e a presença de turistas tem pouca significância para a economia e as relações sociais dos residentes (BUTLER 1980).

Com o aumento do número de turistas e a maior regularidade dos fluxos, alguns moradores locais passam à fase de envolvimento e começam a fornecer instalações e serviços para os visitantes; além disso, surgem as primeiras formas de publicidade a fim de atrair turistas. Nessa fase, o contato entre morador e visitante continua elevado ou, por vezes, aumenta. Outra mudança diz respeito aos padrões sociais, que sofrem certa alteração por conta das temporadas turísticas que nessa fase de desenvolvimento já existem (BUTLER 1980).

Faulkner e Tideswell (1997) defendem que, nos destinos em estágio inicial de desenvolvimento, com um fluxo baixo de turistas, geralmente nacionais e com baixa sazonalidade, a resposta da comunidade à atividade turística tende a ser positiva. No entanto, os autores salientam que podem ser esperadas variações na percepção da comunidade em relação ao turismo, de acordo com a dimensão intrínseca, como, por exemplo, o envolvimento com a atividade, a proximidade residencial dos locais com maior fluxo de turistas e o tempo de permanência.

O terceiro estágio, o de desenvolvimento, reflete um mercado turístico já definido, com a forte veiculação publicitária. O envolvimento e o controle por parte da população local tendem a diminuir, e as instalações deixam de ser simplórias e passam a serem maiores e mais elaboradas, com o aumento da presença de organizações externas fornecendo serviços. As alterações físicas na área receptora se tornam perceptíveis e nem todas são aprovadas pela população local. Nessa fase, o envolvimento de organizações regionais e nacionais pode ser necessário para o planejamento e o fornecimento de instalações. Ademais, o número de turistas nas temporadas e nos períodos de pico, provavelmente, é igual ou ultrapassa o número de moradores locais (BUTLER, 1980). Nesse sentido, Faulkner e Tideswell (1997) defendem que os impactos sobre a população local são acentuados durante os períodos de pico e as temporadas e se tornam mais visíveis aos moradores, por conta de vários fatores, como o congestionamento, o aumento dos preços de produtos, a aglomeração de pessoas, entre outros.

Na fase de consolidação, parte importante da economia da região é vinculada à atividade turística. O *marketing* e a publicidade são de grande alcance e buscam estender a temporada e o número de visitantes da localidade. Cadeias e franquias de prestadores de serviços se encontram estabelecidos na localidade. Certo descontentamento e certa oposição por parte da comunidade local podem ser esperados (BUTLER 1980).

O número de turistas atinge seu pico no estágio de estagnação. A capacidade de muitas variáveis é atingida ou excedida, ocasionando problemas ambientais, econômicos e sociais. A imagem do destino se encontra estabelecida; porém, já não representa para o mercado um destino de moda, sendo necessário grande esforço para manter o nível de visitação. Já as atrações culturais e naturais provavelmente foram substituídas por encenações e equipamentos artificiais. Consequente a essa fase, o destino poderá ter dois estágios diferentes: o declínio ou o rejuvenescimento. O declínio diz respeito à incapacidade do destino de competir com atrações mais recentes, podendo inclusive perder sua função turística completamente. Porém, pode ocorrer o rejuvenescimento; no entanto, para que este ocorra, faz-se necessário uma mudança considerável nas atrações turísticas (BUTLER, 1980).

Conforme Faulkner e Tideswell (1997), o modelo de ciclo de vida de Butler (1980) condiz com a evolução das reações da comunidade receptora proposta por Doxey (1975), uma vez que os impactos negativos do turismo se acentuarão nos

destinos que estejam em um estágio maduro de desenvolvimento, onde haja uma alta taxa de visitação e alta sazonalidade. Aires e Fortes (2011) ressaltam que, ao contrário de Doxey (1975), o modelo proposto por Butler (1980) indica que nem todos os destinos turísticos passarão pelas fases citadas e sofrerão declínio.

Faulkner e Tideswell (1997) e Butler (1980) defendem que as variações nas atitudes e percepções dos visitados em relação aos turistas não se explicam pelo aumento do número de visitantes e do contato entre visitantes e visitados. É uma questão mais complexa e relaciona-se com o perfil do turista que visita a região, mais especificamente, pelo grau de diferenciação étnico cultural e *status* socioeconômico entre os visitantes e a comunidade local. Ademais, segundo Faulkner e Tideswell (1997), os moradores cujos empregos são direta ou indiretamente dependentes do turismo tendem a ser mais tolerantes com os impactos.

No entanto, os representantes das comunidades receptoras podem desenvolver estratégias para lidar com os fluxos turísticos. Boissevain (2005) define seis estratégias que são, por vezes, utilizadas pelos membros de comunidades receptoras frente ao turismo. A primeira é denominada 'resistência encoberta', na qual se utilizam imagens estereotipadas que desvalorizam, freiam ou enganam os turistas. A segunda se baseia em esconder dos turistas aspectos da cultura local. A terceira estratégia é rejeitar e fechar-se aos turistas, como, por exemplo, mudando a data ou local de um evento que atraia turistas. A quarta estratégia se baseia em rituais e performances, ou seja, elaboram-se modos de celebrar a identidade comunitária sem os turistas. A quinta estratégia é o protesto organizado. Por fim, tem-se a estratégia de agressão violenta e hostilidade (BOISSEVAIN, 2005).

Burns (2002) destaca que as interações entre diferentes culturas variam conforme diversos fatores, tais como o tipo de turista; a duração da permanência; as atitudes e as expectativas dos turistas; o número de turistas, no sentido de que quando os turistas são poucos eles são novidade, mas quando o número de pessoas aumenta, eles se tornam apenas parte do cenário; a duração da temporada de visitação, o que afetará a dinâmica local no que diz respeito aos empregos e ao período de repouso da comunidade; e o papel dos intermediários, que o autor descreve como os mediadores multilíngues.

No entanto, ressalta-se, em conformidade com Barretto (2007), que os agentes que impactam uma comunidade nem sempre estão relacionados à dinâmica

do turismo. Para essa pesquisadora, por meio do turismo, são gerados impactos; porém, a atividade turística é afetada por outros fatores. O mesmo também ocorre com os turistas, que influenciam, mas sofrem influência da cultura visitada.

Tendo em vista as alterações pelas quais as comunidades receptoras passam durante o desenvolvimento da atividade turística, faz-se importante destacar como a população visitada é impactada, positiva e negativamente, principalmente no âmbito sociocultural.

6.3 SOBRE O TURISMO E OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS

Abordam-se, nesta seção, questões pertinentes aos impactos no turismo, com foco nos aspectos socioculturais, apresentando alguns desses impactos, positivos ou (ditos) negativos, comumente abordados na literatura.

6.3.1 Efeitos, resultados, impactos: as interferências nos aspectos socioculturais

Na literatura sobre a atividade turística, é recorrente a abordagem dos impactos gerados pela presença de turistas em determinada localidade. Nesta pesquisa se recorre ao termo 'impacto', mas vale observar que também são utilizados por alguns estudiosos os termos 'efeito', 'resultado' ou 'interferência', como é o caso de Barretto (2006).

Ruschmann (1997) define os impactos como uma série de modificações (ambientais, econômicas, sociais ou culturais) ou eventos provocados pelo processo de desenvolvimento da atividade turística nas localidades receptoras. Considerando que a presente pesquisa focaliza os impactos socioculturais, faz-se importante que tal noção seja explicitamente definida. Com base em Dias (2003), pode-se afirmar que os impactos socioculturais (nas comunidades receptoras) são o resultado das relações sociais entre turistas e residentes que provoca mudanças sociais ou culturais na sociedade receptora. No entanto, cabe salientar que essa conceituação exclui os impactos causados nos próprios turistas.

Dias (2003) define alguns critérios para identificação dos impactos sociais e culturais. Assim como abordado por esse autor, os impactos sociais se evidenciam quando há ressentimento local resultante do choque de culturas, motivado pelas diferenças nos valores e estilos de vida, etnias, línguas, religiões, níveis de prosperidade financeira, entre outros; transformação da estrutura de trabalho; saturação da infraestrutura, que afeta instalações e equipamentos, gerando problemas quanto à terra, ao emprego, ao transporte e à alta densidade populacional; transformação de valores e condutas morais, englobando problemas como prostituição, uso de drogas e alcoolismo, aumento da taxa de criminalidade e exploração do trabalho infantil; alteração nos padrões de consumo, por conta do efeito demonstração; problemas de saúde (transmissão de enfermidades, falta de saneamento e outros problemas relacionados à precariedade ou à ausência de infraestrutura básica); etnocentrismo; e excesso de padronização.

No que se refere aos impactos culturais, Dias (2003) destaca que eles podem ocorrer pautados em elementos materiais e imateriais, esta última categoria dividida pelo autor em 'hábitos e costumes' e 'formas de arte não materiais'. Conforme o autor, os impactos na cultura material mais evidentes no turismo referem-se ao artesanato e à arquitetura. Os artefatos culturais podem perder seu significado original, transformando-se em meros produtos a serem comercializados; na arquitetura, pode ocorrer uma homogeneização, com inserção de padrões que, por vezes, não condizem com o estilo local. Por outro lado, por conta do turismo, pode ocorrer a renovação de antigas formas de arte e tradições culturais.

Com relação aos impactos na cultura não material, elas são similares aos impactos nas formas de arte materiais, podendo fazer com que as expressões culturais percam seu significado original por causa da intensa comercialização; por outro lado, o renascimento de antigas formas de arte também é visível, conforme pontua Dias (2003). Por fim, em relação aos impactos nos hábitos e costumes, esse autor considera que eles podem ser afetados pela assimilação dos comportamentos dos visitantes ou pela mudança completa no modo de vida local, considerando que uma comunidade que apresenta forte identidade cultural e tradições consolidadas poderá resistir mais facilmente aos fluxos turísticos, absorvendo hábitos e costumes dos visitantes, mas sem perder a essência de seu modo de vida.

Para alguns estudiosos, o cerne dos impactos é a mercantilização da cultura. Greenwood (1989) destaca que tudo o que está à venda foi produzido por uma

combinação de fatores de produção, ou seja, terra, mão de obra e capital. Além disso, tudo aquilo que pode ser precificado, comprado e vendido pode ser considerado mercadoria. Isso não representa um problema quando se trata de um objeto ou, por exemplo, de um leito em algum meio de hospedagem. No entanto, quando os consumidores são atraídos por um determinado local graças à cultura, a questão da mercantilização se torna polêmica (GREENWOOD, 1989).

Barretto (2006) também aborda a questão da mercantilização. Para essa pesquisadora, no turismo, repetem-se problemas antigos, que acompanham a história da humanidade, como a xenofobia e o colonialismo mercantil, e, com isso, as relações interpessoais acabam seguindo a lógica mercantil. Pérez (2009) compartilha dessa ideia, apontando que o turismo instrumentaliza a cultura e a converte em um produto mercantil, que, por sua vez, gera impactos positivos e negativos. O setor turístico “promete” ao turista que o mundo é seu e que poderá usá-lo conforme seu desejo (GREENWOOD, 1989).

Desde a perspectiva da mudança cultural, a mercantilização é tida como destruidora da cultura. No entanto, acredita-se, assim como defendido por Grünewald (1999), que, ao serem mercantilizadas, as práticas culturais adquirem novos significados para seus produtores, que se tornam veículos de autorrepresentação de sua identidade perante um público externo. Além disso, esse estudioso observa que, mesmo ocorrendo mudanças no significado dessas práticas, é possível que seus antigos significados permaneçam salientes para um público interno.

Segundo Pearce (2002), o turismo pode ser desenvolvido de diversas maneiras, e, mesmo que os processos sejam os mesmos, o contexto em que é desenvolvido é diferente; por isso, há a geração de impactos distintos. A partir dessa análise, o referido autor aponta três tipos de impactos gerados devido ao fenômeno turístico como um todo e também pelos próprios turistas: os ambientais, os econômicos e os sociais. A junção desses efeitos representa os impactos dos turistas/residentes. Em um sentido mais estrito, a presente pesquisa limita-se a tratar dos impactos socioculturais.

Faz-se necessário compreender as relações entre os sistemas turísticos e a cultura para que, assim, possam ser evitados ou minimizados os impactos negativos sobre as culturas anfitriãs (BURNS, 2002). Salienta-se que, “se o turismo é a ‘materialização dos sonhos’, então se deve questionar que tipos de sonhos são

esses e se essas materializações poderão ou não criar, aliviar ou aumentar as tensões sociais” (BURNS, 2002, p. 55).

A literatura sobre impactos, efeitos ou resultados dos fluxos turísticos nas comunidades, principalmente as denominadas ‘tradicionais’, conta com diversas vertentes de pensamento. Greenwood (1989) destaca que há dois enfoques elementares dentro dos estudos do turismo. O primeiro se concentra na economia política; segundo esse enfoque, geram-se impactos substanciais, e a atividade turística promove a desagregação comunitária. No entanto, o segundo enfoque, antropológico, apregoa que as comunidades ‘tradicionais’ e estáticas se veem, de repente, lançadas sobre o cenário do capitalismo moderno. Nesse contexto, McKean (1989) propõe um *continuum*, sendo um dos extremos um “mundo turístico”, no qual houve transformações completas nos âmbitos social e econômico, de modo que o destino resulta modelado conforme o sistema global; e o outro extremo um “mundo nativo”, no qual não se produziram transformações, e a sociedade receptora segue exatamente como era anteriormente ao contato externo.

Há, portanto, que se diferenciar cada caso, uma vez que cada sociedade receptora estaria em uma fase desse *continuum*. Contudo, é necessário compreender, assim como expôs Grünewald (1999), a diferença entre o que “sempre existiu” em determinada comunidade, ou seja, tem alguma relação com seu passado, daquilo que foi incorporado com o tempo, independentemente do turismo, e daquilo que foi incorporado ou estimulado por conta do turismo, para fins de encenação para o turista.

As percepções, as atitudes e os interesses das comunidades pelo turismo estão longe de ser homogêneos (MALDONADO, 2009), por isso, a seguir, apresentam-se algumas perspectivas positivas e negativas quanto à relação entre visitantes e visitados.

6.3.2 Decorrências negativas do desenvolvimento turístico

O turismo contribui para uma considerável redistribuição espacial da capacidade de auferir renda, impactando positivamente sobre a economia dos destinos (ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2005). As primeiras pesquisas sobre os

impactos do turismo se concentravam justamente nos aspectos econômicos; porém, os benefícios econômicos foram contrapostos aos impactos ambientais e socioculturais, que não haviam sido mensurados anteriormente (JAFARI, 1994; 2005; ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2005).

Um desses impactos é o cultural. Por vezes, a cultura é objetivada e despersonalizada, tirada de seu contexto a fim de se obter um produto apresentável como “autêntico”, que deve difundir a ideia de experiência inesquecível e única, conforme aponta Santana Talavera (2003). No entanto, para esse autor, a comercialização da cultura e as mudanças que ocorrem na sociedade receptora geram a caricaturização do grupo nela residente e de seus recursos tradicionais. Por outro lado, há a busca por elementos de diferenciação, que surge como uma necessidade de mercado, em que a cultura autóctone é a matéria prima para o produto turístico, segundo análise de Barretto (2000). Para essa autora, ao ser transformado em produto, o legado cultural perde seu significado, e a cultura deixa de ser importante para si mesma e se torna importante por suas potencialidades econômicas.

No que se refere ao viés econômico da atividade turística, os efeitos negativos seriam relegados a segundo plano, enfatizando-se o lucro, as oportunidades de trabalho e a melhoria da qualidade de vida que o turismo poderia propiciar, conforme analisa Krippendorf (2001). Para esse autor, quando a euforia inicial passa à apatia, a sociedade receptora pode não ter mais o controle sobre seu território e sobre seu “destino”.

As decorrências negativas no âmbito sociocultural, principalmente em comunidades denominadas ‘tradicionais’, parecem ter seu foco no modo como a cultura é vista e “tratada”, como um recurso natural ou mercadoria sobre a qual os turistas têm direitos, segundo Greenwood (1989). O referido autor constata que sobram exemplos de expropriação e demolição cultural, geradas por conta de alguma variante do turismo; porém, ressalta que essa perspectiva proporciona uma visão parcial do processo.

Costuma-se inferir, segundo McKean (1989), que as mudanças culturais ocorrem devido à intrusão de um sistema sociocultural tido como majoritário em um ambiente, no caso de uma comunidade, com culturas tidas como minoritárias. Segundo esse autor, tais interferências conduzem à homogeneização cultural, provocando a submissão das identidades étnicas a um sistema industrial e

tecnologicamente mais avançado, com economia orientada para o consumo. Para MacCannell (1984), a partir do momento em que novas formas étnicas são produzidas e lançadas como mercadorias, não se trata mais de meras etnias, mas de uma retórica das relações étnicas, por meio da qual se cria a impressão de que formas mais antigas de repressão e exploração são perpetuadas. Barretto (2005) compartilha da mesma ideia, acreditando que a chegada de turistas sempre provoca o desejo de modernização, descaracterizando as comunidades, podendo ser entendido como um processo de aculturação.

Outro aspecto a ser destacado é o declínio das culturas tradicionais. Segundo Esmán (1984), os povos aculturados sofrem menos os efeitos negativos, principalmente quando há paridade econômica entre visitantes e visitados. Nesse sentido, retoma-se Nash (1989), que aborda a forma de tratamento recíproca entre visitantes e visitados, que se veem como pessoas, mas também como objetos. Graburn (1989), também seguindo essa perspectiva de análise, alega que

[...] a medida que los invitados se vayan convirtiendo en objetos deshumanizados, tolerados por los beneficios económicos que aportan, los turistas apenas tendrán otra alternativa que considerar a sus anfitriones como simple curiosidad, y también, en última instancia, como objetos (GRABURN, 1989, p. 29).

Pearce (2002) chama a atenção para o fato de indivíduos de diversas culturas darem grande importância simbólica e espiritual a suas cerimônias e a elementos artísticos e observa a necessidade de uma adequada interpretação dos significados desses aspectos, ou seja, os visitantes deveriam ter considerável conhecimento antropológico. Não o tendo, verão esses eventos como “exóticos” ou “lindos”. Para o autor, essa condição banaliza o evento e resulta no desperdício de oportunidade, por parte dos turistas, de perceber sua própria etnicidade.

A presença dos turistas “estraga” o exotismo da comunidade anfitriã, primeiramente porque, com a homogeneização, os “nativos” se tornam menos tradicionais e mais parecidos com os turistas e, por isso, menos interessantes; e, em segundo lugar, porque os turistas transformam os “nativos” em “*tourées*”, descaracterizando-os, ao mesmo tempo em que “assaltam” a cultura anfitriã e sujeitam-na à modernização (VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984). Cohen (1988) ressalta essa questão, apontando que os visitados têm a necessidade de apresentar

ao visitante espetáculos exóticos e atrações excitantes e, por isso, há cada vez mais uma “encenação” da cultura, de modo a parecer algo autêntico ao olhar do turista.

Assim, os turistas destroem o atrativo que buscam: o nativo intocado. Isso fica claro a partir do momento em que os “nativos” começam a vestir-se como os turistas e a usarem suas vestimentas tradicionais seletivamente para apresentações aos turistas. Assim, o traje tradicional se torna traje teatral, além de se alterarem os hábitos e o modo de consumo. Ademais, outras consequências são as mudanças de valores, atitudes e linguagem, entre outros (VAN DEN BERGHE; KEYES, 1984; BURNS, 2002).

Ruschmann (1997) aponta outros possíveis impactos negativos sobre as sociedades receptoras, entre eles a descaracterização do artesanato, que perde sua função original e passa a servir como itens de decoração; vulgarização das manifestações tradicionais pela mídia, que as mostra de modo simplista e estereotipado, e pela comunidade receptora, que transforma as cerimônias em espetáculos; arrogância cultural, ressaltada pelo sentimento de inferioridade das comunidades receptoras perante os turistas, sendo que aqueles mantêm suas tradições e seus costumes autênticos afastados do olhar do turista, acreditando não ser interessante; banalização das crenças; entre outras.

Graburn (1989), por sua vez, afirma que onde há grande diferença econômica entre visitantes e visitados, ou onde está estendido o uso de drogas, é possível que os turistas sejam vítimas de assaltos, roubos ou ações terroristas, não por sua qualidade de turista, mas por estarem suscetíveis, uma vez que, ao viajar, se distraem facilmente. Já como interferências nas sociedades receptoras, tem-se a alteração na moralidade, indicada por fatores como a prostituição, o abuso de drogas, o alcoolismo, a criminalidade e os jogos de azar (GRABURN, 1989; RUSCHMANN, 1997). Faz-se a ressalva de que estes não são necessariamente resultados advindos do contato entre culturas, mas são intensificados à medida que o turismo se desenvolve e aumenta a presença de forasteiros em um núcleo receptor (GRABURN, 1989; RUSCHMANN, 1997). Muitos desses efeitos são de natureza menos direta e nem todos são negativos (PEARCE, 2002). Burns (2002) ressalta que o turismo é uma força poderosa, mas, como fenômeno econômico e cultural, é um alvo fácil de culpabilização por quaisquer mudanças nas comunidades.

Destaca-se também o efeito demonstração. Ele ocorre quando os hábitos de consumo das sociedades tradicionais são influenciados pelos dos turistas, ocasionando mudanças no comportamento, incluindo o acúmulo de bens materiais (RUSCHMANN, 1997; BURNS, 2002). Essa é uma decorrência da crença de que a posse levará à conquista do estilo de vida hedonista e descontraído dos turistas, que leva a dois tipos de consequências: no primeiro, há mudança no sistema de valores, nas atitudes e na linguagem; no segundo, ocorrem alterações no vestuário, nos hábitos e na demanda por bens de consumo (BURNS, 2002).

No entanto, as mudanças na cultura e no modo de vida das comunidades étnicas se tornam passíveis de questionamento a partir do momento em que o grupo começa a vender-se como atração étnica, segundo MacCannell (1984). Esse autor frisa que, após lançar sua etnia como um produto no mercado turístico, os membros do grupo passam a pensar em si como representantes de uma forma autêntica de vida, e qualquer mudança se torna uma questão delicada com implicações políticas e econômicas.

6.3.3 Decorrências positivas do desenvolvimento turístico

Se, por um lado, indicam-se impactos negativos nas sociedades receptoras, alguns autores enaltecem que, por meio da atividade turística, podem ocorrer, também, efeitos positivos. Em grande parte dos casos, o turismo é uma das influências externas que induzem à aculturação, mas também promove a proteção da cultura local (ESMAN, 1984). De um lado, tem-se o aumento da informação e a integração entre as culturas e, assim, os visitantes adquirem conhecimento (DIAS, 2003). Por outro lado, ocasionalmente, o desenvolvimento turístico suscita respostas criativas e positivas por parte dos visitados, que advêm do interesse que há, na atividade turística, por elementos como cultura, história e artesanato, assim como apontado por Greenwood (1989).

O encontro entre culturas pode contribuir para a compreensão entre visitantes e visitados e para o intercâmbio cultural, minimizando, desse modo, conflitos e tensões (SANTANA TALAVERA, 2003; DIAS, 2003). Ademais, com o turismo, abrem-se perspectivas para a valorização do acervo patrimonial comunitário, cujo

potencial é cada vez mais percebido pelas comunidades (MALDONADO, 2009). Essa é a mesma perspectiva do Ministério do Turismo, que defende que, entre os benefícios do turismo, em especial do turismo cultural, está a valorização da identidade cultural, o resgate cultural, a preservação do patrimônio histórico e cultural, bem como o intercâmbio entre culturas, promovendo a compreensão, o conhecimento e o respeito à diversidade (BRASIL, 2006).

Outra questão a ser destacada é que a presença de forasteiros cria as categorias de “nós” e “eles”, visitantes e visitados. Ao serem observados, examinados e questionados pelos forasteiros, os moradores locais se dão conta do quão diferentes são e torna-se motivo de orgulho, para os visitados, a escolha dos forasteiros por visitar sua comunidade e vivenciar seus costumes, conforme observa Boissevan (2005). Esse estudioso acrescenta que, com isso, essas comunidades percebem as especificidades de sua própria cultura e descobrem novas dimensões de sua identidade, o que fomenta a preservação do artesanato e até mesmo o ressurgimento de rituais já extintos. Há, nesse caso, um despertar étnico; a cultura local, em vários de seus aspectos, sobrevive ou é renovada pelo interesse despertado pelos turistas (DIAS, 2003).

Esse despertar étnico está relacionado à intensificação cultural, abordada por Sahlins (1997). Segundo esse estudioso, até o final dos anos 1970 e 1980, não eram observados os movimentos de intensificação cultural, que refletem noções tradicionais de qualidade de vida associada à promoção da cultura tradicional, propiciando enriquecimento da cultura tradicional acompanhado, algumas vezes, pela integração das sociedades tradicionais à economia global. A própria comoditização da cultura facilita a preservação das tradições culturais que talvez se extinguissem se não fossem inseridas no turismo (COHEN, 1988).

Assim, é possível que os visitados, por meio da atividade turística, desenvolvam um interesse e uma valorização da cultura local, tenham orgulho das tradições e promovam melhoria da valia cultural (GREENWOOD, 1989; DIAS, 2003), agenciando, desse modo, a revitalização de sua cultura por razão do turismo (BARRETTO, 2007; RUSCHMANN, 1997). Uma consequência da produção turística, em especial do turismo cultural e do turismo étnico, e seu consumo tem sido a intervenção na reconstrução das identidades locais, gerando um processo constante de criação e recriação do sentido de pertencimento, lugar, passado, cultura e posse

(SANTANA TALAVERA, 2003). A cultura reavaliada no contexto dos interesses externos acaba por transformar a si mesma (GREENWOOD, 1989).

A relação entre turismo e cultura apresenta-se, por vezes, como um ciclo. A atividade turística se baseia no uso e no consumo dos traços culturais, promovendo certa “pressão” na sociedade receptora; no entanto, como consequência dessa pressão, tem-se a recriação, a preservação e a manutenção dos atributos étnicos e culturais, e, desse modo, reconstruem-se os atributos étnicos (MACCANNELL, 1984; SANTANA TALAVERA, 2003).

Mesmo a questão da mercantilização da cultura não deve ser vista apenas como um fator negativo. Conforme Cohen (1988), entender que se perde o significado cultural quando há comoditização é uma generalização. Um exemplo disso são os músicos populares que se apresentam em troca de dinheiro, eles podem se entusiasmar e se orgulhar de apresentar sua arte e competência, e não há razão em afirmar que a música perdeu sua autenticidade porque os artistas a comercializaram. Grünwald (1999) também expõe a questão da mercantilização de outro modo, tal como citado anteriormente. Esse pesquisador ressalta que, mesmo que uma prática esteja aparentemente descaracterizada, se ela é apresentada a um público externo, é porque existe um fundamento para isso.

No que tange ao turismo étnico, Barretto (2005) chama a atenção para o fato de que esse tipo de turismo pode ser desenvolvido de dois modos. No primeiro caso, a comunidade se compromete com um projeto de revitalização cultural e afirma sua identidade, podendo haver auxílio de técnicos. Se desenvolvido de modo adequado, os impactos positivos tendem a se sobressair, ocorrendo, por exemplo, valorização do artesanato; valorização da herança cultural, como as cerimônias religiosas; fortalecimento do orgulho étnico; valorização e preservação do patrimônio histórico; entre outros resultados desejáveis (RUSCHMANN, 1997). No segundo caso, o turismo não é planejado, não tem o consentimento de grande parte da comunidade e surge de um interesse estritamente comercial. Esse modo de orientar a atividade pode levar à invasão da esfera do “não comercializável”, como os rituais, promovendo o que a autora chama de “zoologização” de grupos humanos (BARRETTO, 2005).

Outra questão que deve ser levada em consideração é que o otimismo sentimental de intensificação cultural ignora a agonia de povos, causada por doenças, violência, expulsão de seus territórios, entre outros, segundo Sahlins

(1997). Entretanto, o mesmo autor destaca que há casos de intensificação ou florescimento cultural pós-contato. Os povos indígenas que contestam essa realidade estariam se iludindo, e os que acreditam na autenticidade cultural por meio da resistência estariam se enganando e, na pior das hipóteses, estariam promovendo a dominação ocidental global. As culturas são dinâmicas, elas mudam em respostas ao ambiente e à tecnologia, e, na tentativa de manter a identidade cristalizada, impede-se o processo natural de mudança cultural (BARRETTO, 2000; PEARCE, 2002).

A valorização das culturas locais gera resultados frutíferos. Uma das primeiras experiências de êxito de turismo envolvendo comunidades indígenas se deu na Ilha de Taquile, na porção peruana do Lago Titicaca, a qual se converteu em um modelo de turismo alternativo após aparição do local nos guias turísticos, conforme Pérez *et al.* (2012). Segundo esses autores, esse modelo é baseado na gestão de atividades de resgate, na difusão e na proteção do patrimônio imaterial, juntamente ao desenvolvimento territorial e à criação de produtos e serviços baseados na identidade local, que diferem das versões estereotipadas que “coisificam” as manifestações culturais.

Para os Chamula, povo indígena do México, o desenvolvimento do turismo étnico gerou transformações no sistema de relações étnicas; porém, não de modo negativo (VAN DEN BERGHE, 1995). O referido investigador confirma, em sua pesquisa sobre a promoção do turismo étnico no México, que os mestiços são os maiores beneficiários do turismo étnico (pois são os principais empresários desse segmento); no entanto, as relações dos indígenas com os mestiços se tornou menos desigual, por meio de suas articulações na atividade turística, diminuindo a discriminação e o preconceito. Além disso, o autor assinala que as mulheres Chamula tornaram-se diretamente envolvidas no comércio turístico, havendo, assim, transformações nos papéis de gênero.

Martínez Mauri (2012) ressalta que, na literatura, há uma divisão entre o que é próprio da cultura e o que é “reapropriado” (resultado do contato), carregando este último termo uma conotação de inautenticidade. No entanto, a pesquisadora cita a *mola* (bordado aplicado nas vestimentas e em peças decorativas dos indígenas Kuna, no Panamá) como um resultado de relações e contatos diversos e é algo visto como próprio e emblemático por quem confecciona, usa e vende. Além disso, a *mola*, uma representação animista do universo, tornou-se um emblema identitário e,

com a chegada do turismo, se transformou em peças de valor estético e comercial, passando a ser propriedade intelectual coletiva dos Kuna (MARTÍNEZ MAURI, 2012).

Outro exemplo foi apresentado por Esman (1984) ao abordar em sua pesquisa os Cajuns do estado de Luisiana, nos Estados Unidos. Essa autora afirma que, ao contrário do que alguns autores pensam ser o ideal, os Cajuns estão abandonando sua cultura tradicional e adotando a cultura “padrão” de seu país; porém, o turismo tem contribuído para a manutenção da identidade desse povo, reforçando sua etnicidade e seu orgulho étnico. O que ocorre com os Cajuns é o que McKean (1989) denomina ‘involução cultural’, que também se aplicou aos nativos da ilha de Bali. Esse termo diz respeito ao conflito de determinada comunidade, que deseja modernizar-se, e, ao mesmo tempo, perpetuar suas antigas tradições (MCKEAN, 1989; ESMAN, 1984).

Os turistas são, de certo modo, praticantes da semiótica e, em suas viagens, buscam por signos característicos, como “a típica aldeia inglesa, o típico arranha-céu americano, a típica cervejaria alemã, o típico castelo francês [...]” (URRY, 2001, p. 29). Destarte, o turista estará procurando por uma “autenticidade” inerente à comunidade visitada. Nesse sentido, salienta-se que o fato de um grupo se posicionar como uma “comunidade turística” e se vender não caracteriza falta de autenticidade, conforme analisa Grünewald (2001). O autor questiona essa autenticidade, tantas vezes abordada, exemplificando os indígenas Pataxó, na Bahia, que não são indígenas exclusivamente para o turismo, mas, para tal atividade, eles se moldam segundo as expectativas que os visitantes mesmos geram.

Ainda que os produtos turísticos sejam formatados a fim de satisfazer as expectativas dos turistas, mantendo-se suas características, eles permanecerão autênticos ao olhar do turista (GRÜNEWALD, 2002). Além disso, Cohen (1988) aborda a complexidade da autenticidade exemplificando com o caso da Disneylândia, visto como um local de entretenimento popular artificial, mas que é um componente da cultura americana. Conforme esse estudioso, no futuro, a Disneylândia poderá ser percebida até mesmo por historiadores e etnógrafos como uma autêntica tradição americana.

Uma preocupação de Barretto (2005) é que se preserve o limite entre o que pode ser transformado em espetáculo público e o que faz parte da esfera privada da

comunidade receptora. Ademais, chama a atenção para a questão da identidade, questionando se as tradições devem ser inventadas ou se é preciso apelar para a investigação da história e levar em consideração a memória coletiva comunitária.

Salienta-se que é preciso compreender que existem diferentes perfis de turistas e modalidades de experiências turísticas e, por isso, as interferências decorrentes do desenvolvimento turístico tendem a ser diferentes em cada destino (PEARCE, 2002). Assim, faz-se necessário analisar se as mudanças estão ocorrendo por conta do turismo ou por pressão das circunstâncias e da dinâmica interna da sociedade visitada (PEARCE, 2002). Sendo externos à comunidade, é importante discernir se os impactos são gerados por conta do turismo ou se o agente de mudança é outro (ARCHER; COOPER; RUHANEN, 2005).

Barretto (2007) exemplifica essa análise com o caso dos cassinos nos Estados Unidos, comuns em reservas indígenas situadas na região central do país. Com isso, conforme essa pesquisadora, as comunidades adquiriram o vício do jogo, e, quando as comunidades não têm alto poder aquisitivo, esse hábito pode ocasionar delitos. A partir dessa premissa, torna-se quase impossível distinguir o que são impactos oriundos das relações no turismo e o que são parte do processo geral de modernização (PEARCE, 2002).

Para Barretto (2005), a presença de forasteiros sempre provoca desejo de modernização. A autora observa que

[...] la señora del pescador compra máquina de lavar ropas, el hijo del cacique compra celular, la nieta de la oma usa pantalón vaquero en lugar de traje de tirolesa. Para algunos, estas son transgresiones producto de un proceso de aculturación. Nuevamente, la alternativa es el congelamiento (BARRETTO, 2005, p. 8).

Destaca-se que mesmo o processo natural de globalização não corresponde a um meio de destruição cultural. Hobsbawm (2013) afirma que a globalização se combina com as culturas nacionais e regionais, trazendo como exemplo o caso dos indígenas da localidade de Otavalo, no Equador. Esse autor destaca que esses indígenas são tecelões e eram encontrados, há décadas atrás, em diversas cidades da América Latina, vendendo seus produtos típicos; com o tempo, eles se tornaram um dos povos mais ricos do Equador e consomem bens de consumo adquiridos pelas sociedades ocidentais. Essa condição, no entanto, não os tornou “americanizados”. Ademais, Hobsbawm (2013) ressalta que os adolescentes

otavaleños utilizam *jeans* e tênis de marca, tais quais os adolescentes californianos, mas, ao mesmo tempo, usam os chapéus que eram utilizados por seus antepassados e têm longas tranças, conforme a tradição; as mulheres, por sua vez, dirigem carros importados, mas continuam trajando roupas tradicionais. Nesse sentido, para Hobsbawm (2013), não houve assimilação, mas sim a ascensão de uma burguesia indígena que continua mantendo suas tradições.

Assim, faz-se necessário examinar alguns pressupostos sobre os impactos sociais e culturais ocasionados pelo desenvolvimento turístico que prevalecem na literatura do turismo, conforme Cohen (1988). O referido pesquisador esclarece que, ao invés de assumir que há impactos negativos na autenticidade com a mercantilização da cultura, esse “impacto” deve ser submetido a um exame empírico, por meio da qual se poderá compreender os aspectos culturais preservados, os que emergem com o turismo e os que foram ou estão sendo destruídos por impactos advindos do desenvolvimento turístico e do contato entre visitantes e visitados.

Buscando contribuir com essa discussão e tendo como base as teses e dissertações analisadas, no capítulo a seguir, apresentam-se os impactos oriundos do desenvolvimento turístico ou de outros fatores, bem como a relação das comunidades indígenas e seus visitantes, além de outros agentes.

7 IMPACTOS (TURÍSTICOS OU NÃO) E RELAÇÕES ESTABELECIDAS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS

A finalidade deste capítulo é apresentar os dados obtidos com a análise das teses e dissertações. Nele, apresentam-se os impactos socioculturais dentro de três perspectivas existentes visualizadas no *corpus* desta pesquisa: os impactos que foram constatados nas pesquisas realizadas; os impactos que comumente são elencados como resultados do desenvolvimento turístico, ou então que são temidos pela comunidade receptora, mas que não eram reais no momento da pesquisa; e os impactos oriundos de outras atividades ou atores sociais que não o turismo e que, por essa razão, precisam ser diferenciados. Em um segundo momento, apresenta-se, separadamente, a relação entre os visitados e os visitantes, bem como a relação dessas comunidades receptoras e demais atores, como poder público, empresariado do município ou região e da população não indígena local.

7.1 OS IMPACTOS SOCIOCULTURAIS ORIUNDOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Nesta seção, serão abordados os impactos socioculturais, relacionados ao turismo ou não, mais sobressalientes nas teses e dissertações estudadas. O conteúdo está desdobrado em subseções que tratam dos impactos socioculturais reais do desenvolvimento turístico nas comunidades estudadas; o que se infere sobre o turismo; e os impactos oriundos de outras atividades.

7.1.1 Os impactos socioculturais reais nas comunidades estudadas

Ao se abordarem os impactos socioculturais oriundos, teoricamente, do desenvolvimento do turismo, é preciso ressaltar que, em todas as pesquisas analisadas, percebeu-se certa imparcialidade – por parte dos pesquisadores – quanto a esse tema. Entende-se aqui a imparcialidade não como sinônimo de

despreocupação; ao contrário, todos os pesquisadores se mostraram cientes das modificações que ocorrem no contato. Porém, ressalta-se que tais mudanças são parte de um processo natural de alterações culturais. O que ocorre, no turismo, é, talvez, uma aceleração dessas mudanças, e, geralmente, elas preocupam a comunidade receptora quando se trata de comportamento desrespeitoso ou da inserção de valores que não condizem com os valores da comunidade, como é o caso do uso de drogas – por parte dos turistas, os quais, por vezes, propõem trocar maconha por peças artesanais – nas comunidades Pataxó de Barra Velha e Coroa Vermelha, fato que desagrade os indígenas, como atestado por Grünwald (1999).

Outra questão que deve ser ressaltada é o fato de que, em todas as comunidades pesquisadas, a principal atividade turística mencionada é a comercialização de artesanato, e essa é uma importante fonte de renda para as comunidades. No caso dos Pataxó, por exemplo, o artesanato é a base da economia (GRÜNEWALD, 1999), sendo o fator definidor da maior ou menor prosperidade das famílias (NEVES, 2012).

O artesanato é uma das expressões culturais mais abordadas nas pesquisas, e também se debate sobre sua “autenticidade”, uma vez que as comunidades acabam alterando suas peças para torna-las mais agradável aos olhos dos turistas. No caso dos Pataxó, os trabalhos artesanais que eram comercializados quando da pesquisa de Grünwald (1999) foram criados não havia muito tempo e se tratavam de trabalhos mais decorativos. Ou seja, não tinham mais uma função real para as comunidades. Nunes (2006) também aborda esse aspecto ao analisar a aldeia Puiwa Poho, onde o artesanato é produzido com intenções mercadológicas, e, com isso, as peças se tornaram mais parecidas entre si, deixaram de ter função como utensílios domésticos e objetos de lutas e passaram a ter função de lembrança do destino.

Sobre esse tema, Lac (2005) destaca que se discute a produção em massa do artesanato indígena, o pagamento irrisório, a troca desigual de produtos artesanais que demandam tempo e esforço, a introdução de materiais diferentes, a confecção de objetos cerimoniais, a escassez de matéria prima, entre outras problemáticas em torno da produção artesanal. No entanto, essa pesquisadora salienta que, apesar desses problemas, foi o artesanato mercantil que salvou a prática artesanal em diversas comunidades indígenas e, sobretudo, reforçou a identidade étnica desses povos.

Além disso, tem-se o fato de que o artesanato produzido pelos indígenas em dada comunidade é consumido em lugares distantes, tornando possível a aquisição de objetos simbólicos antes disponíveis apenas em museus (SANTOS, 2010). Por isso, além de ser uma forma de *marketing* turístico, é também *marketing* cultural. Ademais, Santos (2010) expõe que as artes contribuem para o fortalecimento da identidade étnica, pois os indígenas estabelecem uma distinção entre objetos que são parte de sua tradição e os que são exógenos.

O artesanato é utilizado como expressão cultural, para reforçar a existência e a indianidade das comunidades, como ocorre com os Pataxó (GRÜNEWALD, 1999; NEVES, 2012) e com os Kaingang de Iraí, que têm seu território remodelado e as tradições valorizadas com a venda de artesanato (LAC, 2005). Neves (2012) relata que, no Centro de Artesanato, a sobrevivência familiar e individual – geração de renda –, a sobrevivência coletiva e a manutenção de um discurso étnico-identitário estão em jogo. Foi adotada, inclusive, a padronização das peças. Também, segundo constatado por esse investigador, é por meio do comércio do artesanato que os indígenas conversam com os visitantes e têm a possibilidade de contar sua história e, assim, divulgar sua cultura.

Divulgação da cultura foi, aliás, um termo mencionado diversas vezes nas pesquisas consultadas. Os Terena da aldeia Marçal de Souza esperavam que, com o turismo, as pessoas se interessariam em conhecer sua cultura e acabariam por divulgá-la (LACERDA, 2004). Segundo Nunes (2006), a proposta do Centro Cultural Indígena da RI de Dourados poderia ser uma estratégia de divulgação da cultura e aumento da demanda de turistas étnicos; porém, isso não foi realizado, com a interrupção do projeto.

Além disso, a quebra de paradigmas ocorre, e, por mais que, às vezes, ela decepciona os turistas – por não encontrarem o “índio autêntico” –, outras vezes, é por meio do contato que os visitantes conhecem o modo de vida, a cultura e os problemas existentes nessas comunidades. Lac (2005) relata que a comunidade Kaingang da TI de Iraí via o turismo, inserido em um processo de resgate cultural, como uma estratégia de conscientização dos não indígenas quanto às necessidades dos indígenas, principalmente no que diz respeito às problemáticas territoriais.

Foram abordados nas pesquisas consultadas outros impactos, alguns vistos como positivos e outros negativos: guias de turismo que não consultavam a comunidade visitada, pagamento – quando havia – em bebida alcoólica, fumo ou

comida (FARIA, 2008); a tentativa – fracassada – de mercantilizar a cultura indígena na RI de Dourados (o que não precisa ser, necessariamente, algo negativo); a espetacularização e a mudança de significado das técnicas artesanais, como pesca, preparo do beiju, produção de sal de aguapé, na aldeia Puiwa Poho; e a mercantilização do Jawari, ritual praticado na aldeia Puiwa Poho (NUNES, 2006). Neste último caso, no entanto, ressalta-se que o ritual continuava tendo seu significado preservado, embora se apresentasse aos turistas uma encenação, que não necessariamente precisa ter o significado original, assim como ocorre com o ritual da tucandeira realizado pelos Sateré-Mawé. Nesse caso, os turistas podem acompanhar o ritual de fato ou, o que é mais comum, a encenação do ritual – ainda que os turistas não saibam que se trata de uma simulação (SANTOS, 2010).

Ainda sobre o ritual Jawari, Nunes (2006) observou que os turistas frequentemente relatavam que se tratava de seu primeiro contato com danças e rituais do Xingu que consideravam autênticos, ainda que a dança seja uma forma de entretenimento, tenha um significado mais mercadológico e não mais a finalidade de ressaltar a fronteira étnica (NUNES, 2006).

Oliveira (2006), no entanto, defende que a descaracterização é uma concepção mumificada e descontextualizada da realidade dos indígenas na sociedade contemporânea. Os impactos oriundos do desenvolvimento turístico se revelam quando os turistas buscam a universalização da cultura indígena. Esse investigador ressalta que os impactos do turismo em áreas indígenas não podem ser analisados desde uma perspectiva redutora, elegendo um grupo social mais forte (os turistas) e um grupo social mais fraco (os indígenas). A partir desse ponto de vista, defende-se que os impactos relacionados ao turismo em comunidades indígenas devem ser analisados a partir de outra perspectiva. Pelos relatos dos pesquisadores, pode-se perceber que, com raras exceções, as comunidades gostam de receber turistas ou são saudosistas em relação ao tempo em que os recebiam.

Também há de se levar em consideração que as comunidades não são homogêneas, e, portanto, cada experiência turística assume uma característica, às vezes bastante positiva. Além disso, o turismo é comumente visto como uma oportunidade de dar voz aos povos indígenas ou de estes reafirmarem seus territórios, tal qual ocorreu com os Jenipapo-Kanindé, que implantaram o turismo comunitário, que, por sua vez, contribuiu para a valorização territorial e cultural, a afirmação étnica, a criatividade cultural, a participação ativa de jovens e adultos,

bem como a exploração sustentável dos recursos naturais e culturais (LUSTOSA, 2012), além do fator econômico, amplamente abordado. Esse fator parece ser, inclusive, de menor importância quando a experiência é positiva para a comunidade receptora. Também significa uma perspectiva econômica para os jovens Pataxó, como no serviço de guiamento de visitantes (NEVES, 2012); reativação de práticas culturais, como os cavaleiros Kadiwéu (JESUS, 2012) e o Pajé Pataxó – ainda que este seja visto como um “pajé turístico” (NEVES, 2012); aumento na qualidade de vida individual; diminuição da probabilidade de êxodo; melhorias na autoestima e no interesse dos jovens pela língua materna e por técnicas de artesanato (BRANDÃO, 2012). Numa análise mais ampla, pode-se dizer que a participação comunitária pode minimizar ou anular riscos de impactos (FARIA, 2008; JESUS, 2012).

No caso dos indígenas da TI São Marcos, Brandão (2012) constatou que a atividade turística já ocorria na comunidade há mais de dez anos e não haviam sido feitos estudos de impacto de qualquer natureza. Porém, os indígenas entrevistados afirmaram, em sua maioria, que não houve aumento de reclamações contra os turistas; os moradores não se sentiam intimidados com a presença deles; o turismo não tinha contribuído para a existência de conflitos étnicos; e também não foram afetadas as tradições culturais. No caso dos Kaingang, havia certa indiferença frente à movimentação turística, e tal comportamento partia do princípio de que a vida é, com pequenas variações, a mesma, com ou sem turistas (LAC, 2005).

Com isso, verificou-se que as comunidades estudadas, tendo diferentes experiências no turismo, não podem ser categorizadas quanto aos impactos do turismo. Em alguns casos, o turismo surgiu como um modo de auferir renda; em outros, além disso, como um meio de divulgação cultural e de reafirmação territorial; há ainda os casos em que o turismo estava inserido em um projeto “de cima para baixo”; também há comunidades que ainda planejavam a atividade, entre outros casos.

Cada uma dessas comunidades vivenciava a atividade turística de um modo. Ademais, é necessário levar em consideração a autonomia desses povos e sua capacidade de gestão e controle do turismo. No caso da TI de Mangueirinha, por exemplo, um dos caciques relatou a Baggio (2007) que eles conheciam seus limites e que os turistas tomavam ciência das regras que deviam respeitar dentro da TI; ademais, os indígenas sabiam o perfil que poderiam acolher nas aldeias e o que poderiam tirar de positivo e de negativo da experiência com os visitantes.

Também deve ser levada em consideração a opinião de cada pesquisador, o que corrobora com os resultados das pesquisas. Nunes (2006) apontou que a aldeia Puiwa Poho era vista como “uma das poucas” iniciativas que deram certo, pois beneficiava a comunidade – pelo simples fato de o turismo se dar fora da aldeia original. No entanto, se levada em consideração a gênese do projeto e suas implicações para os indígenas que participavam dele, talvez o modelo não seja visto como o ideal turístico para comunidades indígenas.

Por fim, salienta-se que as comunidades, assim como destacado por Grūnewald (1999), não pareceram estar sendo destruídas, mas sim transformadas. Essa transformação, em parte, diz respeito ao turismo, mas não somente a atividade turística contribui para tais modificações.

7.1.2 O que se infere sobre o turismo

Nesta pesquisa, distinguiu-se o que são impactos reais oriundos da atividade turística, acima apresentados, do que são impactos comumente apresentados como resultados do desenvolvimento turístico, mas que não necessariamente ocorrem. Nos *corpus* analisado, esses impactos prováveis foram apontados, em maior número, pelos próprios investigadores. No entanto, por vezes, os entrevistados apontaram algumas preocupações referentes ao turismo nas comunidades estudadas. Os motivos dessas inquietações são apresentados abaixo.

Lacerda (2004) considerou, em sua pesquisa, que o turismo e a venda de artesanato realizada pelos Terena poderiam incentivar o resgate de peças não mais produzidas, incitando a continuidade da tradição. Além disso, os indígenas esperavam que o turismo possibilitasse um aumento de postos de trabalho, renda e que, por meio dele, os visitantes conhecessem a cultura Terena. No entanto, pontua-se a preocupação de que, à medida que eles ganhassem dinheiro, houvesse alteração na cultura. Ademais, o risco de serem vistos como exóticos poderia reforçar os preconceitos. Lac (2005), por sua vez, apontou que, à medida que o número de turistas aumenta, os nativos se tornam *tourees* e as comunidades tornam-se pseudocomunidades que se sobrepõem às comunidades étnicas.

Nunes (2006) relata que se vive uma “moda indígena”, por meio da qual os indígenas não são mais perseguidos, mas sim admirados. No entanto, os indígenas que não atendem às expectativas do turismo como “índios autênticos” não são aceitos do mundo contemporâneo.

Faria (2008), por sua vez, destacou o fato de que os debates acerca do turismo em áreas indígenas giravam em torno da presença do turista, que pode provocar a descaracterização cultural, perturbar o cotidiano da comunidade e promover a mercantilização da cultura, além de trazer problemas como doenças, biopirataria, violação do patrimônio, entre outros. No entanto, assim como salientado por essa investigadora, os mesmos atores que condenam a atividade ignoram que ela já esteja ocorrendo, e de forma clandestina. Portanto, uma das questões essenciais para a minimização dos impactos socioculturais seria a regulamentação legal do turismo em áreas indígenas.

Essa investigadora diz, ainda, acreditar que

[...] o fortalecimento da tradição e da cultura, a conscientização e valorização de um povo, nação e comunidade sobre a sua a identidade étnica e cultural e um planejamento adequado à realidade cultural e territorial do lugar podem impedir ou minimizar os impactos indesejáveis promovidos pelo turismo, tanto pela influência de outras culturas quanto pela economia de mercado (FARIA, 2008, p. 57).

Nesse sentido, apesar de se concordar com o exposto pela pesquisadora, acredita-se que se trata de um “círculo vicioso”, pois, se esses fatores contribuem para minimizar os impactos do turismo, por meio do turismo é possível estimular tais fatores.

Os indígenas do Alto Rio Negro, estudados por Faria (2008), relataram seus medos e suas crenças quanto aos impactos ocasionados no desenvolvimento do turismo, entre os quais se destacam: invasão e apropriação do patrimônio; intimidação dos habitantes; desrespeito aos costumes; risco de descaracterização cultural; uso insustentável dos recursos materiais para confecção de artesanato; individualismo e desunião interna; risco de contágio de doenças, entre outros. Além disso, relatou-se o medo de que os visitantes fossem traficantes, guerrilheiros ou espões, demonstrando o temor de que pessoas mal intencionadas usassem o turismo como forma de entrar no território indígena.

Por outro lado, visualizavam as vantagens do ecoturismo: proteção do território; geração de emprego e renda; melhoria das condições de vida; valorização

dos costumes, entre outras. Para esses indígenas, o desenvolvimento do turismo deveria ser, ainda, organizado e participativo, realizado pela própria comunidade. Apesar de as respostas dadas pelos indígenas não serem padronizadas, eles se mostraram cientes do que é necessário para implantar o turismo – nesse caso, ecoturismo – visando a impactos mínimos, o que, provavelmente, é resultado das oficinas de capacitação de que participaram.

Leandro (2011), por sua vez, elencou os prováveis impactos socioculturais, não diferindo muito do que foi exposto por Faria (2008). Entre os impactos, ressaltaram-se: perda da autenticidade das manifestações; transformação da identidade cultural por conta da influência de outras culturas; degradação patrimonial; má prestação de serviços em função da desqualificação profissional; e aumento de problemas sociais, como o uso de drogas e a criminalidade. Assim como no caso de Faria (2008), Leandro (2011) estudou uma comunidade que ainda não havia implantado a atividade turística; portanto, buscava desenvolver um plano de gestão visando, entre outras coisas, a minimizar impactos. Segundo relato desse investigador, para o líder dos Paiter-Surui, o ecoturismo viria a ser, entre outras coisas, um gerador de renda e um meio de valorização cultural. Ambas as iniciativas são importantes, nesse caso, pois previnem eventuais impactos.

Ramos (2008) cita que o florescimento ou a intensificação cultural pós-contato se tornaram “clichês antropológicos”. Nesse sentido, para Jesus (2012), o contato promove a espetacularização e a mercantilização da cultura, entre outros impactos; e a produção, a reprodução e a reinvenção da tradição são formas de alcançar essa mercantilização. Esse mesmo investigador ressalta, no entanto, que as culturas indígenas sempre sofreram e continuarão sofrendo interferências, de ordem econômica, social, espacial, territorial, ambiental e cultural. No entanto, salienta-se que essas interferências nem sempre estão relacionadas à atividade turística.

7.1.3 Os impactos socioculturais não relacionados ao turismo

Constatou-se, com a análise das teses e dissertações, que nem sempre os impactos estavam relacionados à atividade turística. De modo mais expressivo, tem-

se o impacto ocasionado pelo poder público, em especial os órgãos responsáveis pelos povos indígenas – o SPI e, depois, a Funai.

Um dos entrevistados por Baggio (2007), funcionário da Funai, afirmou que o turismo poderia contribuir para interferências na cultura, mas, por outro lado, a Funai buscava, justamente, a integração dos indígenas e sua aculturação. Já Grünewald (1999) constatou que, entre as tradições geradas pelos Pataxó, a língua e o uso de nomes indígenas foram, na verdade, quase impostas pela Funai, para fossem reconhecidos como indígenas. Também houve uma orientação, por parte do extinto SPI, para que os Pataxó dançassem o Toré, inclusive como requisito para o reconhecimento de suas terras.

Lac (2005) também constatou que o Governo Federal exigia que os indígenas mantivessem sua distinção cultural, a fim de justificar as políticas diferenciadas, por vezes, transformando os indígenas em *tourées*. Pode-se afirmar que, ao contrário do que ocorre no turismo onde os indígenas expõem seus traços culturais, no caso da imposição feita pelo poder público, os indígenas precisavam provar que eram indígenas, estimulando práticas simuladas. Nesse sentido, Grünewald (1999) expõe que o processo de mudança cultural é um resultado da interação entre os indígenas, a sociedade e as autoridades.

Outro agente de mudanças socioculturais é a televisão, conforme relatado pelo mesmo entrevistado. Observou-se que são raras as casas não possuem televisão na TI Mangueirinha, e as que não a possuíam, à época da pesquisa, tinham rádio. A cultura exógena é apresentada nas emissoras de televisão a todo o tempo. Considera-se, desse modo, que o contato pessoal com não indígenas não seja tão alarmante. Ademais, pode-se agregar a esses meios um terceiro, a *internet*.

Foi identificado, ainda, um terceiro elemento causador de mudanças socioculturais nas comunidades pesquisadas: as igrejas. Na TI de Iraí, a presença das igrejas, católicas e evangélicas, era expressiva. No entanto, nesse caso, os Kaingang não viam a religião como uma interferência negativa; ao contrário, para alguns, ela poderia ser mediadora no contato com não indígenas. No caso dos Pataxó da Coroa Vermelha, o pajé – ainda que seja considerado um “pajé turístico” – se recusou a fazer pajelança – rituais místicos realizados pelos pajés –, pois passou a ser membro de uma igreja evangélica, fazendo apenas orações (NEVES, 2012). Já na RI Kadiwéu, as igrejas evangélicas desestimulavam as manifestações culturais ritualísticas, que se encontravam praticamente em desuso, pois incitavam a

ideia do pecado (JESUS, 2012). Grünewald (1999), por sua vez, constatou, por meio de uma entrevista com um missionário, que este acreditava que o catolicismo havia “feito um estrago” na aldeia de Barra Velha. Assim, percebe-se que as igrejas ou as religiões adotadas podem também promover mudanças socioculturais.

Na pesquisa de Lustosa (2012), por seu turno, constatou-se que o litoral cearense, ocupado pelos Jenipapo-Kanindé e pelos Tremembé, estava sendo alvo de diferentes projetos, como integração do litoral por meio de rodovias, construção de condomínios residenciais, construção de portos, parques de energia eólica, usina siderúrgica e termelétrica, agronegócio, entre outros. Do mesmo modo que essa infraestrutura valorizava os territórios indígenas, o discurso de progresso e desenvolvimento econômico no qual estão englobadas promove, no ver da pesquisadora, mudanças drásticas na vida e na cultura das comunidades tradicionais, que são, aos poucos, recrutadas como mão de obra nos empreendimentos.

Por fim, constatou-se que o Exército Brasileiro também gerou alterações. Em São Gabriel da Cachoeira, com a instalação da 2ª Brigada de Infantaria de Selva e consequente vinda de aproximadamente 2 mil militares, a partir de 2005, houve um crescimento desordenado da cidade com ocupação de lugares impróprios. Com isso, ocorreu a poluição dos igarapés e das praias, além de terem surgido ou se agravado problemas relacionados à ausência de saneamento básico, como inexistência de esgoto sanitário, estação e tratamento de água e esgoto, aterro sanitário, entre outros. Ademais, as construções de todos os tipos e em diversos lugares e a proliferação de locais de lazer sem estudos de impactos, geraram impactos sociais, como desemprego, alcoolismo, falta de moradia, moradia sem condições mínimas de habitação (FARIA, 2008). Essas condições afetaram não apenas os militares que foram viver no município, mas também a população local.

Conforme os relatos postos acima, observa-se que há diversos agente de mudanças socioculturais em constante relação com as comunidades indígenas. Por isso, considera-se que a ideia do turismo como “causador de todos os males” não condiz com a realidade observada nas comunidades indígenas. Como apontado por Jesus (2012), a própria modernidade exige adaptações nos hábitos e nos costumes tradicionais, e, com essa nova realidade, intensificam-se os conflitos socioculturais, como miséria, suicídio, dependência química, entre outros.

Desse modo, além dos agentes de mudanças, faz-se necessário abordar as alterações que ocorrem de modo natural como parte da dinâmica sociocultural local. O primeiro exemplo a ser destacado é o das alterações sofridas com o contato com outros grupos indígenas, amplamente abordado por Grunewald (1999) e Neves (2012), conforme exposto no capítulo anterior.

Oliveira (2006) destacou que, durante as viagens para outros territórios indígenas e cidades (ou seja, ao praticarem o turismo), os indígenas mantêm contatos, ensinam e adquirem experiências novas, e, ao retornarem para suas comunidades, essas experiências são, por vezes, discutidas, podendo promover mudanças socioculturais significativas, como a incorporação de traços de outras etnias ou a simples implantação de melhorias na infraestrutura.

Em outros casos, os traços culturais são abandonados ou passam a ser menos expressados. Na TI Mangueirinha, por exemplo, as danças estavam restritas a ocasiões em que havia audiência externa ou eventos comemorativos; o artesanato não tinha mais utilidade doméstica; a gastronomia tradicional sofreu modificações com a inserção de elementos antes não utilizados; a reorganização da aldeia, com construções realizadas pelo poder público, passou a ser incorporada pela comunidade, conforme relato de Baggio (2007). No entanto, o pesquisador afirma que, mesmo ressignificados, esses aspectos culturais tinham uma razão de ser para as comunidades. Os indígenas apenas passaram a dar menos importância aos elementos tradicionais que não lhes faziam mais sentido, como a caça, por exemplo.

No caso dos Terena, conforme expresso por Lacerda (2004), não há tanta semelhança nos modos e nos costumes atuais com aqueles vividos por seus antepassados, a não ser pelo envolvimento familiar e comunitário, pela língua materna ensinada na escola e por algumas manifestações culturais apresentadas somente nas festividades do Dia do Índio, como a Dança do Bate-pau, que representa o episódio da guerra do Paraguai, na qual os Terena tiveram grande importância na defesa brasileira. Para o pesquisador, essas mudanças podem ser resultado do esforço dos Terena pela própria sobrevivência.

Os Kadiwéu, estudados por Jesus (2012), por sua vez, tiveram seus hábitos e costumes transformados, entre outros motivos, pela evolução tecnológica e macroeconômica. Algumas modificações observadas são: a língua materna não ser mais usada pelos jovens, entre outras razões, pelo fato de haver casamentos com pessoas externas à RI Kadiwéu; o ensino nas escolas não ser totalmente no idioma

indígena; e o material didático ser redigido em português. A indumentária mostrava-se totalmente influenciada pela moda não indígena. As pinturas corporais e faciais, associadas aos rituais e cerimônias tradicionais, não eram mais usadas. As cavalgadas – os Kadiwéu são conhecidos como “índios cavaleiros”, devido à participação em guerras intertribais e do Paraguai – aparentemente não ocorriam mais, ainda que fosse motivo de orgulho para esses indígenas e que fossem criados cavalos da RI (utilizados para deslocamento entre as aldeias). As moradias também foram modificadas, sendo de alvenaria, e as edificações antigas, tradicionais, se encontravam abandonadas (JESUS, 2012).

As moradias dos Sateré-Mawé também foram sendo modificadas; porém, esses indígenas afirmaram que suas casas estavam baseadas nas tradicionais, conforme Santos (2010). Esse investigador destaca a problemática em relação a isso, sendo a casa um mundo particular em que todas as coisas que “não são do índio” podem ser desfrutadas. Trata-se de um espaço contra a desqualificação da etnicidade e onde os indígenas não precisam estar constantemente provando sua indianidade.

Aparentemente, essas mudanças não são bem vistas na atividade turística. Nunes (2006) verificou na RI de Dourados que a pobreza local não satisfazia o imaginário do turista e que, ao se identificarem mais com o modo de vida ocidental, urbano e excludente, os indígenas tornavam-se menos atrativos aos olhos dos visitantes. No entanto, no caso dessa RI, apesar de não disporem de matas ou rios, os indígenas ainda resguardavam suas tradições (NUNES, 2006). Considera-se, com isso, que as modificações substanciais no modo de vida e nos aspectos socioculturais dos indígenas desagradam ou tornam a comunidade menos atrativa para os visitantes, que, ao mesmo tempo, não se preocupam em entender tais alterações e a própria dinamicidade cultural.

Por fim, destaca-se a proximidade com centros urbanos como um fator de modificação, e, dentro desse contexto, o êxodo de jovens em busca de emprego e melhores condições de vida, o que fragiliza a coesão cultural, como ocorre na TI São Marcos (BRANDÃO, 2012). Os jovens parecem ser os principais modificadores socioculturais. Quanto a isso, Lac (2005) constatou que, na visão de um dos caciques da TI de Iraí, o que se espera é apenas que eles (os jovens) não percam sua cultura e seus costumes, que não esqueçam de sua indianidade.

7.2 AS RELAÇÕES TURÍSTICAS (OU NÃO)

Na relação entre visitantes e visitados, tem-se três atores – e realidades – importantes: o visitado e o que ele pensa sobre o turista; o visitante e o que ele pensa sobre os indígenas, bem como suas expectativas anteriores; e o interlocutor, no caso os guias ou outros atores que passam informação para os visitantes. No entanto, outro tipo de ator deve ser levado em consideração: os moradores não inseridos na atividade turística. Neste estudo, este último tipo de ator não será abordado, pois esse aspecto foge ao escopo da presente investigação. Ressalta-se, porém, que, com esse recorte metodológico necessário à coesão da pesquisa, não se está menosprezando o papel de tais atores no processo de mudança investigado, e sugerem-se pesquisas futuras enfocando esse tema.

7.2.1 A relação entre visitantes e visitados nas comunidades indígenas estudadas

De modo geral, percebeu-se que a relação entre visitantes e as comunidades indígenas preocuparam mais os estudiosos e o poder público do que as próprias comunidades indígenas. Também, apesar de haver um discurso (quase) homogêneo dentro das comunidades, no que se refere a essa relação, há de se levar em consideração que cada membro dessas comunidades tem uma opinião individual; por isso, mesmo no caso em que o turismo está sendo desenvolvido, isso não significa que tal atividade é avaliada positivamente por todos os visitados.

Nas teses e dissertações estudadas, foram relatadas realidades muito diferentes; porém, em todas as situações, os indígenas sofriam com algum tipo de estigma, seja pela expectativa dos turistas de encontrar indígenas que retratassem fielmente aqueles encontrados por Pedro Álvares Cabral – ou, conforme o termo usado por Lac (2005), ‘índios da televisão’ –, seja por esses indígenas serem vistos, por conta de diversas modificações socioculturais, como “não índios”, beirando à farsa, ao olhar do visitante.

Lac (2005) ressalta, no entanto, que a visita é uma oportunidade para os turistas confrontarem suas imagens e seus estereótipos com a realidade, embora os

indígenas defendam que a realidade deva ser confrontada por meio de conversa e convivência, e não apenas contemplação, como ocorria, a propósito, em quase todas as iniciativas abordadas no *corpus* desta pesquisa.

Ao entrevistar um turista, Grünewald (1999) constatou que esse visitante acreditava que os Pataxó estavam “se fantasiando”. O autor observou, também, que os turistas brasileiros que visitavam Barra Velha saíam mais decepcionados que os estrangeiros, por acreditarem, ainda que não em sua totalidade, que se deparariam com os indígenas nus e com uma “aldeia típica”. Em Coroa Vermelha, os guias (não indígenas) precisariam desmistificar a imagem estereotipada que se tem dos indígenas, pois, conforme relato de Grünewald (1999), os turistas demonstravam ter medo da interação com os visitados, inclusive de serem atacados com lança.

O medo também é relatado por Lac (2005), que constatou que os Kaingang de Iraí eram conscientes desse sentimento por parte dos visitantes, e que seria por causa do temor de que os indígenas fossem cruéis ou violentos que os visitantes não desciam dos ônibus que os levavam até a comunidade. Ainda sobre os Kaingang, um dos entrevistados apontou que “uma vez” havia muitas críticas em relação a esses indígenas, mas que, na data da pesquisa, essas críticas já não ocorriam.

No caso da aldeia Marçal de Souza, Lacerda (2004) identificou que os visitantes afirmaram não ter nenhum tipo de preconceito com os Terena; porém, o investigador observou que a maioria dos visitantes se penalizava diante da situação precária em que viviam os indígenas, imaginando ser esse um retrato da vida cotidiana dos indígenas.

As situações parecem se repetir nas comunidades. Lac (2005) constatou, ao entrevistar turistas, que, apesar de apresentarem diferentes opiniões sobre os indígenas, todos os entrevistados, de maneira mais ou menos direta, reproduziam imagens e estereótipos que corroboraram para a imagem do “bom selvagem”, ou então para a “consciência culpada”, ou seja, esses turistas também se penalizavam, tal qual os entrevistados por Lacerda (2004).

Nunes (2006) expõe, no que se refere à RI de Dourados, que alguns turistas chegavam ao local sem saber que os indígenas falavam português, usavam roupas e outros produtos que, aparentemente, não eram aceitos pelos visitantes como sendo algo indígena. E, no caso da aldeia Puiwa Poho, os turistas saíam decepcionados, sem reconhecer a dinamicidade da cultura.

Apesar dessa imagem do “bom selvagem” e de os visitantes esperarem encontrar “aldeias autênticas” – inclusive foi relatado por um dos entrevistados por Lac (2005) que os visitantes buscavam ver coisas que nunca viram –, havia uma dualidade de expectativa por parte dos turistas, uma vez que, assim como relatado pela investigadora citada, estes expressaram que algumas coisas deveriam ser mudadas nas comunidades indígenas que recebiam turistas, como, por exemplo, não cobrar por fotos, ter hábitos higiênicos similares aos visitantes, trabalhar mais, entre outros aspectos.

Além do fato de não levarem em consideração as especificidades socioculturais que levavam os indígenas a seguir esses padrões, os turistas buscavam, desse modo, uma padronização do turismo não condizente com a expectativa de encontrar uma aldeia típica, habitada por indígenas “autênticos”. Essa situação gera algumas atitudes por parte dos indígenas. No caso dos Sateré-Mawé (SANTOS, 2010), as reificações dos turistas geraram desconfortos na vida dos indígenas, principalmente quando se iniciaram as visitas, uma vez que os espaços “não poderiam” demonstrar nenhum aspecto de modernidade ou mudança cultural. Santos (2010) constatou que até mesmo fraldas, brinquedos e carrinhos de passeio das crianças eram ocultados, para evitar questionamentos por parte dos visitantes e porque os guias aconselhavam a fazê-lo.

Porém, não apenas pessoas que vivem distantes dessas comunidades têm esse estereótipo. Baggio (2007) constatou, ao entrevistar um dos caciques da TI Manguairinha, que pessoas da própria região não conheciam esses indígenas e imaginavam que eles vivessem nus, utilizando apenas adornos de pena. Isso demonstra que há certo desconhecimento, por parte da população brasileira como um todo, seja acerca do modo de vida atual nas comunidades indígenas, seja sobre as diferenças entre as etnias indígenas.

Pode-se perceber que os próprios indígenas, por vezes, consideram essas mudanças como algo positivo. Um indígena entrevistado por Baggio (2007) disse que, por meio da divulgação da comunidade com a atividade turística, os Kaingang poderiam mostrar à população, em geral, que o “índio já conseguiu melhorar”, ao se referir ao fato de não viverem como os indígenas do imaginário turístico.

Ainda sobre esse fato, e sobre os Kaingang, um dos entrevistados por Baggio (2007) comentou que, no início das operações turísticas na TI Manguairinha, houve certa estranheza por parte dos visitantes, bem como preconceito por parte dos

familiares (como, pro exemplo, pais de alunos que ficavam receosos ao saber que seus filhos visitariam uma comunidade indígena). Esse fato reforça a perspectiva de que há desconhecimento por parte da população brasileira, e esse desconhecimento gera um pré-conceito. E pode-se dizer que, tratando-se de conceito pré-formulado de maneira negativa, possivelmente as pessoas não visitarão comunidades indígenas.

Santos (2010), por sua vez, averiguou que, apesar de a visita não durar mais do que duas horas, os turistas, unanimemente, agradeceram pela oportunidade de estar visitando os Sateré-Mawé, deixando a impressão de que estavam satisfeitos com a experiência.

Apesar de, aparentemente, serem a visão e o comportamento do turista os principais balizadores da relação entre visitantes e visitados, não se pode deixar de mencionar a opinião que os membros da comunidade receptora têm sobre os turistas. Os Pataxó da Barra Velha, por exemplo, dizem ter satisfação em serem visitados; entretanto, por vezes, afirmavam a Grünewald (1999) que os turistas eram bons apenas porque compravam suas peças de artesanato, ou seja, seu dinheiro era mais visado do que sua presença de fato.

Não se pode negar, analisado a tese de Grünewald (1999) e de Neves (2012), o caráter comercial da relação entre os Pataxó e os visitantes. Esse mesmo sentimento foi identificado na RI de Dourados, onde um dos entrevistados por Nunes (2006) afirmou que o turismo só era bom porque dava dinheiro. Pode-se inferir, então, que, para esse sujeito, os turistas seriam totalmente dispensáveis, caso não contribuíssem para sua geração de renda.

Essa situação não difere muito da vivida na aldeia Puiwa Poho, estudada pela pesquisadora anteriormente mencionada. Essa aldeia, planejada e implementada visando exclusivamente ao atendimento a turistas, se constitui em uma espécie de “parque temático indígena”; no entanto, o maior diferencial – e, nesse caso, um diferencial negativo – refere-se ao fato de esse empreendimento ser privado e pertencer a um empresário não indígena, que transforma os indígenas em “espetáculos vivos”.

No caso dos Kaingang de Iraí, como já abordado, os membros da comunidade se mostraram conscientes do medo que afligia os visitantes. Por essa razão, esses indígenas classificaram como positiva a visita daqueles que desciam dos automóveis, pois assim não se sentiam tratados como animais em um zoológico,

e também podiam conversar com esses visitantes e falar sobre o artesanato, a terra, a cultura, conforme relato de Lac (2005). Essa investigadora aponta que o que os Kaingang estavam buscando, com a atividade turística, era o respeito a sua cultura e a seu povo, o reconhecimento étnico. Também almejavam ter voz – “o turismo é a nossa arma”, como ressaltado por um de seus entrevistados. Assim, supõe-se que, para esse respeito ser desenvolvido, é imprescindível, antes de tudo, o diálogo, e é isso que os Kaingang demonstraram desejar.

Na TI Mangueirinha se expressou a mesma expectativa, sendo afirmado que o conhecimento poderia levar ao respeito e que o turismo avivaria a possibilidade de visitados e visitantes realizarem um intercâmbio, o que, na visão de um dos entrevistados, seria algo positivo (BAGGIO, 2007).

A satisfação com o intercâmbio também foi constatada por Jesus (2012). Um visitante entrevistado por esse pesquisador afirmou ter percebido que os indígenas gostavam da presença de não indígenas, pois era um modo de realizar intercâmbio e que, aparentemente, viver isolados não era algo positivo para os Kadiwéu. Um indígena entrevistado por esse pesquisador afirmou que gostaria muito de receber turistas, o que já havia feito, e que o turismo seria algo benéfico para as mulheres artesãs.

Também há regras a serem seguidas pelos turistas, como aponta Leandro (2011). Para os Paiter-Surui, era essencial que os visitantes adotassem uma determinada postura, como não jogar lixo em lugares indevidos e não entrar com drogas, bebidas alcoólicas ou armas na comunidade. Pode-se afirmar que as regras impostas pelas comunidades devem ser cumpridas; caso contrário, haverá irritação por parte dos visitados, podendo gerar descontentamento com a atividade turística como um todo.

Há também comportamentos que, apesar de não serem proibidos, geram desconforto aos visitados, como é o caso dos Pataxó da Coroa Vermelha, que se sentiam constrangidos com o avanço dos turistas em direção à aldeia (saindo do espaço do Parque Indígena e se aproximando das moradias), situação em que os indígenas tratavam de indicar-lhes o caminho de volta, além de cercarem os visitantes de olhares curiosos ou reprovadores (NEVES, 2012). Uma das razões dessa reprovação, como afirmado por um entrevistado, é que alguns visitantes abordavam as mulheres Pataxó com perspectiva sexual; outros ingeriam bebidas alcoólicas ou usavam drogas na presença de crianças, atitudes reprovadas pela

comunidade. Portanto, infere-se que a relação harmoniosa entre visitantes e visitados e o grau de satisfação da comunidade receptora com a atividade turística estão intrinsicamente relacionados ao respeito às regras e à cultura dos visitados.

Quanto à relação entre os indígenas e os visitantes, salienta-se, assim como abordado por Baggio (2007) sobre os indígenas da TI Mangueirinha, que os indígenas interagem de modo bastante intenso com não indígenas e que, por isso, a relação com os visitantes não trazia estranheza de sua parte; ao contrário, se alguma estranheza ocorresse, ela se dava por parte do visitante, em função de seu imaginário e das expectativas em relação à comunidade visitada.

Por fim, há também o contato do visitante com o não indígena, geralmente como guias de turismo. Esses agentes intermediários são importantes para o entendimento da dinâmica sociocultural local; porém, eles podem passar uma imagem errônea dos indígenas, o que reforçaria o preconceito. Um exemplo disso são os guias que acompanham os visitantes na RI de Dourados. Segundo Nunes (2006), os guias recebem instruções básicas e não muito precisas sobre as etnias que habitam essa RI e, por essa razão, não são capazes de transmitir a essência de sua cultura.

Nesse aspecto, também se pode tomar como exemplo o que ocorre na aldeia Marçal de Souza também. Durante as visitas ao Memorial da Cultura Indígena, perde-se a oportunidade de serem explicadas as causas e as problemáticas indígenas, bem como de promover o intercâmbio cultural, uma vez que os monitores não são indígenas, segundo pesquisa de Lacerda (2004). Para esse pesquisador, seria preciso integrar os visitantes e os Terena para promover efetivamente o conhecimento e, conseqüentemente, o respeito à cultura desse povo; por isso, tanto a comunidade quanto os interlocutores deveriam ser preparados para essa integração.

Neves (2012), por sua vez, relata que os guias da CVC – operadora e agência turística com expressiva inserção no mercado nacional – que acompanhavam turistas ao Centro de Artesanato dos Pataxó em Coroa Vermelha aconselhavam os turistas a não comprar artesanato lá, justificando se tratar de artigos de baixa qualidade.

Há, nesses casos, um distanciamento entre visitantes e visitados. Porém, em outros casos, ocorre o contrário. Em Olivença, a interação entre os Tupinambá e os turistas era inevitável, pois, além das manifestações públicas organizadas por esses

indígenas, alguns deles trabalhavam e praticavam atividades de lazer nos mesmos locais visitados pelos turistas (RAMOS, 2006). Neste último caso, há uma relação não mercadológica, o que, possivelmente, facilita diálogo para ambas as partes.

7.2.2 A relação entre visitados e demais atores

A partir das análises realizadas, verificou-se que, além da relação entre as comunidades indígenas e os visitantes, outras relações devem ser ressaltadas, uma vez que elas impactam tanto ou mais que os turistas nas mudanças socioculturais: o poder público, o empresariado e a população local.

Com relação ao poder público, toma-se a liberdade de afirmar que impactam mais por ser ele um agente regulador, um potencial promotor de mudanças positivas ou negativas e por ter sob sua responsabilidade, por motivos diversos, o bem-estar das populações indígenas.

No caso da iniciativa privada, depende deles, por vezes, o sucesso do desenvolvimento turístico nas comunidades indígenas; porém, não raro, ocorrem conflitos territoriais entre esses atores e a comunidade indígena.

E, por último, mas não menos importante, está a população local, que impacta tanto quanto os visitantes, com a diferença de estar continuamente presente na vida dos indígenas, e, teoricamente, manter com estes uma relação mais estreita do que aquela mantida pelos turistas.

Entende-se pertinente apresentarem-se alguns fatos expressivos a respeito desse assunto verificados na análise. Primeiramente, percebeu-se que o tipo da relação dos indígenas com o poder público local depende da característica de cada povo. Um dos prefeitos entrevistados por Baggio (2007) afirmou que os Guarani M'bya são bastante reservados, não interagem com não indígenas e apresentam reservas até mesmo para procurar os serviços públicos essenciais. Já os Kaingang mantêm relações abertas e interagem com a comunidade local e, conseqüentemente, com o poder público.

Em segundo lugar, já adentrando a atividade turística, por vezes, a relação entre indígenas e o poder público é conflituosa. Em Santa Cruz Cabrália e em Porto Seguro, as gestões atuantes quando da pesquisa de Grünewald (1999) não

enquadravam os Pataxó como atração turística, exceto pela venda de *souvenirs*. Também não havia nenhum plano ou projeto em que constassem as comunidades Pataxó como referencial histórico ou atração cultural.

Outras vezes, o poder público desejava promover os indígenas, mas de modo errôneo. Lac (2005) constatou, mediante um relato, que, quando os Kaingang de Iraí viviam ao lado do balneário, o então prefeito sugeriu cercar a comunidade, que os indígenas se mantivessem o mais “tradicional” possível e cobrassem pela entrada de visitantes, tratamento esse que, para o entrevistado, se assemelhou ao dispesado a animais de um zoológico.

Em outros casos, o poder público age em prol das comunidades indígenas, mas o planejamento é feito, por vezes, com a participação mínima ou sem a participação dos indígenas. Foi o que ocorreu com a RI de Dourado. Conforme relata Nunes (2006), a Seictur teve intenção de desencadear parcerias para elaboração de pesquisas sobre a cultura indígena, bem como de criar condições necessárias para a valorização e para a divulgação das tradições culturais – isso tudo conscientes de que se poderia causar impactos na RI. No entanto, não ocorreu uma consulta “real” aos indígenas, edificando dois grupos: os não indígenas “competentes” que podem impor suas leis para o “bem” dos indígenas e, por outro lado, os indígenas “incompetentes” que devem se sujeitar a tais regras. Nesse processo, alguns indígenas não compreenderam o projeto Guateka, se sentiram excluídos e começaram a expressar o descontentamento com o projeto.

Outra relação conflituosa é dos indígenas com a iniciativa privada, turística ou não. Por vezes, algumas empresas turísticas ignoram a existência de indígenas; outras respeitam os indígenas e recomendam o passeio; e há ainda as que causam indignação nos indígenas, como constatou Grünwald (1999), a respeito de um proprietário de casa de espetáculo interessado em colocar mulheres Pataxó para dançar seminuas. Também há empresas que “se apropriam” dos indígenas como se fossem um atrativo seu, assim como identificou Lac (2005) acerca de hotéis de Iraí que levavam os turistas à comunidade como se fossem donos dela.

Contudo, consideram-se mais impactantes os casos em que os funcionários de empresas turísticas incitam o preconceito. Nunes (2006) verificou que era comum se obter informações acerca da RI de Dourados nos hotéis da cidade. No entanto, as informações eram, geralmente, negativas, apontando os indígenas como bravos, bêbados, sujos, como pessoas que viviam em condições desumanas, entre outros

aspectos negativos. Havia também acusações de crimes, como estupro de mulheres não indígenas. Quanto a isso, uma pessoa ligada ao projeto Guateka afirmou que, apesar da crença de que a redução de turistas em Dourados era devida à falta de infraestrutura, a manutenção da imagem negativa dos indígenas contribuiu significativamente para isso.

Observa-se ainda o fato de haver empresas que se constituem uma ameaça às comunidades indígenas, por monopolizarem a gestão do turismo, como é o caso da CVC em Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, segundo constatou Neves (2012).

Lustosa (2012) relata uma relação mais conflituosa, que aqui se entende como resultado da especulação imobiliária (ainda que visando, em parte, ao turismo), e não do turismo em si. O autor menciona que o empreendimento Nova Atlântica – Cidade Turística, Residencial e de Serviços LT, além da constante busca pela ocupação da TI e da insistência em afirmar a não existência de indígenas na região, conta com fazendas de camarões dentro da TI Tremembé de São José e Buriti. Ainda que pareça impactar mais no âmbito ambiental, isso prejudicava as práticas tradicionais dos Tremembé, como a pesca do caranguejo, uma vez que o local de pesca (mangue) estava privatizado. Também houve interferência no trabalho da roça e na caça, que se encontrava escassa (LUSTOSA, 2012).

Os Jenipapo-Kanindé, apesar de terem superado o conflito territorial outrora existente, são afligidos, primeiramente, pela oposição do empresariado cearense, que nega sua existência, tal qual ocorreu com outros grupos indígenas do nordeste. Em segundo lugar, foram vítimas do uso indevido da água da Lagoa da Encantada pela empresa Pecém Agroindustrial. Nesse caso, conforme relata Lustosa (2012), além da degradação ambiental, o ecossistema é fundamental para a etnia, pois está relacionado à segurança alimentar, à identidade cultural e ao cotidiano dos Jenipapo-Kanindé. Portanto, infere-se que, por vezes, o impacto causado por empresas – turísticas ou não – são mais graves do que os potenciais impactos causados pelos visitantes.

Por fim, menciona-se a relação dos indígenas com a população local. Grünwald (1999) expõe que, em Santa Cruz Cabralia, os moradores “nativos” tinham uma postura ofensiva em relação aos Pataxó da Coroa Vermelha; a população carente da região não aceitava o fato de os indígenas terem proteção especial do Estado, acusavam-nos de práticas inadequadas, como alcoolismo, corrupção, uso de drogas, entre outras. Porém, não apenas a camada menos

favorecida economicamente tinha um conceito negativo dos indígenas; os empresários ligados aos setores imobiliário, fundiário e comercial acusavam os Pataxó de serem “misturados aos brancos”. Além disso, havia discriminação em relação às crianças, no colégio local. Havia, conforme Grunewald (1999), uma “discriminação velada” contra os alunos indígenas. Conseguir um trabalho também se tornava difícil, e comumente os moradores de Coroa Vermelha, indígenas ou não, mentiam dizendo ser de Santa Cruz Cabralia para não serem discriminados, como indígenas.

O preconceito também foi relatado a Santos (2010) por uma jovem indígena, que relatou ter ouvido piadas referentes ao fato de ser indígena; porém, a entrevistada afirmou que todos tinham orgulho de ser Sateré-Mawé.

Ainda sobre os Pataxó, os não indígenas não outorgavam legitimidade a projetos turísticos indígenas, não considerando os indígenas atrativos, e, segundo um comerciante não indígena entrevistado por Grunewald (1999), o único nicho aceitável seria o turismo sexual com meninas Pataxó, ideia que, segundo o pesquisador, era corroborada pela população, uma vez que a prática da prostituição era regular entre as adolescentes da região.

No caso do bairro Marçal de Souza, a localidade não era conhecida pelos habitantes de Campo Grande por esse nome, mas sim como “bairro onde moram os índios”, promovendo, assim a ideia de uma espécie de gueto, um espaço caracterizado pela ocupação de uma população “diferenciada” (LACERDA, 2004).

Em relação a essas comunidades inseridas em um centro urbano, há o senso comum de que os indígenas que vivem nesse espaço “não são mais índios”. Em Dourados, estudiosos e moradores se preocupavam com o fato da RI de Dourados ser próxima à cidade e se isso tornaria possível a preservação cultural (NUNES, 2006). Essa ideia parece estar ancorada no mito de que indígena deve viver em meio à mata, pescando e caçando.

No caso dos Kaingang de Iraí, Lac (2005) constatou que os moradores do município lembravam saudosamente do tempo em que esses indígenas moravam ao lado do balneário e que foram criados juntos. Segundo a pesquisadora, a sociabilidade da comunidade Kaingang era mais intensa com moradores da zona rural e com a camada menos favorecida economicamente, pois, além da proximidade física dos territórios, eles frequentavam os mesmos espaços, inclusive bailes e jogos de futebol na TI. No entanto, não havia um interesse pela história e

pela cultura dos Kaingang. Poucos moradores conheciam a história do município, menos ainda se interessavam em conhecer os indígenas, mesmo quando estes se mostravam dispostos a realizar apresentações gratuitas para as escolas do município (LAC, 2005).

Assim, pode-se constatar que a relação entre as comunidades indígenas e a população não indígena, principalmente dos municípios onde seus territórios estão inseridos, é bastante acentuada; em alguns casos, tendo espaço expressivo certo preconceito, mas, em outros, uma relação de amizade.

8 CONCLUSÃO

Ao abordar as relações entre visitantes e visitados no turismo, especificamente quando envolvem alguma comunidade indígena, é possível verificar que se trata de um tema delicado, que instiga reflexões. O cerne das relações, e seus possíveis impactos, está pautado na cultura e identidade das sociedades. No caso do turismo envolvendo comunidades indígenas, esse aspecto se sobressai, uma vez que, de um lado, tem-se as comunidades indígenas, sociedades tribais, e, de outro, os visitantes, que, generalizando, são parte de sociedades capitalistas (GIDDENS, 2003).

Além disso, as sociedades, ou comunidades, podem ter diferentes culturas e, novamente no caso das comunidades indígenas e seus visitantes, essa realidade tende a ser recorrente. Tem-se, nesse caso, a distinção, ou seja, a mesma cultura que une como meio de comunicação entre os povos os afasta como instrumento de distinção (BOURDIEU, 1989).

Por outro lado, a cultura é dinâmica e contínua, estando em constante modificação, por meio da assimilação de novos traços culturais ou abandono de traços culturais antigos, seja por descobertas e invenções endógenas, seja por interiorização de traços alheios no contato com outros grupos culturais. Sendo assim, a cultura não é vivenciada passivamente por aqueles que a herdaram; ela é uma produção histórica pautada nas relações sociais (BURNS, 2002; MARCONI; PRESOTTO, 1987; CUCHE, 1999; CLAVAL, 2014). Quanto à identidade, assume-se a mesma lógica: ela é reinventada quando a falta de inteireza é preenchida a partir do exterior, pelos modos como os indivíduos imaginam serem vistos pelos demais.

Tem-se, então, um dilema: as mudanças culturais *versus* a autenticidade. Com a presente pesquisa, foi possível compreender que as relações entre visitantes e visitados permeia essa dualidade. Verificou-se que tais relações são complexas e, por vezes, ambíguas. No entanto, assim como percebido no estudo de Grünewald (1999), mesmo que ocorram mudanças culturais, as culturas continuam sendo originais, uma vez que estas são essencialmente dinâmicas e que as alterações sofridas são parte de um processo natural de modificação.

Averiguou-se que os impactos – uma série de modificações ou eventos provocados pelo processo de desenvolvimento da atividade turística em

determinada localidade, segundo Ruschmann (1997) – são, por vezes, atribuídos exclusivamente ao desenvolvimento da atividade turística. Para alguns estudiosos, o cerne dos impactos é a mercantilização da cultura. Essa mercantilização e o próprio contato entre diferentes culturas ocasionariam impactos socioculturais negativos, como despersonalização e espetacularização da cultura, modernização cultural e abandono de tradições, destruição do exotismo, aculturação e, inclusive, alteração na moralidade (prostituição, abuso de drogas, alcoolismo, criminalidade, entre outros).

No entanto, é preciso se ater ao fato de que o desenvolvimento da atividade turística, com destaque aos “novos turismos”, também gera impactos positivos, tais como proteção da cultura local, compreensão e intercâmbio cultural, valorização do acervo patrimonial comunitário, fortalecimento da etnicidade e orgulho cultural, intensificação cultural (despertar étnico), enriquecimento da cultura tradicional, reconstrução das identidades locais, entre outros.

Outras duas questões devem ser levadas em consideração. A primeira é que, conforme pôde ser percebido com a análise bibliográfica, os impactos negativos não resultam, necessariamente, do contato entre culturas. Eles se intensificam à medida que o turismo se desenvolve e que se intensifica a presença de forasteiros numa comunidade receptora (GRABURN, 1989; RUSCHMANN, 1997). Assim, quanto mais desenvolvido turisticamente for um destino, maior a probabilidade de que os impactos negativos se sobressaiam, o que ainda não parece ser uma realidade nas comunidades indígenas do Brasil, uma vez que o turismo realizado nesses espaços é insipiente, não se caracterizando como massificado.

A segunda questão que pôde ser percebida com a pesquisa é que, assim como destaca Burns (2002), ao turismo, como um fenômeno econômico e cultural, é facilmente atribuída a “culpa” por quaisquer mudanças nas comunidades, principalmente as de caráter socioculturais. Porém, não apenas turistas e atores do turismo são agentes de mudanças; há outros que podem contribuir para que elas ocorram, como comerciantes, educadores e agentes do governo (NASH, 1989).

Pautada nesse tema, na presente investigação, buscou-se averiguar como é retratado, nas teses e dissertações, o turismo envolvendo comunidades indígenas brasileiras, com ênfase nas relações e nos impactos socioculturais. Em função disso, algumas hipóteses foram preestabelecidas, das quais algumas foram confirmadas, mas outras foram refutadas.

A hipótese de que “é limitado o número de pesquisas sobre o turismo étnico indígena e o turismo em áreas indígenas no Brasil, e de que as pesquisas existentes foram desenvolvidas em áreas do conhecimento que não a do Turismo, pautadas, principalmente, em teorias relacionadas ao campo da Geografia e da Antropologia, cuja abordagem enfoca a dinamicidade da cultura ou o processo de gestão territorial” foi comprovada, assim como pode ser visto no Capítulo 2, uma vez que, somadas, as áreas da Geografia e da Antropologia representam mais de dois terços das pesquisas, e as demais, apesar de não terem sido desenvolvidas em Programas de Pós-Graduação dessas áreas, baseiam-se em teoria ou conceitos advindos delas. Isso demonstra, inclusive, a importância desses dois campos de estudo para a construção do conhecimento no turismo.

A hipótese de que “não há consenso quanto ao modo de gestão ou ao segmento desenvolvido nas áreas estudadas, sendo o turismo em áreas indígenas comumente caracterizado pelos pesquisadores como ‘turismo indígena’, sem maior reflexão teoricamente embasada sobre o significado desse termo” também foi confirmada, segundo pode ser visto no Capítulo 4. Percebeu-se que a conceituação mostrou-se relevante em algumas pesquisas, mas quase dispensável em outras, a ponto de praticamente não serem mencionados conceito, segmento ou tipo de gestão turística.

A seguinte hipótese, de que “ocorrem mudanças socioculturais por razão do desenvolvimento turístico; no entanto, outros agentes são tão impactantes quanto essa atividade, sendo os principais agentes de mudanças o poder público, a mídia e os grandes empreendimentos, com ênfase para o setor imobiliário” também foi confirmada, como pode ser constatado no Capítulo 7. Apesar de, no Capítulo 6, perceber-se uma inclinação, na literatura, para os impactos ocasionados pelo desenvolvimento turístico, compreende-se ser necessário o desenvolvimento de pesquisas, no Turismo, que contestem a ideia de que as mudanças são geradas unicamente, ou principalmente, por conta da atividade turística. Com a pesquisa, tomou-se conhecimento de alguns agentes de mudança que não foram sequer cogitados, como é o caso das igrejas inseridas nas áreas indígenas, que ocasionam mudanças, principalmente no que diz respeito às cerimônias ritualistas e à pajelança.

Já a hipótese de que “os pesquisadores, em sua maioria, assumem uma postura de crítica em relação ao turismo étnico indígena e ao turismo em áreas

indígenas, no sentido de acreditarem que os impactos ditos negativos decorrentes da relação entre visitantes e visitados são mais expressivos que os impactos positivos” foi refutada. Como pode ser visto no Capítulo 6, os pesquisadores expõem os fatores positivos e negativos do desenvolvimento turístico, seja genericamente, seja baseando-se na realidade das comunidades estudadas. No entanto, nenhum pesquisador mostrou assumir uma postura de crítica com respeito à atividade, mesmo quando os projetos turísticos não haviam sido concretizados ou planejados corretamente. Percebeu-se, outrossim, a ciência, por parte desses pesquisadores, de que a cultura é dinâmica e que as alterações socioculturais podem ser vistas de modo negativo ou não, dependendo da perspectiva que se toma na análise dos fatos.

A última hipótese elencada, “a maioria dos pesquisadores constataram em suas pesquisas que a relação entre as comunidades indígenas e os demais agentes era marcada por conflitos de diferentes magnitudes, relacionados, principalmente, a questões territoriais” foi parcialmente confirmada. Embora haja conflitos e apesar de estes serem principalmente, mas não exclusivamente, relacionados à questão territorial – pelo que pôde ser percebido nas análises –, determinadas relações não eram marcadas por conflitos. Algumas gestões, geralmente municipais, se mostram não favoráveis às questões indígenas; outras, porém, eram favoráveis e auxiliavam os indígenas, inclusive no âmbito turístico.

O mesmo ocorre com a iniciativa privada, nesse caso do setor turístico. Em alguns lugares, a parceria entre a iniciativa privada (hotéis e agências de viagens) e as comunidades indígenas é mais forte do que em outros; porém, não pode ser considerada, em nenhum dos casos, uma relação marcada por conflitos.

No que diz respeito à população não indígena local, a relação também não chegava a ser conflitiva. Embora ocorressem casos de preconceito e a população não indígena acreditasse, por vezes, que as comunidades indígenas não fossem mais “índios autênticos”, na maioria dos casos, aparentemente, havia certa harmonia nas relações estabelecidas entre eles. Não se deve deixar de mencionar que essas relações contribuem para as alterações socioculturais, podendo-se inferir que as alterações socioculturais se dão tanto nas relações harmoniosas quanto nas conflituosas.

Desse modo, com a presente pesquisa, considera-se que foi possível traçar um panorama do turismo em áreas indígenas e turismo étnico indígena, no Brasil,

que teve importância para quebrar paradigmas pessoais; porém, o maior intuito foi o de contribuir para a produção de conhecimento no Turismo. Ainda que a base científica do Turismo esteja em processo de avanço, como destacado por Jafari (1994), e que, no Brasil, os estudos nessa área também estejam evoluindo de forma análoga ao processo de “cientificidade” que já ocorreu com outras disciplinas (REJOWSKI, 2001), tem-se como afirmar que esse processo encontra-se ainda em estágio inicial no país. Assim, percebeu-se que, no que tange às pesquisas sobre o turismo envolvendo comunidades indígenas no Brasil, ainda se faz necessário estimular uma maior produção científica por estudiosos do turismo e, principalmente, em Programas de Pós-Graduação em Turismo.

Apesar do desafio e da complexidade da análise realizada, ao final da pesquisa, compreendeu-se que algumas ações poderiam contribuir para um maior aprofundamento do estudo proposto, mas não foram realizadas por conta do tempo escasso ou da impossibilidade da realização, tais como: a utilização de relatos dos próprios autores das teses e dissertações; o uso paralelo de outras fontes de informação acerca das comunidades; e a própria comparação com a situação atual. Verificou-se a relevância desta última ação ao serem confrontados os fatos relatados sobre os Pataxó de Coroa Vermelha, por Rodrigo de Azeredo Grunewald, que finalizou sua tese em 1999, e os apresentados por Sandro Campos Neves, que finalizou a pesquisa em 2012. Algumas situações relatadas pelo primeiro pesquisador já haviam sofrido alterações quando Neves (2012) realizou sua pesquisa, demonstrando que, assim como qualquer outro destino, os “destinos indígenas” também passam por diversas fases, melhorias, perdas e sofrem constantes alterações internas. Esses e outros pontos não abordados ou não aprofundados neste estudo podem constituir temas de pesquisas futuras.

Com isso, finaliza-se a presente dissertação não com uma conclusão definitiva, mas com mais dúvidas e inquietações sobre a complexidade da relação entre o turismo e os indígenas do que aquelas que se colocavam no início da pesquisa, que poderão também servir de motivação para a retomada do tema em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

AIRES, J. D. M.; FORTES, L. O Modelo Irridex de Doxey: breves considerações acerca de sua aplicação em Ponta Negra (Natal-RN). **Revista Iberoamericana de Turismo**, Penedo, v. 1, n. 1, p. 23-33, 2011. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/233/180>>. Acesso em: 04/09/2014.

ARAUJO, G. P. de; GELBCKE, D. L. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 10, n. 3, p. 358-377, set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/770/625>>. Acesso em: 01/04/2014.

ARCHER, B.; COOPER, C.; RUHANEN, L. The positive and negative impacts of tourism. In: THEOBALD, W. F. (Ed.). **Global Tourism**. 3. ed. Burlington, Estados Unidos da América: Elsevier Science, 2005. p. 79-102.

ASPELIN, P. L. The anthropological analysis of tourism: indirect tourism and political economy in the case of the Mamainde of Mato Grosso, Brazil. **Annals of Tourism Research**, v. 4, n. 3, p. 135–160, jan./fev. 1977. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738377900056>>. Acesso em: 05/09/2014.

BAGGIO, A. J. **Ecoturismo**: alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha, PR. 178 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa (PR), 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp043493.pdf>>. Acesso em: 04/07/2014.

BAHL, M. Conteúdos culturais e naturais em roteiros turísticos *versus* artificialismo induzido. In: BAH, M. (Org.). **Turismo**: enfoques teóricos e práticos. São Paulo: Roca, 2003. p. 141-148.

_____. Dimensão cultural do turismo étnico. In: PANOSSO NETTO, A.; ANSARAH, M. G. dos R. (Ed.). **Segmentação do mercado turístico**. Barueri: Manole, 2009, p. 121-140.

BANDUCCI JR; A. Antropologia e turismo no Brasil: um estudo preliminar. In: BANDUCCI JR., A.; BARRETTO, M. (Org.). **Turismo e identidade local**: uma visão antropológica. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2006. p. 21-48. (Coleção Turismo).

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Aniero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2000. (Coleção Turismo).

_____. Turismo étnico y tradiciones inventadas. In: SANTANA TALAVERA, A.; PRATS CANALS, L. (Coord.). **El encuentro del turismo con el patrimonio**

cultural: concepciones teóricas y modelos de aplicación. Sevilla. FAAEE- Fundación El Monte, p. 39-56, 2005. Disponível em: <<http://sgpwe.izt.uam.mx/files/users/uami/mcheca/GEOPATRIMONIO/LECTURA3H.pdf>>. Acesso em: 10/05/2014.

_____. Relações entre visitantes e visitados: nem anfitriões nem convidados. In: REUNIÃO BRASILEIRA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 25, 2006, Goiânia. **Anais...Goiânia**, 2006.

_____. **Turismo y cultura:** relaciones, contradicciones y expectativas. Tenerife, Espanha: ACA/PASOS/RTPC, 2007. Disponível em: <http://issuu.com/pasosonline/docs/psedita1_1>. Acesso em: 25/05/2014.

_____; SANTOS, R. J. dos. Fazer científico em turismo no Brasil e seu reflexo nas publicações. **Turismo – Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 7, n. 2, p. 357-364, ago. 2005. Disponível em: <<http://www6.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/531/458>>. Acesso em: 04/07/2014.

BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade:** seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Trad. Elcio Fernandes. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2011. p.187-227.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W., GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. 3. ed. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas. In: _____. **Investigação qualitativa em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto, 1994, p. 15-80.

BOISSEVAN, J. Rituales ocultos. Protegiendo la cultura de la mirada turística. Trad. Ramón Hernandez Armas. **Pasos - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 3, n. 2, p. 217-228, 2005. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/3205/PS010205.pdf>>. Acesso em: 25/05/2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANDÃO, C. N. **Turismo em Terras Indígenas como fator de desenvolvimento local sustentável:** estudo de caso nas comunidades indígenas de Roraima. 158 p. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas/SP, São Paulo. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10293/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Mestrado_Final_Versio_n_2012.pdf?sequence=1>. Acesso em: 04/07/2014.

_____.; BARBIERI, J. C.; REYES JUNIOR, E.; JOÃO, C. de M. Análise da produção científica internacional sobre turismo indígena de 1990 a 2013: um estudo bibliométrico e proposição de uma agenda de pesquisa. **Revista Pasos**, v. 12, n. 4. p. 673-684, 2014.

BRASIL. **Lei n. 6.001, de 19 de dezembro de 1973** (1973, 21 de dezembro). Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm>. Acesso em: 28/03/2014.

_____. **Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996** (1996, 9 de janeiro). Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm>. Acesso em: 28/01/2015.

_____. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo: marcos conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2006. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 06/09/2014.

_____. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 06/09/2014.

_____. **Decreto nº 7.747, de 5 de junho de 2012** (2012, 6 de junho). Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI, e dá outras providências. Diário Oficial da União, seção 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm>. Acesso em: 28/01/2015.

BURNS, P. M. **Turismo e antropologia: uma introdução**. Trad. Dayse Batista. São Paulo: Chronos, 2002. (Coleção Tours).

BUTLER, R. W. The concept of a tourist area cycle of evolution: implications for management of resources. **The Canadian Geographer**, v. 24, n. 1, p. 5-12, mar. 1980. Disponível em: <<http://aaronluman.com/articles/CycleOfEvolution.pdf>>. Acesso em: 25/05/2014.

CALEFFI, P. “O que é ser índio hoje?” A questão indígena na América Latina/Brasil no início do Século XXI. **Diálogos Latinoamericanos**, Aarhus, Dinamarca, n. 7, p. 20-42, 2003. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/23103_Cached.pdf>. Acesso em: 01/04/2014.

CAMPOS, M. V. O turismo como instrumento benéfico às populações indígenas. **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, La Laguna, v. 5, n. 2, p. 267-273, 2007. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/5207/PS100207.pdf>>. Acesso em: 30/03/2014.

CAPES - COOPERAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Banco de teses**. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/component/content/article?id=2164>>. Acesso em: 26/07/2014.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto Contexto Enferm.**, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684,

out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17>>. Acesso em: 26/07/2014.

CHAVES, R. P. R. O turismo étnico em comunidades indígenas n Brasil: a Reserva Pataxó da Jaqueira e o Parque Indígena do Xingu. In: ASENSIO, R. H.; PÉREZ GALÁN, B. (Ed.). **El turismo es cosa de pobre?** Patrimonio cultural, pueblos indígenas y nuevas formas de turismo en América Latina. Coleccion PASOS edita, n. 4. Tenerife, p. 115-129, 2012. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEedita8.pdf>>. Acesso em: 01/04/2014.

CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 4. ed. Trad. Luís Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. Florianópolis: UFSC, 2014.

COBO, J. M. **Study of the problem of discrimination against indigenous populations**. United Nation: 1981. Disponível em: <<http://undesadspd.org/IndigenousPeoples/LibraryDocuments/Mart%C3%ADnezCoboStudy.aspx>>. Acesso em: 20/11/2014.

COHEN, A. P. **The symbolic construction of community**. Londres: Routledge, 1985.

CORBARI, S. D.; BAHL, M.; SOUZA, S. R. A Semana Cultural Indígena da comunidade de Tekohá Ocoy, São Miguel Do Iguaçu, Paraná (Brasil) como meio de divulgação e valorização sociocultural. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE TURISMO DO IGUASSU, 8, 2014, Foz do Iguaçu. **Anais...**, Foz do Iguaçu, 2014. p. 1-20.

_____.; GOMES, B. M. A.; BAHL, M. Os povos indígenas e o turismo: um enfoque no estado do Paraná (Brasil). In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 10, 2013, Caxias do Sul. **Anais...** São Paulo: Aleph, 2013. S. p. Disponível em: <[http://www.anptur.org.br/novo_portal/admin/portal_anpur/anais/arquivos/pdf/\[84\]x_a nptur_2013.pdf](http://www.anptur.org.br/novo_portal/admin/portal_anpur/anais/arquivos/pdf/[84]x_a nptur_2013.pdf)>. Acesso em: 28/01/2015.

COSTA, F. R. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**. São Paulo: SENAC, 2009.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.

DARBELLAY, F.; STOCK, M. Tourism as complex interdisciplinary research object. **Annals of Tourism Research**, v. 39, n. 1, p. 441-458, 2012. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738311001149>>. Acesso em: 15/07/2014.

DAVIES, B. The role of quantitative and qualitative research in industrial studies of tourism. **The International Journal of Tourism Research**, v. 5, n. 2, p. 97-111, mar./abr. 2003. Disponível em; <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jtr.425/abstract>>. Acesso em: 26/07/2014.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC/USP, 2001.

DOXEY, G. V. A causation theory of visitor-resident irritants: methodology and research inferences. **Proceedings of the travel research association anual conference**, 6. San Diego, Estados Unidos: Travel Research Association, 1975. S.p.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ESMAN, M. R. Tourism as ethnic preservation: the Cajuns of Louisiana. **Annals of Tourism Research**, v. 11, n. 3, p. 451-467, 1984. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738384900318>>. Acesso em: 25/05/2014.

FAULKNER, B; TIDSWELL, C. A framework for monitoring community impacts of tourism. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 5, n. 1, p. 3-28, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/09669589708667272>>. Acesso em: 25/05/2014.

FARIA, I. F. de. Ecoturismo: etnodesenvolvimento e inclusão social no Amazonas. **Pasos Online**, Tenerife, v. 3, n. 1, p. 63-77. 2005. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/3105/PS040105.pdf>>. Acesso em: 28/03/2014.

_____. **Ecoturismo indígena – território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia**. 204 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8135/tde-17022011-095412/pt-br.php>>. Acesso em: 30/03/2014.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2009a.

_____. Sobre este livro. In: ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Trad. José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009b. p. 13-14. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. Os conflitos em torno do Turismo Comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, jan./abr. 2013, p. 123-138. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/481/41>>. Acesso em: 28/03/2014.

GALLOIS, D. T. Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? In: FANY, R. (Org.). **Terras indígenas e unidades de conservação da natureza**. São Paulo: Instituto Socioambiental, p. 37-41, 2004. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/dgallois-1.pdf>. Acesso em: 31/03/2014.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zaha, 1989.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. Trad. Álvaro Cabral. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, E. **A representação do Eu na vida cotidiana**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

GOMES, B. M. A. **Política de regionalização do turismo em Minas Gerais: uma análise sob a ótica dos custos de transação**. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

GONZÁLEZ, M. M. ¿Etnoturismo o turismo indígena? **Teoría y Praxis**, Quintana Roo, v. 5, p. 123-136, 2008. Disponível em: <<http://www.teoriaypraxis.uqroo.mx/doctos/Numero5/Morales.pdf>>. Acesso em: 30/03/2014.

GRABURN, N. Turismo: el viaje sagrado. In: SMITH, V. L. **Anfitriones e invitados: antropología del turismo**. Madrid: University of Pennsylvania Press/Ediciones Endymion, 1989, p. 45-68.

_____. Antropologia ou Antropologias do Turismo? In: GRUNEWALD, R. de A.; GRABURN, N.; BARRETTO, M.; STEIL, C. A.; SANTOS, R. J. dos (Org.). **Turismo e Antropologia: novas abordagens**. São Paulo: Papyrus, 2009, p. 13- 52.

GREENWOOD, D. J. La cultura al peso: perspectiva antropologica del turismo en tanto proceso de mercantilizacion cultural. In: SMITH, V. L. **Anfitriones e invitados: antropología del turismo**. Madrid: University of Pennsylvania Press/Ediciones Endymion, 1989. p. 257-279.

GRÜNEWALD, R. A. **Os “índios do descobrimento”**: tradição e turismo. 350 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://indiosnonordeste.com.br/wpcontent/uploads/2012/08/TESE-SOBRE-OS-PATAX%C3%93-BAHIA.pdf>>. Acesso em: 04/07/2014.

_____. Turismo e o “resgate” da cultura Pataxó. In: BANDUCCI JR, A.; BARRETTO, M. (Org.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2001. Coleção Turismo. p. 127-148.

_____. Tourism and cultural revival. **Annals of Tourism Research**, v. 29, n. 4, 2002, p. 1004 – 1021. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738302000051>>. Acesso em: 30/03/2014.

GUIMARÃES, R. G. Turismo em terras indígenas já é fato: quem se arrisca. **Revista Dialogando no Turismo**, v. 1, n. 1, p. 15-42, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.rosana.unesp.br/revista/documentos/v1n1a2.pdf>>. Acesso em: 01/04/2014.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARKIN, M. Modernist anthropology and tourism of the authentic. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 3, p. 650-670, 1995. Disponível em:

<<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/016073839500008T>>. Acesso em: 10/06/2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HOBSBAWM, E. **Tempos fraturados: cultura e sociedade no Século XX**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

HOEBEL, E. A.; FROST, E. L. **Antropologia cultural e social**. 5. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

JAFARI, J. La cientifizacion del turismo. **Estudios y Perspectivas em Turismo**, Buenos Aires, v. 3, n. 1, p. 7-36, jan.1994. Disponível em: <<http://www.eumed.net/ce/2005/jafari.htm>>. Acesso em: 04/07/2014.

_____. El turismo como disciplina científica: the scientification of tourism. **Política y Sociedad**, Madrid, v. 42, n. 1, p. 39-56, 2005. Disponível em: <<http://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/viewFile/POSO0505130039A/22996>>. Acesso em: 04/07/2014.

JENKINS, C. L. Tourism policies in developing countries: a critique. **International Journal of Tourism Management**, v. 1, n. 1, p. 22-29, mar. 1980. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0143251680900183>>. Acesso em: 14/07/2014.

JESUS, D. J. de. **A (re)tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul- BR) e Maori (Ilha Norte - NZ)**. 265 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/27396/R%20-%20T%20-%20JESUS,%20DJANIRE%20LAGEANO%20DE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 04/07/2014.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. Trad. Contexto Traduções. 2. ed. São Paulo: ALEPH, 2001. (Série Turismo).

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis: an introduction to its methodology**. Londres: Sage, 1980.

LAC, F. **O turismo e os Kaingang na Terra Indígena de Iraí/RS**. 163 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp029037.pdf>>. Acesso em 30/03/2014.

LACERDA, M. A. **Perspectivas de desenvolvimento local entre os Terena, na Aldeia Urbana Marçal de Souza, em Campo Grande – MS: a opção pelo etnoturismo**. P. 158. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. 2004. Disponível em:

<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7946-perspectivas-de-desenvolvimento-local-entre-os-terena-na-aldeia-urbana-marcial-de-souza-em-campo-grande-ms-a-opcao-pelo-etnoturismo.pdf>>. Acesso em: 30/03/2014.

LIMA, A. C. S. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. In: OLIVEIRA FILHO, J. P. de (Ed.). **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: EdUFRJ/Marco Zero, 1987. p. 149-214.

LUCIANO, G. dos S. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUSTOSA, I. M. C. **Os povos indígenas, o turismo e o território**: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará. 281 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012. Disponível em: <<http://www.academicoo.com/artigo/os-povos-indigenas-o-turismo-e-o-territorio-um-olharsobre-os-tremembe-e-os-jenipapo-kaninde-do-ceara/>>. Acesso em: 04/07/2014.

MACCANNELL, D. Reconstructed ethnicity: tourism and cultural identity in Third World communities. **Annals of Tourism Research**, v. 11, n. 3, 1984, p. 375-391. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738384900288>>. Acesso em: 25/05/2014.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Genesis, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MARCONI, M. de A.; PRESOTTO, Z. M. N. **Antropologia**: uma introdução. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

MARTÍNEZ MAURI, M. Molas, turismo y etnicidad entre los gunas de Panamá. Nuevos modos de relación com los emblemas identitarios. In: ASENSIO, R. H.; PÉREZ GALÁN, B. (Ed.). **El turismo es cosa de pobre?** Patrimonio cultural, pueblos indígenas y nuevas formas de turismo en América Latina. Colección PASOS edita, n. 4. Tenerife, p. 15-33, 2012. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita8.pdf>>. Acesso em: 25/05/2014.

MCKEAN, P. F. Hacia un analisis teoretico del turismo: dualidad economica e involucion cultural en Bali. In: SMITH, V. L. **Anfitriones e invitados**: antropologia del turismo. Madrid: University of Pennsylvania Press/Ediciones Endymion, 1989, p. 189-216.

MOLINA, S. **O pós-turismo**. Trad. Roberto Sperling. São Paulo: ALEPH, 2003.

MORIN, E. **Cultura de massas no século XX**: neurose. Trad. Maura Ribeiro Sardinha. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Volume 1.

NASH, D. El turismo considerado como una forma de imperialismo. In: SMITH, V. L. **Anfitriones e invitados: antropología del turismo**. Madrid: University of Pennsylvania Press/Ediciones Endymion, 1989. p. 69-91.

NEVES, S. C. **A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição**. 213 p. Tese (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

NUNES, R. G. A. **O turismo como prática social em território indígena: uma análise comparativa entre a Reserva Indígena de Dourados-MS e a aldeia Puiwa Poho em Feliz Natal-MT**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana (MS), 2006. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp120114.pdf>>. Acesso em: 02/02/2015.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=3764>>. Acesso em: 28/02/2015.

OLIVEIRA, A. M. de; JESUS, D. L. de. Territórios étnicos: narrativas de um processo participativo para o desenvolvimento da atividade turística. **Cultur**, Ilhéus, n. 4, n. 1, p. 59-75, jan. 2010. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/edicao7/artigo_5.pdf>. Acesso em: 30/03/2014.

OLIVEIRA, V. M. de. **Turismo, território e modernidade: um estudo da população indígena Krahô, Estado do Tocantins (Amazônia Legal Brasileira)**. 207 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-04062007-160917/pt-br.php>>. Acesso em: 30/03/2014.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Actividades normativas: evolucion de las normas relativas a los derechos de los pueblos indígenas**. Documento de trabajo sobre el concepto de "pueblos indígenas". ONU: 1996. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G96/129/83/PDF/G9612983.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 28/01/2015.

PEARCE, P. L. A relação entre residentes e turistas: literatura sobre pesquisa e diretrizes de gestão. In: THEOBALD, W. F. (Org.). **Turismo Global**. Trad. Ana Maria Capovilla; Maria Cristina Guimarães Cupertino e João Ricardo Barros Penteadó. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2002. p. 145-164.

PEREZ, X, P. **Turismo cultural: uma visão antropológica**. Tenerife: ACA y PASOS, RTPC, 2009. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/SEdita2.pdf>>. Acesso em: 30/03/2014.

_____; LEON, C. de; MARTÍNEZ MAURI, M.; VENTOCILLA, J.; DEL VALLE, Y. **Los turistas Kunas: antropología del turismo etnico en Panamá**. La Palma: Universitat de les Illes Balears, 2012. Disponível em:

<<https://www.yumpu.com/es/document/view/23354980/los-turistores-kunas-antropologia-del-turismo-etnico-en-panama>>. Acesso em: 01/04/2014.

PHILLIMORE, J.; GOODSON, L. Progress in qualitative research in tourism: epistemology, ontology and methodology. In: _____ (Ed.). **Qualitative research in tourism: ontologies, epistemologies and methodologies**. Londres: Routledge, 2004, p. 3-29.

RAMOS, K. V. **A construção do espaço turístico: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença (Ilhéus – BA)**. 143 p. Dissertação (Mestrado em Turismo e Cultura), Universidade Estadual de Santa Cruz/ Universidade Federal da Bahia, Ilhéus, 2008. Disponível em: <http://www.uesc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/turismo/dissertacao/karen_ramos_pdf.pdf>. Acesso em: 04/07/2014.

REDE TUCUM. Disponível em: <<http://www.tucum.org/>>. Acesso em: 28/01/2015

REJOWSKI, M. Realidade versus necessidades da pesquisa turística no Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 9 n. 1, p. 82-91, maio 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63427/66170>>. Acesso em: 04/07/2014.

_____. **Turismo e pesquisa científica**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2001. Coleção Turismo.

RIBEIRO, D. **Línguas e culturas indígenas do Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1957.

RUSCHMANN, D, V. de M. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 14. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

SAHLINS, M. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (parte I). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v3n1/2455.pdf>>. Acesso em: 10/06/2014.

SAKATA, M. C. G. **Tendências metodológicas da pesquisa acadêmica em turismo**. 107 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação: Turismo e Lazer) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <www.teses.usp.br/.../SAKATA-Marici-DissertacaoECAUSP-2002.pdf>. Acesso em: 04/07/2014.

SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.; PHILIPPI JR., A. Planejamento e gestão de turismo comunitário sustentável: metodologia PEC e SIGOS. In: PHILIPPI JR., A. RUSCHMANN, D. V. de M. (Ed.). **Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo**. Barueri: Manole, 2010. Coleção Ambiente, v. 9. p. 151-171.

SANTANA TALAVERA, A. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 31-57, out. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v9n20/v9n20a02.pdf>>. Acesso em: 30/03/2014.

SANTOS, L. C. **Sahu-Apé e o turismo em Terras e comunidades indígenas**. 255 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010. Disponível em: <<http://www.ppgas.ufam.edu.br/attachments/article/31/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Luciano%20Cardenes%20-%20Sahu-Ap%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 04/07/2014.

SANTOS, M. M. C. dos; POSSAMAI, A. M. de P.; MARINHO, M. F. Pesquisa em turismo: panorama das teses de doutorado produzidas no Brasil de 2005 a 2007. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 3, n. 3, p. 3-33, dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/rbtur/article/view/258/276>>. Acesso em: 05/09/2014.

SMITH, M. K. *Issues in cultural tourism studies*. Londres: Routledge, 2003.

SMITH, V. L. Introducción. In: SMITH, V. L. **Anfitriones e invitados**: antropologia del turismo. Madrid: University of Pennsylvania Press/Ediciones Endymion, 1989.

STEPCHENKOVA, S.; KIRILENKO, A. P.; MORRISON, A. M. Facilitating content analysis in tourism research. **Journal of Travel Research**, v. 47, n. 4, p. 454-469, maio 2009. Disponível em: <<http://www.egyptarch.net/hishamgabr/lectures/2009%2047%204%20454%20content%20analysis.pdf>>. Acesso em: 02/02/2015.

SWAIN, M. B. Roles de genero en el turismo indigenista: las molas de los Kunas, Kuna Yala y la supervivência cultural. In: SMITH, V. L. **Anfitriones e invitados**: antropologia del turismo. Madrid: University of Pennsylvania Press/Ediciones Endymion, 1989. p. 139-169.

SWARBROOKE, J.; HORNER, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. Trad. Saulo Krieger. São Paulo: Aleph, 2002.

URRY, J. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 2001.

VAN DEN BERGHE, P. L. Marketing Mayas: ethnic tourism promotion in Mexico. **Annals of Tourism Research**, v. 22, n. 3, p. 568-588, 1995. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/016073839500006R>>. Acesso em: 30/03/2014.

_____; KEYES, C. F. Introduction: tourism and re-created ethnicity. **Annals of Tourism Research**, v. 11, n. 3, p. 343-352, 1984. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0160738384900264>>. Acesso em: 06/02/2014.

TORRES, R. Cancun's tourism development from a Fordist spectrum of analysis. **Tourism Studies**, Londres, v. 2, n. 1, p. 87-116, 2002. Disponível em: <http://www.sagepub.com/mcdonaldizationstudy5/articles/Leisure%20and%20Tourism_Articles%20PDFs/Torres.pdf>. Acesso em: 30/03/2014.

WHITE, L. A. **O conceito de sistemas culturais:** como compreender tribos e nações. Trad. Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

YÁZIGI, E. Ensaio metodológico de manejo turístico em áreas indígenas. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. v. 1, n. 2, p. 137-183, dez. 2007. Disponível em: <<http://rbtur.org.br/rbtur/article/view/89>>. Acesso em: 31/03/2014.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ANÁLISE – ANÁLISE DE AVALIAÇÃO

SEÇÃO 1 – CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA

OBJETIVO ESPECÍFICO: Caracterizar e categorizar as pesquisas sobre turismo étnico indígena e turismo em áreas indígenas no país.

Título:

Nome do(a) autor(a):

Ano de defesa:

Nível:

Programa:

Instituição de ensino:

Orientador (a):

População alvo:

Motivo da escolha desse local/população para a pesquisa:

Objetivo geral e específicos:

Metodologia utilizada:

Principais temas abordados na revisão de literatura:

Resumo:

--

Palavras-chave:

SEÇÃO 2 – SEGMENTAÇÃO DO TURISMO

OBJETIVO ESPECÍFICO: Identificar como os pesquisadores segmentam o turismo em áreas indígenas e nas comunidades estudadas

NOMENCLATURA	ASPECTOS SÃO ABORDADOS	OCORRIA NA COMUNIDADE?	
		SIM	NÃO

SEÇÃO 3 - RELAÇÃO VISITANTE X VISITADO NO TURISMO

OBJETIVO ESPECIFICO: Averiguar como os pesquisadores percebem a relação entre visitado e visitante no turismo e nas comunidades estudadas

1. AVERIGUAR A PRESENÇA OU AUSÊNCIA E FREQUÊNCIA

A pesquisa aborda a relação entre visitantes e visitados no turismo em geral?	() Sim () Não
A pesquisa aborda a relação entre visitantes e visitados envolvendo, especificamente, comunidades ou povos indígenas?	() Sim () Não
Inserir aqui os trechos significativos para a análise	
Obs.: Escrever o objeto de atitude em letra maiúscula. Escrever o termo avaliativo com significação comum em letra minúscula em negrito	

A pesquisa aborda os impactos socioculturais advindos do desenvolvimento do turismo em comunidades ou povos indígenas?	() Sim () Não
Inserir aqui os trechos significativos para a análise	
Obs.: Escrever o objeto de atitude em letra maiúscula Escrever o termo avaliativo com significação comum em letra minúscula em negrito	

2. AVERIGUAR O POSICIONAMENTO

Após a seleção dos trechos, identificá-las com os códigos apresentados na tabela abaixo:

	FAVORÁVEIS	NEUTROS	DESFAVORÁVEIS
Do pesquisador	FP	NP	DP
Dos participantes da pesquisa (comunidade indígena)	FI	NI	DI
Dos participantes da pesquisa (outros)	FOA	NOA	DOA

3. AVERIGUAR A INTENSIDADE

Após a identificação, categorizar as frases pela intensidade, conforme tabela abaixo:

INTENSIDADE						
(-3 polo de intensidade negativa máxima; +3 polo de intensidade positiva máxima)						
- 3	- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3

SEÇÃO 4 – A RELAÇÃO COMUNIDADES INDÍGENAS X OUTROS AGENTES

OBJETIVOS ESPECÍFICOS: Identificar quais são os agentes potenciais de mudanças socioculturais nas comunidades estudadas e verificar como os pesquisadores percebem a relação entre as comunidades indígenas estudadas e demais agentes (poder público, iniciativa privada, população não indígena do município)

1. AVERIGUAR A PRESENÇA OU AUSÊNCIA E FREQUÊNCIA.

A pesquisa aborda a relação entre comunidade indígena e outros agentes?	() Sim () Não
Caso sim, quais são os agentes indicados na pesquisa?	Elencar:
Algum agente potencial de mudanças foi consultado e citou essa relação?	() Sim () Não
Inserir aqui os trechos significativos para a análise	
Obs.: Escrever o objeto de atitude em letra maiúscula Escrever o termo avaliativo com significação comum em letra minúscula em negrito	

Na pesquisa buscou-se analisar os impactos advindos dessa relação?	() Sim () Não
Inserir aqui os trechos significativos para a análise	
Obs.: Escrever o objeto de atitude em letra maiúscula Escrever o termo avaliativo com significação comum em letra minúscula em negrito	

2. AVERIGUAR O POSICIONAMENTO

Após a seleção dos trechos, identificá-las com os códigos apresentados na tabela abaixo:

	FAVORÁVEIS	NEUTROS	DESFAVORÁVEIS
Do pesquisador	FP	NP	DP
Dos participantes da pesquisa (comunidade indígena)	FI	NI	DI
Dos participantes da pesquisa (outros)	FOA	NOA	DOA

3. AVERIGUAR A INTENSIDADE

Após a identificação, categorizar as frases pela intensidade, conforme tabela abaixo:

INTENSIDADE						
(-3 polo de intensidade negativa máxima; +3 polo de intensidade positiva máxima)						
- 3	- 2	- 1	0	+ 1	+ 2	+ 3

ANEXO

RESUMOS

Abaixo constam os resumos das pesquisas analisadas, sendo as fontes as próprias teses e dissertações consultadas.

GRÜNEWALD, R. de A.	1999
Os "Índios do Descobrimento": tradição e turismo	
Não consta	
Palavras-chave: Pataxó; Tradição; Turismo.	

LACERDA, M. A.	2004
As perspectivas de desenvolvimento local entre os Terena, na aldeia urbana Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, através do etnoturismo	
<p>Os Terena são povos indígenas originários dos Aruak, que habitaram diversas regiões da América do Sul, assim como regiões limítrofes do então Estado do Mato Grosso, conhecidas como <i>Chaco</i> Boliviano e <i>Chaco</i> Paraguaio. Devido a atritos interétnicos este povo se deslocou até o atual Mato Grosso do Sul e se fixou nas proximidades as cidades de Miranda e Aquidauana, vindo a se espalhar por outros estados, inclusive em Mato Grosso e São Paulo, posteriormente. Na Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, os Terena se aliaram ao Brasil e contribuíram muito para a vitória, no entanto, perderam muito de suas terras para as famílias dos militares e fazendeiros que se instalaram na mesma região, após a guerra. Com pouco espaço nas aldeias e condições cada vez mais difíceis de sobrevivência, muitos saíram em busca de oportunidades nas cidades, nas quais, atualmente, vivem em bairros próprios como é o caso do Bairro Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, foco da nossa pesquisa. O desenvolvimento local, nesse panorama, é conceituado e analisado sob diversos aspectos, principalmente no que se refere ao território, territorialidade e ao etnodesenvolvimento dos Terena no bairro em questão, procurando verificar as possibilidades e perspectivas representadas pelo turismo, que já acontece no local. Analisando diferentes nichos de mercado do turismo, encontram-se diversas nomenclaturas para designar formas de prática de turismo em áreas indígenas, que tratam da valorização da cultura e desenvolvimento destas sociedades. Assim, há o turismo cultural, o turismo indígena, o ecoturismo, o etnoturismo, entre outros. Nesse aspecto, o mercado de turismo está repleto de opções e convites para a sua prática voltada aos povos indígenas. No entanto, o que acontece é que esta temática está ainda em discussão, pois há pessoas que são a favor e outras que são contra esta prática. Os próprios indígenas, de forma geral, também, estão divididos frente à proposta, apesar de muitos serem a favor, mesmo sem saber o seu real significado e implicações. Não há, portanto, um etnoturismo estabelecido comercialmente e adequado. Encontramos, no entanto, a ocorrência do turismo na aldeia urbana, em Campo Grande, bem como em áreas indígenas da Austrália, onde há um comitê que regula o turismo indígena e, também, na Amazônia Brasileira, que apesar de algumas aldeias não o permitirem, há hotéis se instalando no local. Quanto à FUNAI, órgão brasileiro, proíbe o turismo em área indígena, apesar dele acontecer em diversos locais. A questão central refere-se à pergunta, até onde o etnoturismo, no caso da aldeia urbana – Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, pode representar um apoio ao seu desenvolvimento, na perspectiva do desenvolvimento local. Levando-se em consideração a bibliografia consultada e a própria realidade, entendemos que há possibilidades de que isto possa acontecer, desde que haja um planejamento específico para tal e que seja de acordo com a vontade e o protagonismo da comunidade envolvida. Até o momento, o turismo, como uma iniciativa da sociedade ocidental entre os não-índios, tem servido aos seus propósitos, e os Terena, povo indígena analisado, tem interagido com este fenômeno, aprendendo rapidamente os princípios pertinentes e através de artesanato e outras manifestações culturais têm demonstrado capacidade de empreendedorismo, buscando novas alternativas para se manterem neste mercado que pode, tornar-se uma nova e promissora forma de</p>	

sobrevivência neste mundo globalizado.
Palavras-chave: Desenvolvimento local; Enoturismo; Indígenas.

LAC, F.	2005
O turismo e os Kaingang na Terra Indígena de Iraí/RS	
<p>Este trabalho aborda a apropriação do turismo pelos índios kaingang da Terra Indígena Iraí, sua tradição de hospitalidade e sua relação com os turistas e agentes do turismo. Os índios Kaingang, habitantes do sul do Brasil, sofrem hoje com dois grandes problemas: o confinamento em espaços cada vez mais reduzidos e a "invisibilidade" de sua cultura frente à sociedade nacional. No entanto, a criatividade destes índios revela, dentro destas condições, estratégias de reforço de sua alteridade, como o turismo. A Terra Indígena Iraí é a menor área demarcada no Estado do RioGrande do Sul, e para fazer frente à insuficiência de recursos, a comunidade especializou-se na produção e comércio de artesanato que apesar de servir também para sua subsistência, é considerado pelos kaingang da Terra Indígena Iraí como <i>a verdadeira atividade indígena</i>. A venda de artesanato expõe os kaingang ao turismo, seja nas águas termais de Iraí ou nas viagens que fazem para efetuar o comércio de seus produtos. O turismo torna-se para os índios desta Terra Indígena uma arena que oportuniza a reivindicação de sua "visibilidade". A afirmação de sua identidade, através das danças resgatadas e utilizadas durante a demarcação da Terra Indígena, tornou-se emblema em sua luta por seus direitos. Hoje, na Terra Indígena Iraí a estratégia indígena se volta para o turismo. Lá eles recebem turistas de acordo com seus costumes de hospitalidade, esperando receber em troca, o respeito dos turistas.</p>	
Palavras-chave: Turismo étnico; Kaingang; Hospitalidade; Fronteira cultural.	

NUNES, R. G. A.	2006
O turismo como prática social em Território Indígena: uma análise comparativa entre a Reserva Indígena de Dourados-MS e a Aldeia Puiwa Poho em Feliz Natal-MT	
<p>O texto apresenta os resultados alcançados a partir de uma análise comparativa entre dois territórios indígenas com experiências turísticas distintas, enquanto uma, apresenta situação de exclusão em decorrência do descaso e da miséria, a outra, os grupos internos buscarem distinguir-se socialmente e se afirmar como elite. Depois de reconstituir a análise das modificações ocorridas nas dinâmicas e fluxos comunicativos na Reserva Indígena de Dourado-MS e na aldeia Puiwa Poho-MT, verifica-se que a atividade turística se torna um fenômeno de extrema importância, ficando evidentes as relações contraditórias entre as demandas dessas populações indígenas e os efeitos que atividade turística provoca. Tal fato contribuiu, por sua vez, para propiciar uma análise crítica das transformações ocorridas no dia-a-dia dos indígenas.</p> <p>Finalmente, as discussões travadas no texto desenham o panorama das contradições do mundo contemporâneo e apontam para o modo com que os grupos indígenas estão inseridos nesse contexto.</p>	
Palavras-chave: Reserva Indígena de Dourados; Território indígena; Turismo étnico; Aldeia Puiwa Poho.	

OLIVEIRA, V. M. de	2006
Turismo, território e modernidade: um estudo da população indígena Krahô, Estado do Tocantins (Amazônia Legal Brasileira)	
<p>Esta tese tem a finalidade de apresentar estudos sobre o turismo, o território e a modernidade. Para isto, realiza-se um debate teórico e metodológico sobre os usos dos diferentes conceitos de território. Dentro desta lógica, insere-se o turismo como alavanca do desenvolvimento com base local. De uma parte, analisa-se o turismo indígena e, de outra, estuda-se o turismo em territórios indígenas. A metodologia utilizada na pesquisa de campo divide-se entre os estudos etnológicos, etnográficos, pesquisa-ação, pesquisa-participante e a literatura sobre turismo e desenvolvimento com base local. O trabalho de campo entre os Krahô ocorreu entre os anos de 2004, 2005 e 2006, permitindo levantar informações sobre a ocorrência do turismo nas comunidades e associações indígenas, assim como propor o entendimento sobre o turismo nos sentidos econômico, político, cultural e ambiental. O turismo emissor indígena pode ser definido como aquele em que os indígenas das várias etnias viajam para as cidades locais, regionais, nacionais e internacionais para participarem de eventos (Jogos Indígenas, etc.). O turismo em territórios indígenas se define como aquele que ocorre no interior dos territórios indígenas (Feira Krahô de Sementes Tradicionais, etc.).</p>	

Os territórios das populações autóctones no Brasil estão adquirindo sentido de territórios descontínuos e de territórios-rede, pois todas as etnias possuem mobilidades de seus territórios para outras territorialidades. Portanto, tanto o turismo emissivo indígena quanto o turismo receptivo em territórios indígenas contribuem para a construção da elevação da auto-estima dos índios, para a venda do artesanato e, por último, para a constituição de novas multiterritorialidades turísticas.
Palavras-Chave: Turismo indígena; Turismo em Territórios Indígenas; Desenvolvimento com base local; Comunidades indígenas; Associações indígenas.

BAGGIO, A. J.	2007
Ecoturismo: alternativa sustentável de valorização do patrimônio natural e cultural da Terra Indígena Mangueirinha, PR	
<p>Este estudo, aqui denominado de caminhada, tem por objetivo discutir as (im)possibilidades do ecoturismo como alternativa sustentável de valorização do patrimônio cultural e natural dos povos da Terra Indígena Mangueirinha, PR. O espaço de pesquisa está localizado entre três Municípios do Sudoeste do Paraná, Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida. O recorte temporal concentrou o olhar sobre as práticas de visitação ocorridas no espaço até o ano de 2006. Nesta investigação social o pesquisador seguiu os procedimentos da pesquisa qualitativa valendo-se de um enfoque interdisciplinar. Ao longo do caminho, utilizou da entrevista semi-estruturada realizada com lideranças e técnicos de influência na Terra Indígena. Em um segundo momento, recorreu à pesquisa participante para manter contato com os sujeitos do espaço visitado. Os pontos de des(re)encontro entre os discursos dos sujeitos e os fundamentos teóricos relacionados ao estudo foram registrados e interpretados por meio dos métodos de análise de conteúdo, elegendo-se categorias teóricas de análise segundo Honey (1999) e também categorias surgidas do discurso dos entrevistados. Ao final da caminhada, o pesquisador percebeu que o espaço visitado possui elementos sócio-ambientais significativos para o desenvolvimento do ecoturismo, sendo que visitantes e visitados reconhecem o significado e a atratividade sócio-ambiental do espaço e formas de geração de recursos por meio da conservação da área. Os visitados apreciam as visitas como forma de promoção da interculturalidade e como alternativa de renda e incremento das práticas econômicas associadas ao turismo a exemplo da venda do artesanato, ao passo que os visitantes ainda apresentam um conceito cristalizado sobre cultura. As impossibilidades ficam por conta da alta dependência de ferramentas e atores externos à atual configuração da comunidade para promover a atividade em escala de mercado, bem como à falta de autonomia dos povos indígenas para decidirem sobre o seu futuro.</p>	
Palavras-chave: Ecoturismo; Cultura; Meio Ambiente; Indígena.	

FARIA, I. F. de	2008
Ecoturismo indígena – território, sustentabilidade, multiculturalismo: princípios para a autonomia	
<p>O presente trabalho analisa um conjunto de ações e reflexões sobre o ecoturismo na Região do Alto rio Negro com o objetivo de preparar as comunidades indígenas, cidadinas ou não, para que possam, através do processo de gestão territorial e do conhecimento desenvolvido por meio de educação ambiental e patrimonial, planejar, gerir projetos de sustentabilidade em ecoturismo ou outros para manterem a autonomia sobre suas terras e suas vidas. A metodologia da pesquisa participante adotada permite que os envolvidos demonstrem seus conhecimentos sobre seu território e sua cultura, fortalecendo suas identidades enquanto povos indígenas, como sua auto-estima e dignidade, possibilitando-lhes reafirmarem-se como protagonistas, ao assumirem o controle das forças de transformação da sociedade promovida pelo contato com a economia de mercado, predominante na sociedade contemporânea. Tal participação pode minimizar ou excluir os riscos dos impactos indesejáveis que o ecoturismo possa trazer, propiciando-lhes incorporar valores, práticas, significados do sistema mundial de acordo com suas visões de mundo e seus interesses. A autora espera que o resultado deste trabalho possa contribuir para a construção de Políticas Públicas para o ecoturismo indígena, propiciando uma reflexão sobre os conceitos <i>turismo indígena</i>, <i>turismo étnico</i>, <i>etnoturismo</i>, <i>ecoturismo indígena</i> e, ao mesmo tempo, sobre as formas de participação das comunidades tradicionais indígenas e não indígenas nos projetos e políticas públicas a serem implementadas pelo Estado e organizações não governamentais em qualquer ramo de atividade.</p>	
Palavras-chave: Ecoturismo indígena; Território; Sustentabilidade; Participação; Autonomia.	

RAMOS, K. V.	2008
A construção do espaço turístico: trocas simbólicas entre turistas e comunidade Tupinambá em Olivença (Ilhéus – BA)	
<p>Esta pesquisa tem como objetivo principal compreender a relação entre o turismo e a comunidade indígena Tupinambá de Olivença, distrito de Ilhéus, município do sul da Bahia, a partir dos elementos que fazem parte das trocas simbólicas entre os nativos – os índios de Olivença – e os turistas. Trata-se de apresentar quais as interferências de cada um desses atores em seu “outro”. Além da reflexão sobre os conceitos da Antropologia e do Turismo mais comumente utilizados nas investigações que envolvem culturas e práticas turísticas mediante uma ampla revisão bibliográfica, o estudo etnográfico empreendido no espaço turístico de Olivença permitiu um enfoque distinto daqueles encontrados na grande maioria dos estudos deste tipo, em que termos como “aculturação” e “esfacelamento da comunidade receptora” são constantes. A pesquisa de campo, como suporte metodológico, proporcionou a verificação de que as relações podem ser bem mais complexas, pois, ao mesmo tempo em que o turismo contribui para a reafirmação constante da cultura Tupinambá frente ao turista, a indianidade do grupo, apropriada pelo olhar do turista, serve como elemento que supre os devaneios e as expectativas dos visitantes, significando para estes últimos parte de um produto turístico ou um bem para consumo, servindo também como elemento para a demarcação social.</p>	
Palavras-chave: Tupinambá; Olivença, espaço turístico; Cultura; Turismo.	

SANTOS, L. C.	2010
Sahu-Apé e o turismo em Terras e comunidades indígenas	
<p>A presente pesquisa aborda a questão do turismo em terras e comunidades indígenas a partir da análise das políticas de turismo elaboradas no âmbito do Estado brasileiro. Essa abordagem elegeu como foco de análise as propostas e políticas para o desenvolvimento do turismo na Amazônia e junto aos povos indígenas da região, identificando como agentes principais o SPVEA, a SUDAM, os Ministérios do Turismo e Meio Ambiente e a FUNAI. Na perspectiva de compreender esse campo político do indigenismo, elegemos também posicionamentos de conferências dos povos indígenas. A reflexão central desse trabalho está na comunidade étnica Sateré-Mawé Sahu-Apé, localizada no município de Iranduba, Amazonas. Trata-se de um grupo que está no centro dessas políticas desenvolvimentistas e indigenistas e que definiram estratégias próprias para gestão do turismo e da etnicidade.</p>	
Palavras-chave: Turismo; Amazônia; Povos indígenas; Política indigenista; Territorialidade; Cultura; Sateré-Mawé.	

LEANDRO, E. L.	2011
Ecoturismo indígena e gestão territorial, contribuições participativas da Terra Indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro)	
<p>O presente trabalho representa uma reflexão sobre o processo desenvolvimentista do estado de Rondônia e seus desdobramentos sobre as terras e povos indígenas que o habitam, assim como as alternativas para a gestão territorial discutido, desenvolvido e em fase de implementação na Terra Indígena Paiterey Karah (Sete de Setembro) do povo Paiter-Surui para o embate dessa realidade. A da gestão territorial norteou-se pela análise da construção de ferramentas elaboradas por demanda indígena com a participação de suas organizações e ONGs. A dinâmica desse processo originou a formulação da metodologia denominada “Diagnóstico Etnoambiental Participativos de Terras Indígenas”, que agrega simultaneamente conhecimentos indígenas e científicos sobre o povo e seu território, resultando em informações detalhadas das pressões incidentes sobre seu território, sua cultura, educação, saúde, economia, meio biológico, uso do solo, etc. Esses dados embasam a construção do Plano de Gestão da TI Paiterey Karah, em que constam, as definições prioritárias para as ações de interferência e desenvolvimento estratégicos. Nesse cenário, como um dos componentes surge o direcionamento para o ecoturismo indígena. A partir disso, são tecidas inúmeras negociações para a realização de oficinas, cursos e outros mecanismos de construção do conhecimento referente ao tema. Embora ainda seja uma ferramenta em construção, pretende-se demonstrar o potencial de contribuição do turismo e seus segmentos, até então, pouco considerados, como ferramenta de gestão do território, tendo como base os estudos e análises realizadas durante a elaboração comunitária do Plano de Ecoturismo Indígena da Terra Indígena Paiterey Karah.</p>	
Palavras-chave: Gestão territorial; Ecoturismo indígena; Ferramentas participativas; Paiter- Surui.	

LUSTOSA, I. M. C.	2012
Os povos indígenas, o turismo e o território: um olhar sobre os Tremembé e os Jenipapo-Kanindé do Ceará	
<p>Esta tese compara duas situações em que povos indígenas do Nordeste brasileiro foram alcançados por projetos de turismo que se tornaram catalizadores de afirmações étnicas. As situações enfocadas de povos indígenas do estado do Ceará, localizados em municípios das Zonas Costeiras Leste e Oeste assemelham-se, pois esses dois povos sofreram as pressões de grandes consórcios de empresas nacionais e internacionais que visavam se apropriar das Terras Indígenas (TIs) para implantar projetos de turismo em seus territórios tradicionais. O povo Tremembé da Terra Indígena Tremembé de São José e Buriti, distrito Marinheiros, município de Itapipoca, organiza-se como indígena e reivindica seus direitos territoriais ao Estado Nacional por meio da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) frente à ameaça do projeto de turismo com capital estrangeiro e apoio do governo brasileiro – o <i>Nova Atlântida Cidade Turística, Residencial e de Serviços LT</i>. Este complexo turístico considerado um mega projeto espanhol visa sobretudo os fluxos de visitantes estrangeiros. Este empreendimento tornou-se projeto investigado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), do Ministério da Fazenda, devido os movimentos financeiros supostamente incompatíveis com os seus sócios, conforme anunciam alguns veículos de comunicação. Mesmo assim o povo Tremembé de São José e Buriti sofre pressões de representantes do <i>Nova Atlântida</i>, tentando expropriar suas TIs, conseqüentemente provocam conflitos entre estes indígenas, em sua maioria, adversos a implantação do <i>Nova Atlântida</i>. Outros, se deixaram cooptar por ofertas financeiras de representantes do empreendimento, resultando em desacordos internos nas quatro aldeias, inclusive entre indígenas de uma mesma família. Na situação do povo Jenipapo-Kanindé da Terra Indígena Aldeia Lagoa Encantada, no município de Aquiraz, este conseguiu a demarcação de sua TI junto à FUNAI. O citado povo indígena impediu a construção do projeto turístico internacional <i>Aquiraz Riviera – Consórcio Luso-Brasileiro Aquiraz Investimentos SA</i> em sua TI, e implantou um projeto de turismo comunitário na aldeia apoiado por parceiros da academia, do governo e do terceiro setor. O povo Jenipapo-Kanindé por meio deste projeto de auto-gestão se inseriu na Rede Cearense de Turismo Comunitário (REDE TUCUM). Os Tremembé de São José e Buriti, para resistir a ocupação da sua TI, acionaram a identidade indígena e a afirmação étnica na tentativa de embargar o <i>Nova Atlântida</i>. Os Jenipapo-Kanindé para embargar o projeto <i>Aquiraz Riviera – Consórcio Luso-Brasileiro Aquiraz Investimentos SA</i> em sua TI, afirmou a identidade indígena e atualmente se apropria de um projeto de turismo comunitário <i>Educação Integral para a Sustentabilidade e o Desenvolvimento do Turismo Comunitário na Terra Indígena (TI) Jenipapo-Kanindé</i> como meio de vida e manifestação da sua afirmação étnica. Os dois povos indígenas em questão atravessam processos de reelaboração étnica e reivindicam junto aos órgãos governamentais que suas terras sejam reconhecidas como TIs. Nesta discussão do turismo como um vetor da identidade indígena frente às transformações territoriais, as pesquisas qualitativa e quantitativa desenvolvem-se na interface da Geografia e da Antropologia.</p>	
Palavras-chave: Povos indígenas; Terras Indígenas; Território; Turismo; Identidade; Afirmação étnica; Projetos de turismo.	

NEVES, S. C.	2012
A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição	
<p>A aldeia de Coroa Vermelha teve como razão fundamental para a sua ocupação pelos Pataxó meridionais funcionar como entreposto para a prática comercial com a sociedade regional e, particularmente, com os turistas, sobretudo relativamente à venda do artesanato Pataxó. Caracterizando-se, assim, como detentora de uma forte vocação turística, a aldeia, localizada entre os municípios de Santa Cruz Cabralia e Porto Seguro, se consolidou em estreita relação com o desenvolvimento da atividade artesanal. Assim, os Pataxó de Coroa Vermelha, bem como a aldeia foram sendo crescentemente consagrados, tanto pela teoria acadêmica quanto pelas representações da sociedade regional, como baseando sua organização social e modo de vida na atividade turística. O objeto desta tese que, sob diversos aspectos, se pode considerar como oposto a tal representação, é o processo de apropriação do turismo pelos Pataxó. Apropriação é utilizado no sentido estrito do termo, isto é, como o processo de tornar próprio o objeto pertencente ou produzido por outrem, e a tese se interroga sobre as matrizes de tal processo no caso Pataxó. Dessa forma, a análise visa a compreender, em primeiro lugar, em qual contexto econômico se</p>	

encontra inserida a atividade turística, quais outras atividades são praticadas pelos Pataxó e qual a importância do turismo entre essas. Em um segundo momento, compreender aspectos da organização social considerados essenciais à atividade turística, tais como as relações de parentesco e de territorialidade. Por fim, a análise se dirige para a operação da atividade turística *per se*, envolvendo no processo a afirmação da indianidade Pataxó através, entre outras coisas, da tentativa de demonstração dos diacríticos considerados pelos Pataxó, e por seus interlocutores, como marcadores da identidade étnica, no campo turístico. A atividade turística é compreendida como tendo sido acionada pelo sistema social Pataxó a partir das condicionantes impostas por esse mesmo sistema, antes que pelos ditames do mercado turístico, nacional ou internacional. Por essa mesma razão é que a prática da recepção turística, pelos Pataxó, é retratada como um exercício da tradição, um verdadeiro laboratório em que, no âmbito de um processo de reestruturação da tradição e modo de vida indígenas em Coroa Vermelha, os diversos traços pertencentes ao acervo cultural Pataxó são testados, na relação com os turistas, uma vez que esses são considerados os contrapontos ideais para a construção contrastiva da identidade étnica Pataxó. O turismo funciona, assim, de maneira singular, colaborando para a formação de um discurso sobre a indianidade Pataxó, e, portanto, de afirmação étnica, bem como instrumento de subsistência baseado numa visão indígena de tradicionalidade que rejeita as amarras identificadas nas atividades corriqueiras praticadas por membros da sociedade regional. A compreensão do contexto colabora para a construção de outras vias de análise, tanto da atividade turística em si, e dos seus contornos singulares entre os Pataxó, quanto dos próprios índios, ressaltados novos aspectos de sua já conhecida capacidade de ressemantizar os objetos oriundos da sociedade nacional, emulando-os ao mesmo tempo em que os refazendo para funcionarem segundo seus próprios objetivos e sua própria lógica.

Palavras-chave: Pataxó; Coroa Vermelha; Turismo; Economia; Artesanato; Apropriação.

JESUS, D. L. de	2012
A (re) tradicionalização dos territórios indígenas pelo turismo: um estudo comparativo entre os Kadiwéu (Mato Grosso do Sul-BR) e Māori (Ilha Norte – NZ)	
<p>O presente estudo objetiva avaliar as transformações efetivadas pelo incremento do turismo em comunidades indígenas. Acredita-se que essa atividade, ao mesmo tempo em que causa uma intensificação da degradação, massificação e homogeneização cultural, promove também a manutenção e a revitalização da cultura, de seu poder simbólico e de suas características pretéritas, num processo contínuo de (re)tradicionalização. Os métodos e técnicas empregados na pesquisa foram baseados na associação direta entre a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. No que tange à pesquisa bibliográfica, foram efetuadas leituras vinculadas aos estudos da Geografia, da Antropologia e do Turismo. Na investigação documental, a partir de uma visão comparativa, foram consultados os planos, programas e projetos vinculados aos órgãos públicos que fomentam e qualificam o turismo brasileiro e o neozelandês. Para a composição da pesquisa de campo, foram feitas aproximações com a realidade Māori e Kadiwéu, sistematizadas em diário de campo e inventário fotográfico, além de entrevistas e depoimentos. Os resultados da pesquisa indicam que o <i>turismo indígena</i>, como o que acontece na Ilha Norte da Nova Zelândia, tem como uma de suas funções a de potencializar a cultura local, principalmente os elementos ligados à dança, ao artesanato à pintura, ao canto e à reza, à língua nativa, às bebidas e comidas típicas, à agricultura, entre outros. Busca-se possibilitar novas formas de subsistência, produção e transformação do espaço regional, tanto para a sociedade indígena como para aqueles que a envolvem. Dessa forma, acredita-se que, para a implantação adequada do <i>turismo indígena</i>, é preciso criar uma estratégia responsável para o desenvolvimento da atividade. Estratégia esta que encontre respostas factíveis ao desafio da mobilização de condições, a fim de que o turismo se torne sustentável, capaz de contribuir para o desenvolvimento sem depreciação dos recursos naturais e culturais locais.</p>	
Palavras-chave: Turismo indígena; Tradicionalização; Kadiwéu; Māori.	

BRANDÃO, C. do N.	2012
Turismo em Terras Indígenas como fator de desenvolvimento local sustentável: estudo de caso nas comunidades indígenas de Roraima	
<p>O presente estudo tem por objetivo analisar como o turismo influencia no desenvolvimento local dos povos indígenas de Roraima. Partindo-se da premissa de que o turismo, dependendo do modo como for realizado, pode promover o desenvolvimento local, a pesquisa se desdobra nos seguintes</p>	

objetivos: i) Identificar os aspectos político-legais do turismo em áreas indígenas; ii) Descrever o histórico e organização do turismo indígena; iii) Analisar os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais do turismo nas comunidades indígenas. A pesquisa se justifica pela necessidade de conhecer as possíveis consequências das atividades turísticas nessas áreas e a visão dos indígenas, além disso, é uma área relativamente recente e com poucos estudos no Brasil. Além disso, observa-se que no Estado de Roraima, os indígenas elegeram o turismo como atividade capaz de proporcionar autonomia aos membros da comunidade, bem como, a preservação de sua cultura e de seus valores tradicionais. Considerando que a questão de pesquisa é adequada para ser respondida por meio de estudo de caso, a estratégia de pesquisa adotada foi a de estudo de casos múltiplos. Visto que existem diversas iniciativas no estado de Roraima relacionadas com o turismo indígena, ainda que incipiente comparativamente ao que ocorre em outros países, conforme mencionado na literatura revisada, essas iniciativas são as unidades de análise dessa pesquisa. Foi utilizada a abordagem de métodos mistos, que segundo Creswell (2010) consiste na coleta sequencial de dados qualitativos e quantitativos, tendo em vista que a coleta de diversos tipos de dados proporciona um melhor entendimento do problema de pesquisa. Na etapa qualitativa os dados foram analisados por meio de análise de conteúdo. Já na etapa quantitativa foi realizada estatística descritiva e análise fatorial exploratória, com a utilização do software SPSS versão 18.0. A pesquisa concluiu que, quanto às políticas indigenistas e sua relação com o turismo, ainda existe um vácuo jurídico, pois a atividade não possui regulamentação específica. Verificou-se ainda, que as comunidades indígenas têm organizado e desenvolvido o turismo de maneira autônoma, sem qualquer participação do poder público. As principais dificuldades quanto a atuação do turismo é a falta de apoio do governo nas esferas Municipal, Estadual e Federal, principalmente no que se refere a regulamentação, apoio e investimentos em infraestrutura e políticas públicas de incentivo ao turismo.

Palavras-chave: Turismo indígena; Desenvolvimento local sustentável; Povos indígenas.